

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

MISOGINIA E SEXISMO NA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA:
uma análise semiótico-discursiva da imagem das candidatas à
Presidência da República (1989 a 2018)

JANETE MONTEIRO GARCIA

SÃO PAULO

2020

JANETE MONTEIRO GARCIA

MISOGINIA E SEXISMO NA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA:
uma análise semiótico-discursiva da imagem das candidatas à
Presidência da República (1989 a 2018)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Paulista – Unip, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação.

Orientador: Profº Dr. Paolo Demuru.

SÃO PAULO

2020

Garcia, Janete Monteiro.

Misoginia e sexismo na mídia impressa brasileira : uma análise semiótico-discursiva da imagem das candidatas à Presidência da República (1989 a 2018) / Janete Monteiro Garcia. - 2020.

167 f. : il. color.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2020.

Área de concentração: Contribuições da mídia para a interação entre grupos sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paolo Demuru.

1. Semiótica. 2. Greimas. 3. Eleições. 4. Candidatas. 5. Estereótipos.
I. Demuru, Paolo (orientador). II. Título.

JANETE MONTEIRO GARCIA

MISOGINIA E SEXISMO NA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA:
uma análise semiótico-discursiva da imagem das candidatas à
Presidência da República (1989 a 2018)

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

_____/_____
Prof. Dr. Paolo Demuru – Universidade Paulista – Unip

_____/_____
Profª Dra. Barbara Heller – Universidade Paulista – Unip

_____/_____
Profª Dra. Maria Paula Piotto da Silveira Guimarães –
Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio – Ceunsp

AGRADECIMENTOS

Passou rápido. A lembrança do primeiro dia que entrei na Unip para fazer o processo seletivo ainda está bem presente. No dia da etapa final, a entrevista, saí de Jundiaí onde moro, com três horas de antecedência para não correr o risco de perder o horário agendado, e quem sabe, ter a possibilidade de entrar no mestrado. O trânsito estava terrível, parado antes de sair da Bandeirantes e entrar na marginal. Pensei que não chegaria, mas de um momento para outro, os espaços e as ruas se abriram, consegui chegar faltando ainda cinco minutos para ser entrevistada. Tudo bem que tinha me preparado, não apenas estudando muito, mas de maneira espiritual também. É, nesse dia ou em qualquer desafio enfrentado na vida que sinta que preciso de uma força maior para atingir meus objetivos, eu me apego à prática e princípio religioso do jejum como recurso espiritual para estar mais tranquila, ganhar força, me sentir mais capaz e confiante. Foi assim quase ao longo de toda minha vida e sempre tenho recebido respostas positivas, então não foi diferente nessa ocasião. Dias depois de ser entrevistada pelo Professor Dr. Paolo Demuru, olhei a lista publicada no site do programa e veio o resultado oficial: tinha sido aprovada. Comprei até um bolo de chocolate para comemorar o resultado! Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me dado a vida, em parceria com meus pais, por me dar tantas bençãos e oportunidades, em especial, talentos, discernimento para estudar, entender e me tornar um pouco melhor a cada dia. A educação salva! Sim, porque nos tira de uma condição de ignorância, abre a mente, ativa o cérebro, a memória e a capacidade intelectual para que o conhecimento do mundo ao nosso redor seja armazenado, transformado e feitas as descobertas que não faríamos de outra maneira.

O tempo passou, e como disse meu orientador, amadureci nesse período, principalmente após definir meu tema de dissertação, iniciar as pesquisas e cumprir com as etapas do processo. Devo a você Dr. Paolo Demuru também por ter dado a direção e respeitado meu tempo de aprender até chegar neste momento. Confesso que nem me interessava tanto assim por semiótica e nem conseguia ver quanto esta disciplina pode ser aplicável na análise dos fenômenos da vida cotidiana. Agora já é tão natural usar a semiótica e não consigo imaginar mais nenhuma situação ou avaliação que tenha que fazer sem recorrer a todos estes aprendizados. Obrigada Paolo! Ou, *grazie mille!*

Agradeço ao Nei também pelo apoio e compreensão em todos os momentos que precisava parar para estudar, escrever; por ter financiado de todas as formas meu sonho de fazer mestrado, além de todas as etapas inerentes à qualificação, como viagem para participar de congressos, e por fim, a conclusão do curso.

Aos professores Bárbara Heller e Maurício Ribeiro da Silva, que não mediram esforços para desempenhar bem seu papel e compartilhar seus conhecimentos durante as aulas nas Disciplinas de “Comunicação e Estudos de Gênero” e “Comunicação Sob a Ótica da Complexidade”, respectivamente, servindo como base para o desenvolvimento do trabalho.

À Cristine Vecchi e Patrícia Lima – presentes em forma de amizade e companheirismo que ganhei no percurso da academia, daqueles que não é possível medir o valor. Quantas conversas, parcerias e risadas demos juntas ao tentar entender e aplicar os conceitos nas aulas, ao analisar os fenômenos. Não somente no ambiente acadêmico, mas fora dele também, no grupo, nos almoços, no metrô, no Tietê indo de volta para casa, dividindo o Uber. Assim como o Roberto. Ah, o Roberto, nem se fala. Esse ouviu minhas reclamações, meus desabafos pelo zap, me ajudou a entender melhor as teorias propostas pela semiótica, me conduziu muitas vezes como um guia por São Paulo, me ensinou a andar de metrô e conhecer um pouco mais dessa cidade louca, ao mesmo tempo que incrível. Obrigada amigos! Vocês se encaixam na letra da música “Canção da América”, de Milton Nascimento: “amigo é coisa pra se guardar, debaixo de sete chaves. Dentro do coração...”

À Christina e todos os demais colaboradores na Secretaria do Programa, por cuidar da parte burocrática e cumprir bem suas funções, na maioria das vezes, indo além disso. Quantas vezes precisei ligar na secretaria para resolver minhas questões e a “Chris” estava lá pronta para ouvir, cheia de paciência para explicar os processos e não deixar nada pendente. Obrigada!

Ao Thiago Quirino, por ter me ajudado durante as pesquisas disponibilizando materiais necessários para desenvolvimento do *corpus* (Estadão, O Globo e Folha). Fora isso, como já te disse, esse ano você foi um grande amigo e me ajudou de várias formas. Obrigada!

Sou grata também à equipe da Hemeroteca Mário de Andrade, que sempre me atendeu de maneira cordial e eficiente. Não mediram esforços durante os quase três meses que fui, pelo menos três vezes por semana lá, buscando e disponibilizando os materiais necessários, antigos, da época em que os periódicos tinham tantas páginas e a impressão era em preto e branco. Foram muitas pesquisas e já me sentia parte da “família”. Afinal, minhas pesquisas iniciaram em jornais e revistas a partir do ano de 1989, ou seja, somam 30 anos. Vocês guardam um acervo incrível, de suma importância para o desenvolvimento das pesquisas na tentativa de contribuir com a discussão e quem sabe, solução de alguns desafios enfrentados na sociedade que vivemos.

Por fim, dedico este estudo às mulheres da minha vida: mãe, avós, bisavós, tataravós, tetravós. As últimas, ou na ordem cronológica, primeiras, não conheci pessoalmente, mas um

pouco pelo menos pude saber delas e suas vidas por meio das pesquisas de história da família e preenchendo minha árvore genealógica. O tema é sensível à nós mulheres, a começar pelas experiências que vi minha mãe e avó passarem, que me doeram, mas também me ensinaram muito. Vocês me inspiram, assim como todas aquelas que me antecederam; dedico também às mulheres candidatas à presidência que representam, de uma forma ou de outra, todas as mulheres; àquelas que lutaram para que tivéssemos direito de votar, de entrar na universidade, como Nísia Floresta e tantas outras; oxalá este estudo o qual me dediquei tanto, que por vezes me sensibilizei, quase chorei ao fazer as análises, possa fazer algum tipo de diferença nesse mundo tão difícil, sem igualdade, que opõe por meio de atitudes arbitrárias inseridas em uma cultura machista, que fere a alma, machuca, e em pleno Século XXI ainda está tão cristalizada. Mas seguimos resistindo e aproveitamos esse tempo e experiências vividas para deixar algum tipo de contribuição. Esta é uma espécie de semente plantada, e quem sabe possa inspirar outros trabalhos acadêmicos que defendam o mesmo tema.

"Em condições de poder, a mulher deixa de ser vista
como objeto frágil, e isso é imperdoável. E aí
começa a história das mulheres duras. É verdade: eu
sou uma mulher dura cercada de homens meigos".

Dilma Rousseff
Jornal Extra, 10 mar. 2009

RESUMO

O presente estudo propõe uma análise semiótica sobre a construção da imagem das candidatas à presidência da República na mídia impressa brasileira, entre 1989 e 2018. A primeira mulher a participar do pleito foi Lívia Maria Ledo Pio de Abreu, em 1989. Em 1998, quase dez anos depois, Thereza Ruiz postulou ao cargo. Já em 2006, Ana Maria Rangel e Heloísa Helena, entraram na disputa. Quatro anos mais tarde, em 2010, Dilma Rousseff e Marina Silva foram candidatas. Em 2014, Dilma Rousseff concorreu à reeleição, com Marina Silva e a ex-deputada Luciana Genro. Nas eleições de 2018, três candidatas concorreram ao pleito: Marina Silva, Vera Lúcia e Manuela D'Ávila, que uma semana após oficializar candidatura pelo PCdoB, desfez a mesma para compor a chapa do Partido dos Trabalhadores (PT) como vice de Fernando Haddad. Nossa principal problema de pesquisa consiste em mostrar as formas de atuação da mídia na construção da imagem das candidatas às eleições presidenciais. A este respeito, são quatro as hipóteses que defendemos: a primeira, de caráter geral, é de que a mídia atuou disforicamente na composição de cada candidata como sujeito incapaz de exercer a função a qual se propunha; a segunda, é que por meio da linguagem verbal e imagética, os discursos políticos e midiáticos veiculados pelo O Globo, O Estado de S. Paulo (Estadão), A Folha de S.Paulo, Revistas Veja, Isto É, Exame e Época criaram e propagaram estereótipos de gênero desqualificando as candidatas, reiterando em cada um destes processos a cultura do preconceito, da submissão, do sexismo e da misoginia que permeia o cenário político brasileiro; a terceira, é que estes estereótipos se consolidam por meio da emergência de precisos papéis temáticos (a bruxa, a histérica, etc.); a quarta é que, conforme a teoria da narratividade proposta pela Escola Francesa da Semiótica de Algirdas J. Greimas, dificilmente a mulher consegue se firmar como “sujeito”, ficando no máximo com o papel actancial de “adjuvante” ou ajudante”. A projeção divulgada pelo Fórum de Davos, na Suíça (G1, 2018), aponta que levará aproximadamente 200 anos para que os direitos da mulher sejam respeitados, entre outras estatísticas assustadoras, o que inspirou a realização deste trabalho. Usamos como base para fundamentação teórica e metodológica os conceitos semióticos fundados em Greimas e Courtés (2008), Greimas (1984, 2017, 1975), Eric Landowski (1992, 2004, 2012, 2014), Jean-Marie Floch (1987), Ana Cláudia Oliveira (2004), autores da área da comunicação como Muniz Sodré (2016), da semiótica e política Paolo Demuru (2018, 2019) e Maria Paula Piotto da Silveira Guimarães (2012), além de outros que pesquisam gênero incluindo Adriana Piscitelli (2009) e no campo da representação da mulher na mídia e na política, Flávia Biroli (2010), Fernanda Ferreira Mota (2014) e Luis Felipe Miguel (2009), do Instituto de Política da Universidade de Brasília.

Palavras-chave: Semiótica; Candidatas; Eleições; Greimas; Estereótipos.

ABSTRACT

The present study proposes a semiotic analysis on the construction of the image of the candidates for the presidency of the Republic in the Brazilian print media, between 1989 and 2018. The first woman to participate in the election was Lívia Maria Ledo Pio de Abreu, in 1989. In 1998, almost ten years later, Thereza Ruiz postulated the post. In 2006, Ana Maria Rangel and Heloísa Helena, entered the dispute. Four years later, in 2010, Dilma Rousseff and Marina Silva were candidates. In 2014, Dilma Rousseff ran for reelection, with Marina Silva former Deputy Luciana Genro. In the 2018 elections, three candidates ran for the election, namely: Marina Silva, Vera Lúcia and Manuela D'Ávila, who one week after official candidacy by PCdoB, undid the same to compose the Workers Party (PT) plate as deputy from Fernando Haddad. Our main research problem is to show the ways in which the media act in building the image of candidates for presidential elections. In this respect, there are four hypotheses that we defend: the first, of a general nature, is that the media acted dysphorically in the composition of each candidate as a subject incapable of performing the function for which she was intended; The second is that through verbal and imagetic language, the political and media discourses conveyed by O Globo, The State of S. Paulo (Estadão), The Folha de S. Paulo, Magazines Veja, That is, Exame and Epoca created and propagated gender stereotypes disqualifying the candidates, reiterating in each of these processes the culture of prejudice, submission, sexism and misogyny that permeates the Brazilian political scene; The third is that these stereotypes are consolidated through the emergence of precise thematic roles (the witch, the hysterical, etc.). The fourth is that, according to the theory of narrativity proposed by the French School of Semiotics of Algirdas J. Greimas, it is difficult for women to establish themselves as "subjects" and at the most, actuarially as "adjuvants" or assistants. The projection released by the Davos Forum in Switzerland (G1, 2018) points out that it will take approximately 200 years for women's rights to be respected, among other frightening statistics, inspiring this work. We use as a basis for theoretical and methodological foundation the semiotic concepts based on Greimas and Courtés (2008), Greimas (1975, 1984, 2017), Eric Landowski (1992, 2004, 2012, 2014), Jean-Marie Floch (1987), Ana Cláudia Oliveira (2004), authors in the field of communication such as Muniz Sodré (2016), semiotics and politics Paolo Demuru (2018, 2019) and Maria Paula Piotto da Silveira Guimarães (2012). Others researching gender including Adriana Piscitelli (2009) and in the field of women's representation in the media and politics, Flávia Biroli (2010), Fernanda Ferreira Mota (2014) and Luis Felipe Miguel (2009), from the Policy Institute of the University of Brasilia.

Keywords: Semiotics; Candidates; Elections; Greimas; Stereotypes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dilma e Lula durante a posse da ministra na Casa Civil	52
Figura 2 – Dilma serena, firme e convicta	54
Figura 3 – “Sim, a mulher pode”	58
Figura 4 – Aprovação da presidente no primeiro ano de mandato	59
Figura 5 – Dilma confiante	62
Figura 6 e 7 – “Mãe, rainha e fada madrinha”	65
Figura 8 – Dilma sendo perfurada por uma espada (2011)	67
Figura 9 – Dilma sendo perfurada por uma espada (2012)	70
Figura 10 – Queda de aprovação de Dilma	73
Figura 11 – Dilma “pedalando”	76
Figura 12 – Dilma “pedalando”	76
Figura 13 – Dilma “pedalando”	76
Figura 14 – Dilma “pedalando”	77
Figura 15 – Dilma “pedalando”	77
Figura 16 – Como se sair bem na crise (e depois dela)	80
Figura 17 – Fim ?	80
Figura 18 – Como salvar a nossa economia	80
Figura 19 – 20 anos para tirar o atraso	80
Figura 20 – A vida dura de quem sobreviveu	81
Figura 21 – Dilma envolta em chamas (Estadão)	83
Figura 22 – Para Dilma, Brasil vive ‘período crítico’	84
Figura 23 – Dilma envolta em chamas (Isto É)	85
Figura 24 – As bombas de Dilma	85
Figura 25 – Juízo Final	87

Figura 26 – Destino de Dilma nas mãos da Câmara	90
Figura 27 – Uma presidente fora de si	91
Figura 28 – Dilma levanta da cadeira como alguém que vai embora	92
Figura 29 – Dilma só	92
Figura 30 – Dilma dando tchau	93
Figura 31 – Dilma indo embora	93
Figura 32 – Dilma envelhecida	95
Figura 33 – A metamorfose 2 de Dilma	97
Figura 34 – Dilma e Dirceu frente à frente	98
Figura 35 – Temer chegando e Dilma saindo	100
Figura 36 – Ministério de Temer composto só por homens	100
Figura 37 – Dilma é escondida atrás da bandeira	106
Figura 38 – Manuela não é mostrada	107
Figura 39 – Manuela, Plano “B”	111
Figura 40 – A única mulher quer “ajudar”	114
Figura 41 – Lívia “pequena”	115
Figura 42 – Pesquisa da eleição de 1998	116
Figura 43 – Campanha de Thereza Ruiz	117
Figura 44 – Ana Maria, um rosto “sem idéias”	119
Figura 45 – Vera Lúcia, a última a ser ouvida	121
Figura 46 – Dilma, a “criatura”	123
Figura 47 – Heloísa Helena, “pé grande”	127
Figura 48 – Manuela, “musa do Sul”	129
Figura 49 – Dilma, brava (Páginas Amarelas)	132
Figura 50 – Heloísa Helena com megafone	133
Figura 51 – “Pimentinha em campanha”	134
Figura 52 – Heloísa Helena segura flores amarelas	136

Figura 53 – Vera Lúcia enfática	137
Figura 54 – Manuela, “musa do Sul”	139
Figura 55 – Marina ficou magra	141
Figura 56 – Manuela vulgarizada	147
Figura 57 – Heloísa Helena na corrida eleitoral	148
Figura 58 – Gêmea Sharapova, gêmea e Dilma “Machos, fêmeas”	149

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 <i>Corpus</i>	18
1.2 Abordagem teórica e metodológica.....	24
2 CANDIDATAS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA ENTRE 1989 A 2018	29
2.1 Gênero e mulher na política	29
2.2 Das mulheres de vanguarda às candidatas à presidência da República.....	33
2.2.1 Lívia Maria Ledo Pio de Abreu (1989).....	38
2.2.2 Thereza Tinajeiro Ruiz (1998)	39
2.2.3 Ana Maria Rangel (2006).....	39
2.2.4 Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho (2006)	40
2.2.5 Dilma Vana Rousseff (2010 e 2014)	42
2.2.6 Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima (2010, 2014 e 2018).....	43
2.2.7 Luciana Krebs Genro (2014).....	44
2.2.8 Manuela Pinto Vieira D' Ávila (2018)	45
2.2.9 Vera Lúcia Pereira da Silva Salgado (2018)	46
3 DILMA ROUSSEFF, DE "FIRME E COMPETENTE" À "CORRUPTA E LOUCA" ...	48
3.1 Visões eufóricas.....	48
3.1.1 Competente.....	49
3.1.2 Firme	51
3.1.3 Mãe e fada madrinha.....	62
3. 2 Visões disfóricas.....	66
3.2.1 Presságios.....	67
3.2.2 Rupturas	72
3.2.3 A "Corrupta".....	75
3.2.4 A "Incompetente"	79
3.2.5 A "Bruxa"	83
3.2.6 A "Desequilibrada.....	86
3.2.7 A "Acabada".....	91
3.2.8 Ele(s) / Ela.....	96

4 OS TEMPOS SE VÃO E AS DESIGUALDADES PERSISTEM	103
4.1 Submissão	105
4.2 “Dependência”.....	122
4.3 Masculinidades, feiuras e outras deformidades.....	127
4.4 Histerismo	131
4.5 Padrões de Moda e embelezamento.....	138
4.6 Objetificação (da mulher)	145
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS.....	156

1 INTRODUÇÃO

Em 1989 ocorreu a primeira eleição direta para a escolha de um presidente da República, após 21 anos de um processo de ditadura militar (1964-1985) que supriu a democracia e, consequentemente, liberdades como o direito de expressão e de votar.

Neste primeiro pleito depois da redemocratização¹, 22 candidatos concorreram ao cargo, entre eles uma mulher – Lívia Maria Ledo Pio de Abreu, do Partido Nacionalista (PN). As próximas eleições com a presença feminina foram o processo eleitoral de 1998, que contou com a participação de Thereza Tinajero Ruiz, do Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o de 2006, quando Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho (também chamada de Heloísa Helena ou HH), do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Ana Maria Rangel, do Partido Republicano Progressista (PRP) concorreram ao cargo eletivo mais alto do país. Na sua primeira participação como candidata a um cargo político, Ana Maria travou uma luta perante à justiça para conseguir chegar até o fim do processo.

Em 2010, duas ex-ministras do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), Dilma Vana Rousseff, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima (mais conhecida como Marina Silva), do Partido Verde (PV) disputaram pela primeira vez o processo eleitoral para presidente. Na eleição de 2014, as duas candidatas concorreram novamente ao pleito tendo ainda como adversária Luciana Krebs Genro (PSOL) e outros quatro candidatos. Esta foi a eleição que contou com mais mulheres engajadas em chegar ao Palácio do Planalto, em Brasília.

Em 2018, Vera Lúcia Pereira da Silva Salgado, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e Marina Silva concorreram à presidência ao lado de outros 13 candidatos. Manuela Pinto Vieira D'Ávila também chegou a registrar candidatura pelo PCdoB, no dia 1 de agosto do mesmo ano, mas poucos dias depois, segundo O Globo de 14

¹ “A redemocratização do Brasil ocorreu em etapas, iniciando em 1979 com a promulgação da Lei da Anistia e volta dos políticos exilados, passando pelo retorno do sistema multipartidário. Em 1982 ocorreu a primeira eleição direta para governos estaduais desde 1965, ao mesmo tempo do pleito para o Congresso Nacional e assembleias legislativas. O processo sucessório presidencial, configurada a referida diarquia a partir das eleições de 1982, passou a oferecer efetiva possibilidade de vitória a um eventual candidato da oposição no Colégio Eleitoral na disputa prevista para janeiro de 1985. A vitória oposicionista veio de fato a ocorrer, facilitada pela dissidência surgida dentro do PDS, dando origem em 1984 ao Partido da Frente Liberal (PFL), que se uniu à frente de oposição para derrotar a candidatura governista de Paulo Salim Maluf e eleger Tancredo Neves para a presidência da República. Com a morte do presidente Tancredo Neves, eleito pelo voto indireto mas que nem chegou assumir, ficou em seu lugar José Sarney. O próximo passo foi realizar eleições parlamentares a fim de formar uma Assembleia Nacional Constituinte, responsável por promulgar a Constituição de 1988. No ano seguinte, ocorreram as primeiras eleições diretas para a escolha do novo presidente do Brasil, que foi Fernando Collor de Melo” (LAMOUNIER, 2009, s.p.).

de outubro (ROXO, 2018, p. 8), desistiu para alinhar-se ao projeto do Partido dos Trabalhadores, como vice na chapa de Fernando Haddad, candidato substituto do ex-presidente Lula – impedido de participar do processo em função de suposto envolvimento em desvios de recursos, apontados por meio da Operação Lava Jato, que o condenou em segunda instância e o levou à prisão, em abril de 2018.

Nesse contexto, lembramos que apenas uma mulher – Dilma Rousseff – participou e venceu dois pleitos. Ela acabou por sofrer *impeachment* nos anos seguintes à reeleição, dada rejeição entre 2013 e 2016, período em que iniciou-se, de acordo com Seabra e Falcão (2013, p. A6) da Folha de S.Paulo, o processo de queda da avaliação e aprovação da presidente.

Após descrever nosso objeto de pesquisa, chegamos ao ponto de manifestar a intenção deste trabalho, que propõe a análise do discurso referente à construção da imagem das candidatas à presidente da República entre os anos de 1989 a 2018 e das generalizações impostas às mulheres. As disparidades residem e são sustentadas nos estereótipos de gênero, que segundo Biroli e Mota (2014), trazem como efeito a desigualdade de gênero e não uma solução para tais desafios enfrentados pelas mulheres. Utilizando um exemplo de publicação referente ao nosso objeto de estudo e no intuito de mostrar como este preconceito ocorre – de maneira implícita ou explícita – recorremos a uma matéria da Folha de S. Paulo (2006a, p. A9), do dia 12 de outubro intitulada “Heloísa chora no senado depois de divulgação de fotomontagem”. Tanto no texto quanto na imagem, destaca-se o choro da candidata. Ela, que era senadora e concorreu às eleições para presidente, disse “aos prantos, que é vítima de machismo da classe política e da imprensa”, referindo-se “à divulgação de uma fotomontagem em que o rosto dela foi colocado sobre o de uma modelo seminua na capa de uma revista masculina”.

Casos como esse tocaram no íntimo da vida e privacidade da candidata. Tratando-se ou não de uma montagem ou, em outras palavras, de uma forma infeliz de manipulação, produziram desvantagens. O problema está na maneira em que a mulher é representada no meio político e midiático, sendo desvalorizada e servindo, na maioria das ocasiões, como alvo de zombaria. É possível perceber que o tratamento dado a elas é diferenciado, mas para o lado disfórico, conforme Greimas e Courtés (2008, p. 149), sendo diminuídas a aspectos do comportamento, corpo físico ou competências, enquanto o homem, que domina a esfera dos cargos públicos, é valorizado e tem enaltecida suas características masculinas. Nesse sentido, ao analisar a construção da imagem das candidatas à presidência da República, pretende-se responder como a mídia impressa retrata as principais práticas de desigualdade, misoginia e sexism em suas publicações.

Nosso principal problema de pesquisa consiste em mostrar as formas de atuação da mídia na construção da imagem das candidatas às eleições presidenciais. Para isso, defendemos quatro hipóteses: a primeira, de caráter geral, é de que a mídia atuou disforicamente ao retratar cada candidata como sujeito incapaz de exercer a função a qual se propunha, colocando a mulher em condição assimétrica; a segunda, é que por meio da linguagem verbal e imagética, os discursos políticos e midiáticos veiculados pelo O Globo, O Estado de S. Paulo (Estadão), A Folha de S. Paulo, Revistas Veja, Isto É, Exame e Época criaram e propagaram estereótipos de gênero desqualificando as candidatas, reiterando em cada um destes processos a cultura do preconceito, da submissão, do sexism e da misoginia que permeia o cenário político brasileiro; a terceira, é que estas estereotipias se consolidaram por meio da emergência de precisos papéis temáticos (a bruxa, a histérica etc.); a quarta é que, conforme a teoria da narratividade proposta pela Escola Francesa da Semiótica de Algirdas J. Greimas, dificilmente a mulher consegue firmar-se como “sujeito”, ficando no máximo com o papel actancial de “adjuvante” ou “ajudante”.

A dissertação é composta por quatro capítulos, iniciando pela introdução. No início do segundo capítulo, traremos o conceito de gênero utilizando autores como Demaria (2003), Simone de Beauvoir (1970), Judith Butler (1990), Joan Scott (1990) e Alice Lima (2017); em seguida faremos uma contextualização sobre o período do sufrágio no Brasil, quando as mulheres lutaram pelo direito de votar e de serem votadas – destaque para a participação decisiva no processo das feministas como Nísia Floresta e Bertha Lutz, iniciado muito tempo antes com Nísia, que era preocupada com um novo conceito de educação para mulheres e quase cem anos depois, culminando na conquista dos direitos políticos, encabeçado por líderes como Bertha Lutz. Os tópicos a seguir são compostos por uma apresentação de cada candidata seguindo de um resumo de suas atividades e trajetória pessoal e política.

No terceiro capítulo, destacamos a trajetória de Dilma Rousseff, por entendermos ser este tema carregado de simbolismo, principalmente por se tratar de questões de desigualdades de gênero e da representatividade da mulher nos discursos políticos e midiáticos. Ela não representou apenas outras mulheres “comuns” que buscam a garantia de direitos, mas as demais candidatas e, até agora, foi a única a chegar mais longe ocupando a cadeira de presidente da República. Conforme mencionamos (no Capítulo 3), Dilma chegou à presidência em uma época em que sua figura era tida pela mídia como eufórica, tendo inclusive sendo chamada de “Dama de Ferro” quando estava no Ministério de Minas e Energia, apelido consolidado na Casa Civil como um traço forte e positivo de sua personalidade, manifestando características que lembram firmeza e resistência. Com esta

imagem tornou-se a primeira mulher presidente da República, caminhando no decorrer do primeiro mandato de alta aprovação, de acordo com a reportagem de Gois e Damé (2011, p. 4) do Jornal O Globo, para um segundo e para o processo de *impeachment*, que culminou no seu afastamento da presidência com uma imagem totalmente desgastada, ou como Greimas e Courtés (2008, p. 149) chamariam, disforizada. A estrutura deste capítulo reflete os traços figurativos e papéis temáticos conferidos à Dilma pela mídia, tanto na fase eufórica quanto na disfórica.

No quarto capítulo recorreremos à Dilma, que nos serve como suporte para a elaboração da análise, uma vez que sendo a única a ter chegado à a presidência, permite-nos traçar um paralelo e relação com as demais candidatas mostrando como cada uma delas foi desqualificada. Estas relações, de acordo com Greimas e Courtés (2008, p. 418), podem estar baseadas e estabelecidas tanto na forma de identidade (como aquilo com que se identifica) quanto de alteridade (que gera o desigual). São resultados diretos, segundo Landowski (2012, p. 25), da maneira como se vê o outro. O semioticista que estuda com afinco determinadas “práticas de vida” na Obra “Presenças do Outro” (2012, p. 5) explica sobre as categorias de admissão, assimilação, segregação e exclusão e como se aplicam nas relações, conforme veremos na análise detalhada deste capítulo. Apontamos os principais estereótipos repetidos nas candidatas, destacando que alguns destes rótulos estão claros nos textos jornalísticos, outros nem tanto, e então foram por nós identificados mediante as indicações ou expressões usadas nos discursos e contextos.

1.1 *Corpus*

O *corpus* do presente estudo é composto por publicações da mídia impressa e inclui os Jornais O Globo, Folha e Estado de S. Paulo, além das Revistas Isto É, Veja, Época e Exame. Tratam-se de veículos de comunicação ligados à grandes grupos jornalísticos tradicionais e, por isso, apresentam uma visão mais conservadora sobre questões como as fundadas em uma cultura patriarcal que acarreta a submissão da mulher ao homem. A escolha do *corpus* também justifica-se uma vez que essas mídias integram as mais antigas, de maior circulação no país e oferecem um conteúdo mais elaborado, detalhado e completo, além de permitir que seja feito um acompanhamento aprofundado quanto às transformações no campo político e midiático brasileiro dos últimos 30 anos.

As matérias utilizadas como *corpus* e que serão analisadas nos capítulos 3 e 4, abrangem exclusivamente reportagens sobre a presidente Dilma Rousseff e estão a seguir relacionadas:

- **Isto É** (COSTA, 2005, p. 44): sobre a competência de Dilma Rousseff ao ser empossada como ministra da Casa Civil – “Foi escolhida por Lula por ter se mostrado eficiente como gerente”;
- **Folha de S.Paulo** (CARVALHO, 2005b, p. A-22): a respeito de Dilma ter fama de “workaholic”, pessoa que se dedica integralmente ao trabalho;
- **O Estado de S.Paulo** (MARQUES, 2005, p. A-4): Dilma cultivou o apelido de Dama de Ferro mostrando-se firme como gestora política e atuou “na reestruturação do setor elétrico, após o apagão de 2001”;
- **O Estado de S.Paulo** (MONTEIRO, 2005, p. A6): Dilma “não vai ter apenas papel técnico” [...] terá atuação política e ressalta a importância de relacionamento com o Congresso”;
- **Folha de S.Paulo** (ALENCAR, 2005, p. A-6): O presidente Lula teria dito que gosta do estilo “trator” de Dilma, “similar” ao de José Dirceu”;
- **Isto É** (2005, p. 20): sobre Dilma Rousseff em 2005 quando nomeada ministra da Casa Civil - “Machos, ‘fêmeos’ e axé music”. A declaração foi feita pelo ministro da Cultura da época, Gilberto Gil;
- **Isto É** (COSTA, 2005, p. 44): “O homem pela dama de ferro”. Comparação entre Dilma e José Dirceu quando ela assumiu a Casa Civil no lugar dele;
- **Folha de S.Paulo** (CARVALHO, 2005a, p. A4): Ministro da Cultura, Gilberto Gil diz que a “Ministra tem um lado macho”;
- **O Estado de S.Paulo** (2008, capa): Dilma é apresentada por Lula como a “mãe do Pac”, e figura como uma “rainha” e “fada madrinha”;
- **Folha de S.Paulo** (LANGELLIER, 2009, p. A-10): “Dilma é a dama de ferro, com os pés no barro”;
- **O Estado de S.Paulo** (GALHARDO, 2014, p. A-9): Quando era ministra da Casa Civil Dilma recebeu a indicação para candidatura à presidência da República - "Se consolidou no cargo e recebeu carimbo de candidata em 2007, durante a visita a uma plataforma da Petrobrás, onde Lula imprimiu a mão suja de óleo no macacão laranja de Dilma”;

- **Veja** (CABRAL; RIBEIRO, 2010, p. 59): Dilma foi “escolhida por um dedazo presidencial”;
- **Veja** (CABRAL; PATURY, 2010, p. 74): Dilma mostra virtudes que a levaram a ser indicada como candidata - "Mostrou lealdade ao presidente e gerenciou programas de governo";
- **Isto É** (MARQUES, 2010, p. 41): Dilma ganhou o respaldo do público e “conseguiu conquistar eleitores de toda as classes sociais”;
- **Época** (2010, Capa): Dilma eleita presidente – “Sim, a mulher pode”;
- **O Globo** (GOIS; DAMÉ, 2011, p. 4): “No 1º Ano de Dilma, aprovação em alta e sete demitidos”;
- **Veja** (2011b, p. 19): Dilma Rousseff quando presidente – “Ela é brava mesmo”;
- **Veja** (2011b, p. 63): “Dilma age como quer a maioria da cidadania: preserva a dignidade do cargo e afasta firmemente os de conduta frágil. Tudo isso é novidade”. Declaração do ex-governador de São Paulo, Cláudio Lembo;
- **Veja** (2012, p. 43): aprovação do governo de Dilma - "Dilma Rousseff tem motivos de sobra para festejar 2011 e está certa de que 2012 será ainda melhor";
- **O Estado de S.Paulo** (ROSA, 2012, p. A4): Dilma "mira gestão eficaz em 2012", abordando a eficiência dela no primeiro mandato como presidente;
- **O Estado de S.Paulo** (ROSA, 2012, p. A4): o título de “mãe dos pobres” é reiterado pelo jornal;
- **O Estado de S.Paulo** (DOMINGOS, 2011, p. A7; WART; BOGHOSSIAN, 2012, p. A-8): Dilma é “cravada pela espada”;
- **Veja** (PEREIRA, 2012, p. 51): “Em 2011, o governo foi Lula-Dilma, em 2012 será Dilma-Lula, e a partir de 2013, Dilma-Dilma”. Se tratando da “dependência” de Dilma a Lula;
- **O Estado de S.Paulo** (MONTEIRO; NOSSA, 2016, p. A14): Dilma começa ser perseguida – "O preço da falta de jogo de cintura";
- **Folha de S.Paulo** (2013, p. A-6): “Aprovação do governo cai 23 pontos em pesquisa” – trata da queda da avaliação do governo de Dilma;
- **O Estado de S.Paulo** (GALHARDO, 2014, p. A-9): "Agora, gestoraagridoce";

- **Folha de S.Paulo** (NERY; CRUZ, 2014, p. A-6): “As metamorfoses de Dilma”;
- **O Estado de S.Paulo** (ROSA; MONTEIRO, 2016a, p. A5): “Planalto classifica situação da petista como ‘dramática’”;
- **Isto É** (2015, capa): “O Rastro do dinheiro do Petrolão na campanha de Dilma”;
- **O Estado de S.Paulo** (2016c, p. A-35) “Fim da era PT”;
- **Época** (FERNANDES, 2016, p. 36-37): “Teatro da Política 'Luz, Câmera e Ação”;
- **Exame** (2016a, capa): “Como se sair bem na crise (e depois dela)”;
- **Exame** (2016b, capa): “Fim”?;
- **Exame** (2016d, capa): “Esse é o prazo para o Brasil construir uma infraestrutura de primeiro mundo. Mas atenção: teremos de investir muito mais. No ritmo atual, só vamos chegar lá a 50 anos”;
- **Exame** (2016e, capa): “A vida dura de quem sobreviveu”;
- **O Estado de S.Paulo** (2016b, capa): “Janot denuncia Lula na Lava Jato e pede investigação contra Dilma”;
- **Isto É** (GALLO, 2016, p. 40-41): “As bombas de Dilma”;
- **O Estado de S.Paulo** (2016a, capa): “O destino de Dilma nas mãos da Câmara”;
- **O Estado de S.Paulo** (2016e, capa): “Juízo final”;
- **Isto É** (2016a, capa): “As explosões nervosas da presidente”;
- **Isto É** (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, p. 33): “Uma presidente fora de si”;
- **O Estado de S.Paulo** (ROSA; MONTEIRO, 2016b, p. A-4): “Debandada de parlamentares cresce e Planalto já considera a situação crítica”;
- **O Estado de S.Paulo** (BULLA, 2016, p. A-4): “Supremo manda investigar Dilma por obstruir a justiça”;
- **O Estado de S.Paulo** (PORTO; MONTEIRO; ROSA, 2016, p. A6): “Dilma chama vice de ‘chefe do golpe’”;
- **O Estado de S.Paulo** (MARTINS; ARAÚJO, 2016, p. A13): “Dilma ataca oposição, nega que vá renunciar e se diz ‘injustiçada’”;
- **O Estado de S.Paulo** (2016c, p. A-40): Temer está "chegado" e Dilma "indo embora";

- **O Estado de S.Paulo** (VENCESLAU, 2016, p. A-12): “Ministério de Temer composto apenas por homens”;
- **Folha de S.Paulo** (2010, p. Especial-13): Imagem de Dilma quando candidata, escondida atrás da bandeira, e Lula aparecendo ao centro;
- **Folha de S.Paulo** (DIAS, 2018, p. A-12): “Sabotagem contra PT foi maior que erros de Dilma, diz Haddad”. Na reportagem, referente às eleições de 2018, tem a imagem de Haddad e Manuela D’Ávila “não sendo mostrada”.
- **Folha de S.Paulo** (2006, p. A-20): sobre Manuela D’Ávila que foi candidata a presidente em 2018 e, em 2006, eleita a deputada mais votada pelo Rio Grande do Sul - “Musa do Sul vê beleza com desdém”;
- **O Globo** (ROXO, 2018, p. 8): “Manuela, a vice que mudou de assunto”;
- **O Estado de S.Paulo** (GALHARDO; WETERMAN, 2018, p. A4): “Haddad é escolhido vice de Lula e PT deflagra ‘plano B’”;
- **Folha de S.Paulo** (1989b, p. B-8): no Caderno "Diretas-89", em que Silvio se autodenominou "machista e autoritário".
- **O Estado de S.Paulo** (FRANCO; SILVA, 1989, p. 6): sobre primeira candidata à presidência, Lívia Maria - “Lívia admite se aliar a Silvio Santos na disputa”;
- **Folha de S.Paulo** (1989c, p. B-2): “A única mulher quer ‘ajudar’”;
- **Folha de S.Paulo** (1989d, p. B-2): “Microcandidatos dizem que vão surpreender”;
- **O Globo** (1998, p. 3): sobre a segunda candidata à presidência da República, Thereza Ruiz, “Falou e disse, boca fechada, enfim, a voz”;
- **O Globo** (GUEDES, 2006, p. 8; NOVAES, 2006, p. 24): referente à candidata Ana Maria Rangel – “Uma campanha estranha, com gente esquisita” e “Um rosto sem idéias”;
- **Folha de S. Paulo** (2006a, p. A-9): candidata Heloísa Helena falando de machismo – “Heloísa Helena chora no Senado depois de divulgação de fotomontagem”;
- **Isto É** (LAGO, 2006, p. 43): Ana Maria é chamada de "a desconhecida";
- **Folha de S.Paulo** (ALENCAR, 2009, p. A-7): antes da campanha de 2010, Dilma descobriu que estava com câncer no sistema linfático – “Pesquisa medirá efeito da doença” e “Oposição discute o uso da palavra câncer”;

- **Folha de S.Paulo** (PASQUINI, 2018, p. A-10): sobre a candidata Vera Lúcia - "O que pensam os candidatos com menos intenção de votos nas pesquisas eleitorais";
- **O Estado de S.Paulo** (GOLETTA; DOMINGOS, 2014, p. A-5): aborda Dilma Rousseff nas eleições de 2014 - "Lula destaca 'harmonia entre criador e criatura';
- **Isto É** (VIAPIANA, 2018, p. 34): sobre a candidata Marina Silva nas Eleições de 2018 – "Quando ela deixará de ser a eterna herdeira ?";
- **O Estado de S.Paulo** (ROSA; GALHARDO, 2014, p. A-8): Sobre Dilma Rousseff – "A Hora da Criatura";
- **Veja** (COURA; CEDLIN; BARROS, 2014, p. 59) Marina Silva nas Eleições de 2014 – "Quão sustentável ela é?";
- **O Estado de S.Paulo** (HOLANDA, 2018, p. A-13): Marina Silva nas Eleições de 2018 – "A candidata que busca uma fresta para passar".
- **Folha de S.Paulo** (2006a, p. A-6): sobre a candidata Heloísa Helena, que tem a imagem "deformada";
- **O Estado de S.Paulo** (ARRUDA, 2006, p. Especial-H8): Heloísa Helena nas Eleições 2006 – "Alagoana Exagerada";
- **Isto É** (STUDART, 2006, p. 36-37): sobre Heloísa Helena – "Pimentinha em campanha";
- **O Estado de S.Paulo** (2006b, p. A-34): sobre Heloísa Helena – "Aos entrevistados com carinho";
- **O Estado de S.Paulo** (SALOMÃO, 2014, p. A-8): aborda a candidata Luciana Genro – "Não rezo e não faço demagogia";
- **O Estado de S.Paulo** (2014b, p. A-7): sobre a candidata Luciana Genro – "Nanicos travam novo round sobre homofobia";
- **O Globo** (SCHMITT, 2018, p. 8): sobre a candidata Vera Lúcia – "Precisamos do fim da propriedade privada";
- **Isto É** (SEQUEIRA; NICÁCIO, 2010, p. 62): Marina Silva nas Eleições de 2010 – "Marina ficou mais magra";
- **O Estado de S.Paulo** (PERON; LOPES; FERNANDES, 2014, p. A-7): Marina Silva nas Eleições de 2014 – "Chamou atenção ao dispensar o coque e usar rabo de cavalo";

- **O Estado de S.Paulo** (ALONSO, 2014, p. A-4): sobre Marina Silva – “#CoqueTaNaModa”;
- **O Estado de S.Paulo** (ROSA; GALHARDO, 2018, p. A4): Manuela D’Ávila nas Eleições de 2018 – imagem mostra Manuela sendo “beijada” por um homem durante uma caminhada buscando votos, na Bahia;
- **Veja** (DUAILIBI; PICCININ, 2006, p. 56-57): sobre Heloísa Helena – imagem mostra a candidata correndo atrás de Lula e Alckmin, se referindo às pesquisas eleitorais;

Como trata-se de período de 30 anos de pesquisa – devido aos processos eleitorais de 1989, 1998, 2006, 2010, 2014 e 2018 – a apuração inicial integrou cerca de dois mil registros, compreendendo o momento em que as candidatas eram lançadas, ou registravam a candidatura, até a sua participação final no pleito. Vale ressaltar que nos primeiros anos em que as mulheres participaram das eleições, 1989 e 1998 por exemplo, encontramos apenas cinco publicações sobre Lívia Maria e Thereza Ruiz, e todas foram analisadas neste trabalho pois convergiam diretamente com o tema.

O segundo recorte, mais específico sobre Dilma Rousseff de 2005 a 2016, comprehende o período em que foi nomeada ao cargo de ministra da Casa Civil até o seu afastamento. A partir dos registros primários, selecionamos 120 matérias (ou reportagens) para análise levando-se em consideração a pertinência com a nossa pergunta de pesquisa quanto à temática, o foco da linguagem verbal e imagética, os mecanismos utilizados e os efeitos dos discursos midiáticos.

1.2 Abordagem teórica e metodológica

Como suporte teórico e metodológico deste trabalho, utilizamos autores que atuam no campo da semiótica francesa, como Algirdas J. Greimas e Courtés (2008), Greimas (2017, 1984, 1975), Eric Landowski (1992, 2001, 2004, 2005, 2012, 2014, 2017), Ana Cláudia Oliveira (2004), Paolo Demuru (2018, 2019), Maria Paula Piotto da Silveira Guimarães (2012) e o linguista José Luiz Fiorin (2016), que também segue esta linha de pensamento. Muitos deles têm publicações na área da semiótica da comunicação política e, portanto, nos servem como referência de pesquisa. Com base nestes e suas teorias, entendemos que, por meio da linguagem verbal e imagética, os discursos políticos e midiáticos veiculados na grande mídia criaram e propagaram estereótipos de gênero reafirmando a existência de uma diferença e desqualificando as candidatas.

Objetivamos expor como na maioria das vezes isotopias da submissão, do preconceito e da negação do outro, analisadas na Obra “Presenças do Outro” de Landowski (2012, p. 9), estiveram presentes ou vieram à tona de-competencializando as candidatas durante cada um destes processos. Dessa forma, deram visibilidade à cultura do sexismo e misoginia, que no sentido exato dos termos significam, respectivamente, “atitude, discurso ou comportamento, que se baseia no preconceito e na discriminação sexual” (SEXISMO, 2009, s.p.) e “sentimento de repulsa ou aversão mórbida às mulheres” (MISOGINIA, 2009, s.p.), direcionado, no caso, ao cenário político e comunicacional brasileiro.

De acordo com as pesquisas realizadas no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes, não há outro estudo com igual tema, período e *corpus*, a não ser o trabalho feito pela pesquisadora Alice Maria Lira Lima (2017) sobre as candidatas à presidência no período entre 1989 e 2016. A pesquisa de Lima (2017) concentra-se no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e tem como foco mostrar as candidatas à presidência nos seguintes eixos: guerreira, maternal e profissional. Embora nosso tema seja outro, o estudo por ela proposto trouxe suporte com informações complementares elucidando nosso objeto.

Nos baseamos ainda em publicações específicas sobre Estereótipos de Gênero e Representação das Mulheres na Mídia no período eleitoral, utilizando os seguintes estudos de Flávia Biroli (2010), Flávia Biroli e Fernanda Ferreira Mota (2014) e Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2009), do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Além destes, buscamos informações referentes às questões de gênero com base na pesquisadora Adriana Piscitelli (2009), uma das organizadoras da Revista Pagu, no Núcleo de Estudo de Gênero da Universidade Estadual de Campinas.

A constatação da baixa representação e visibilidade da mulher nas esferas de poder político, conforme números apresentados em reportagem da Agência Senado (MONTEIRO, 2016, s.p.) e apontado por Lima (2017, p. 11), coloca o Brasil como destaque “em relação à desigualdades entre homens e mulheres na política”. O país, de acordo com dados da União Parlamentar de 2013, ocupa o 156º lugar no ranking das 188 nações onde foram observadas a presença feminina na política (SENADO, 2016, s.p.).

Identificamos outras referências de trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores Biroli e Miguel (2009) sobre a relação entre mídia, política, representação feminina e gênero. Eles reforçam nossas hipóteses: tanto o aspecto textual quanto nas imagens, as desvantagens de gênero continuam ativas no dia a dia da sociedade, ferindo de certa forma a liberdade e dignidade daquela que, no geral, ainda é “vista” e tratada na atualidade como “segundo sexo” (LANDOWSKI, 2012, p. 125).

As disparidades entre gênero que deixam sempre a mulher em desvantagem – sendo estas estendidas não apenas no campo da política, mas também da saúde e educação –, foram discutidas em 2018 no Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça. A projeção nada otimista diz que “no ritmo atual, as desigualdades entre homens e mulheres na maioria das áreas não serão eliminadas antes de pelo menos 108 anos. E também levará 202 anos para reduzir a diferença no trabalho” (G1, 2018, s.p.). Estas e outras estatísticas nos motivam a trabalhar este tema para quem sabe contribuir com uma discussão mais abrangente e chamar a atenção para tal objeto que gera e acentua tamanhas desigualdades.

Para definir conceitos semióticos e trabalhar todas as fases da teoria do Percorso Gerativo do Sentido, buscamos o Dicionário de Semiótica de Greimas e Courtés (2008) e nos amparamos ainda no livro “Elementos de Análise do Discurso”, de José Luiz Fiorin (2016). A metodologia utilizada é a análise semiótica discursiva e, com base nela, trabalhamos os elementos do Percorso Gerativo do Sentido que, segundo Fiorin (2016, p. 20), trata-se de “uma sucessão de patamares cada um dos quais suscetível de receber uma descrição adequada, que mostra como se produz e se interpreta o sentido, num processo que vai do mais simples ao mais complexo”. Os três níveis do percurso são o profundo (ou fundamental), o narrativo e o discursivo. Em cada um deles existe um componente sintático e um componente semântico: o primeiro contempla as transformações e as evoluções dos elementos semióticos; o segundo, seus investimentos em termos de valores.

Utilizamos os três níveis do percurso e suas diretrizes, que dão direcionamento às análises, buscando por meio de seus componentes explicar as oposições semióticas, que dão sentido e significado aos acontecimentos: os momentos eufóricos (positivos), disfóricos (negativos) referentes às candidatas; as isotopias são outro elemento importante de análise do discurso, que definem-se “como a recorrência de categorias sêmicas, quer sejam estas temáticas (ou abstratas) ou figurativas” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 192) ou, conforme reforça Fiorin, (2016, p. 112) é “o que dá coerência semântica a um texto e o que faz dele uma unidade de reiteração, a redundância, a repetição, a recorrência dos traços semânticos ao longo de um texto”.

O primeiro dos níveis, o fundamental, “abriga as categorias semânticas que estão na base da construção de um texto [...] e fundamenta-se numa diferença” (FIORIN, 2016, p. 21). Elas podem ser representadas por meio do quadrado semiótico. Eis alguns exemplos: homem, mulher, masculino, feminino, vantagem, desvantagem, categorias que utilizaremos muito durante a construção da análise.

Quanto ao nível narrativo, Fiorin (2016, p. 27-28) entende que nem todos os textos são narrativos e distingue a narratividade da narração. A primeira, ainda de acordo com o autor, integra todos os textos, já a segunda, relaciona-se a uma determinada classe de textos. Este nível trabalha com dois tipos de enunciados: o de estado e o de fazer. O primeiro trata da relação de disjunção e conjunção entre sujeito e objeto e, o segundo, corresponde à passagem de um estado para o outro (inicial e final). Utilizamos este nível para construir o terceiro e quarto capítulos, que, respectivamente, referem-se à Dilma e fazem uma relação entre as candidatas.

Ainda sobre este nível, Fiorin (2016, p. 29) diz que “não se pode confundir sujeito com pessoa e objeto com coisa. Sujeito e objeto são papéis narrativos que podem ser representados num nível mais superficial por coisas, pessoas ou animais”. Para ele “uma narrativa complexa estrutura-se numa sequência canônica” (FIORIN, 2016, p. 29), e esta estrutura também é chamada de Esquema Narrativo Canônico, que é composto por quatro fases: a manipulação, a competência, a performance e a sanção. Tal esquema é um ponto de partida para a compreensão dos princípios de organização de todos os discursos narrativos.

Na primeira fase, da manipulação, “[...] um sujeito age sobre o outro para levá-lo a querer e/ou dever fazer alguma coisa” (FIORIN, 2016, p. 29). São quatro tipos de manipulação, a saber: tentação, intimidação, sedução e provocação. A competência é a fase em que sujeito é dotado de um saber e/ou poder fazer e, desta forma, pode executar a transformação principal da narrativa. Segundo Fiorin (2016, p. 30) “cada um desses itens pode aparecer no nível mais superficial do discurso, sob as mais variadas formas” (FIORIN, 2016, p. 30). É justamente neste ponto que as candidatas são desabilitadas nas narrativas midiáticas e têm sua imagem mostrada como de um indivíduo “frágil”, “fraco”, que é “submisso”, “dependente”, entre tantos outros estereótipos. Dessa forma, transmite-se a ideia de alguém que não consegue constituir-se como sujeito e, consequentemente, não está apto para desenvolver seja lá o que for. A performance é o momento em que observa-se a mudança de um estado a outro e, por fim, na fase da sanção “ocorre a constatação de que a performance se realizou e, por conseguinte, o reconhecimento do sujeito que operou a transformação” (FIORIN, 2016, p. 31).

Outro nível é o discursivo. Neste, as formas abstratas, que estão presentes no nível narrativo, são revestidas tornando-se concretas (FIORIN, 2016, p. 41). As estratégias discursivas são construídas pelo sujeito da enunciação, que “projeta para fora de si os atores do discurso, bem como suas coordenadas espaço-temporais. Para constituir o discurso, utiliza-se das categorias de pessoa, de espaço e de tempo” e este se baseia em temas e figuras

(FIORIN, 2016, p. 57). No nosso estudo, temos como “realidade” apontada pelo discurso a não eleição da mulher, caracterizado na “dependência” da candidata a um outro, representado na maioria das vezes pela figura masculina; ou ainda, o discurso é revestido para mostrar que a “fraqueza” ou falta de competência da candidata/mulher na política seria o motivo dela não se eleger.

Por meio da semiótica plástica e suas categorias (eidética, cromática, topológica e matérica) bem como da semiótica figurativa, com apoio em Greimas (1984), Floch (1987), Oliveira (2004) e Demuru (2019) é possível estimar a dimensão dos problemas levantados neste estudo. Entendendo a importância do uso desta teoria para interpretar os fenômenos midiáticos contemporâneos e rever conceitos semióticos, Demuru (2019, p. 105) aponta em seu artigo “De Greimas a Eric Landowski. A experiência do sentido, o sentido da experiência: semiótica, interação e processos sócio-comunicacionais”, que as construções da mídia manifestam-se na forma de isotopias plásticas, figurativas, temáticas e narrativas. Para o autor, os “textos-objetos ou práticas de vida com fins mais ou menos delimitados entretêm com os discursos, as axiologias e as ideologias do universo ou dos universos socioculturais em que se inscrevem e transitam” (DEMURU, 2019, p. 105). Esta lente teórica e metodológica proposta por Greimas e seus seguidores fornece suporte adequado para a análise e descrição detalhada das imagens, que associadas ao verbal, nos ajudam a chegar a uma conclusão dos processos e efeitos gerados pelas publicações referentes às candidatas, destacando casos em que estereótipos de gênero foram manifestados, implícita ou explicitamente.

2 CANDIDATAS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA ENTRE 1989 A 2018

2.1 Gênero e mulher na política

Quando se opta por estudar questões relacionadas ao “gênero”, mesmo que elas estejam diretamente ligadas à mulher, faz-se necessário, inicialmente, apresentar uma visão geral de alguns autores (as) atuantes nesta área, que têm se esforçado para explicar este conceito tão amplo e passível de tantas interpretações. Não pretendemos entrar em detalhes em relação a todos os aspectos que compõe o “gênero”, e sim conduzir para uma compreensão do termo como entendido por alguns pesquisadores que, por vezes, concordam entre si e em outros momentos, discordam elevando a análise para outros caminhos ou patamares mais avançados.

Com este foco, uma das primeiras referências que recorremos tem base nas pesquisas da italiana Cristina Demaria (2003). Em seu Livro “Teorie di genere: Femminismo, critica postcoloniale e semiótica”, ela disponibiliza ferramentas teóricas para uma compreensão do lugar onde emerge uma semiótica do sujeito. A autora entende que:

[...] esse gênero pode antes de tudo ser entendido como uma construção semiótica, uma maneira pela qual um certo significado é atribuído ao feminino e a suas representações, também é verdade que o feminismo é um campo inter ou transdisciplinar (termo que hoje parece atrair mais apoio: veja os capítulos 2 e 3), que têm objetivos políticos, que influenciam profundamente as questões colocadas nos textos, mas, acima de tudo, as respostas que se obtém (DEMARIA, 2003, p. 216-217, tradução nossa²).

Para a autora, que constrói o termo a partir de uma perspectiva semiótica, o conceito é usado por alguns grupos de feministas, com direcionamento ao “feminino” e as formas de representação da mulher. Ela defende que os objetivos políticos existentes em torno do gênero podem influenciar nas questões apresentadas nos textos, que seriam no nosso caso, a linguagem verbal e imagética integrante do *corpus* proposto com base em jornais e revistas brasileiras.

Demaria (2003, p. 272) continua expressando, de certa forma, uma preocupação quanto ao emprego do termo gênero nos discursos e a necessidade de discussão do tema.

² Do original: [...] e che il genere possa innanzitutto essere inteso come un costrutto semiotico, un modo attraverso cui è stato assegnato e tutt'ora si assegna un certo significato al femminile e alla sue rappresentazioni, è vero anche che il femminismo è un ambito inter o transdisciplinare (termine che oggi sembra attrarre più consensi: si vedano i capp 2 e 3), che si pone obiettivi politici, i quali influenzano profondamente le domande che vengono poste ai testi, ma soprattutto le risposte cui si giunge (DEMARIA, 2003, p. 216-217).

Segundo ela, “a relação entre representação e realidade entendida” se manifesta “como uma construção discursiva discutível”. A pesquisadora expõe que “não está se tornando estável a linha entre o que é representação adequada e o que é representação errônea, mas entender como os dois estão envolvidos em um contexto cultural” (DEMARIA, 2003, p. 272). Neste “contexto cultural” apontado pela autora, está centrada a problemática do estudo referente às mulheres e suas desvantagens no campo político e midiático que, conforme defendido por ela, é construído pelos discursos existentes.

Demaria (2003, p. 272-273) acrescenta também que a pertinência está em buscar a “inter-relação entre aprimoramento individual e estereótipos que se cristalizam em práticas enunciativas e, portanto, nos equipando com ferramentas heurísticas mais eficazes”. Tais hábitos ganham corpo nas estratégias enunciativas e estereotipadas que resistem de uma a outra era. Este entendimento é reforçado da seguinte maneira pela famosa filósofa, feminista e defensora de direitos da mulher Simone de Beauvoir, na Obra “Segundo Sexo 1 – Fatos e Mitos” (1970, p. 101): “Na época em que o gênero humano se eleva até a redação escrita de suas mitologias e de suas leis, o patriarcado se acha definitivamente estabelecido: são os homens que compõem os códigos. É natural que dêem à mulher uma situação subordinada”, fazendo esta relação desigual perdurar em determinadas generalizações atribuídas ao “lugar da mulher”, que seguem impregnadas nas narrativas midiáticas. É qual é este lugar? É o que tentaremos mostrar durante as análises.

Lima (2017, p. 15) desenvolveu suas pesquisas sobre gênero na política no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, tendo como centro da análise as mulheres nos papéis de “maternal, guerreira e profissional”. A pesquisadora conceituou que “gênero é uma variável, entre outras questões econômicas ou regionais, importantes na organização das esferas políticas e domésticas, que estão imbricadas em um contexto social”, destacando ainda que o termo traz consigo um “conjunto de práticas, símbolos, valores, representação e imagem que a sociedade traduz a partir da diferença sexual anatômica e dá sentido ao contexto entre as pessoas” (LIMA, 2017, p. 15). Desta forma, o feminino e o masculino não estão relacionados ao sexo de cada indivíduo, e sim aos modos tidos como femininos ou masculinos. Trata-se, segundo Lima (2017, p. 15), não apenas de “desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas”. Ainda de acordo com a autora, acolher a ideia do que o termo representa em si, significa considerar as múltiplas formas de identidades, desde aquelas relacionadas às funções psicológicas, socioculturais, entre outras, no intuito de compreender indivíduos em cada sociedade e período da história.

Para Joan Scott (1990, p. 72), em “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, o conceito de gênero é visto como uma forma de organização da sociedade e a relação entre os sexos. Do ponto de vista gramatical, Scott (1990, p. 72) o aponta como um modo de classificar fenômenos dentro de um sistema social, ou “contexto social”. Lima (2017, p. 17) e Demaria (2003, p. 272) complementam o conceito como “contexto cultural” ao encaixar todos em um mesmo sentido, operando consensualmente em distinções, que não se tratam diretamente a uma exposição específica relacionada às características particulares de cada um (homem e mulher).

Scott (1990, p. 72) traça uma linha para explicar o uso mais recente do termo, que surgiu primeiramente entre o feminismo norte-americano e refere-se às diferenciações fundadas no sexo. Ele sugere uma aversão deste feminismo às ideias estabelecidas com base nos “genes” que ocasionariam em tais divisões, e estariam sendo utilizadas de forma velada por meio das variantes como “sexo” e “diferença sexual”. Vendo por outro ponto de vista, agora diferente do que apontava Demaria (2003, p. 216-217), Scott (1990, p. 72) amplia tal discussão:

O “gênero” sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado (SCOTT, 1990, p. 72).

Com esta declaração, é como se Joan Scott (1990, p. 72) fizesse a seguinte observação ou reflexão contrapondo a corrente do feminismo norte-americano: se a mulher estiver “isolada” ao ser estudada como categoria de gênero, como entender as relações de onde partem toda a problemática se não estudar o conceito de maneira mais aberta? Em suas análises, o autor pontua que ambos – homem e mulher – precisam ser estudados de forma igual e não separada, para uma melhor compreensão dos fenômenos. Ele destaca outros pontos que precisam ser levantados. Entre eles,

[...] talvez o mais importante, o “gênero” era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas, como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. “Aprendemos”, escreviam três historiadoras feministas, “que inscrever as mulheres na história implica necessariamente na redefinição e no alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva, quanto as atividades públicas e políticas (SCOTT, 1990, p. 73).

Faz sentido, se pensar que o estudo separado pode ameaçar qualquer tipo de acordo que diminua as diferenças e desigualdades. É o mesmo que dizer que cada grupo se fortalece em si e “sua causa”, não contribuindo para uma harmonização entre ambos. Esta pode servir como uma indicação relevante a futuros estudos sobre gênero.

Ao tratar de “gênero”, não poderíamos deixar de mencionar a filósofa estadunidense Judith Butler (2003), que se dedica em explicar questões teóricas contemporâneas referentes ao feminismo e à teoria Queer. Em sua famosa Obra “Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade” (2003) ela faz alguns questionamentos e destaca:

Em algumas explicações, a idéia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2003, p. 27).

De certa forma, Butler concorda com os autores já mencionados neste tópico “gênero”. Trata-se de um modo de vida construído culturalmente ou dentro de “contexto cultural” mas que, para a autora, não significa que diga respeito ao “sexo” em si segundo o que conhecemos –homem (macho) e mulher (fêmea) – pois este “não poderia qualificar-se como uma factualidade anatômica pré-discursiva” (BUTLER, p. 1990, p. 27). Dessa forma, a colocação vai ao encontro do que disse Demaria (2003, p. 272), de que o termo é vivido conforme construído discursivamente. A filósofa cita a célebre frase de Simone de Beauvoir que “não se nasce mulher, torna-se mulher” e esta construção, para Butler (2003, p. 27), está fundada “sempre sob uma compulsão cultural” a ser feita. A escritora de “Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade” defende ainda que tais definições geram controvérsias sobre o significado e,

[...] parece basear-se na polaridade filosófica convencional entre livre-arbítrio e determinismo. Em consequência, seria razoável suspeitar que algumas restrições lingüísticas comuns no pensamento tanto formam como limitam os termos do debate. Nos limites desses termos, “o corpo” aparece como um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ou então como o instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural por si mesma. Em ambos os casos, o corpo é representado como um mero instrumento ou meio com o qual um conjunto de significados culturais é apenas externamente relacionado. Mas o “corpo” é em si mesmo uma construção, assim como o é a miríade de “corpos” que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero (BUTLER, 2003, p. 27).

Com esta declaração, Butler (2003, p. 27) explica que as construções linguísticas no consciente coletivo limitam o debate e o “corpo” é passivamente definido de acordo com os significados culturais. Outrossim, pode-se dizer que os diferentes conceitos e pensamentos sobre “gênero” nos levam a outro passo, que é a desigualdade a ele propostos, e sob indivíduos aqui denominados “mulheres”, como será exposto a seguir por meio de uma descrição da luta da mulher pelo acesso a áreas como educação e política.

2.2 Das mulheres de vanguarda às candidatas à presidência da República

Ao iniciar este tópico, faremos uma contextualização sobre o período do sufrágio no Brasil, quando mulheres lutaram pelo direito de votarem e de serem votadas, representando um marco histórico que deve ser sempre recordado, em especial quando se discute política e gênero.

Uma destas pioneiras que, tempos atrás, preparou o campo, foi a potiguar Nísia Floresta. Ela é considerada a primeira feminista brasileira, que lutou muito para que alguns direitos das mulheres fossem conquistados, principalmente na área da educação. Como educadora, Nísia fundou em 1838, no Rio de Janeiro, o Colégio Augusto para moças e também ergueu a bandeira em prol da abolição, das causas republicanas e religiosas, segundo Duarte (2010, p. 34-36). A autora também expôs que ela “deve ter sido uma das primeiras mulheres a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada grande imprensa” (DUARTE, 2010, p. 12) sobre os temas citados acima. Acontecimentos como esses foram essenciais e antecederam a garantia específica do voto, que viria 100 anos mais tarde.

Ao fundar o colégio e tentar mudar a realidade das mulheres, a professora, que estava bem à frente de seu tempo, foi criticada pela imprensa da época, como se tivesse “desencaminhando” as mulheres do destino a elas preestabelecido, de ser “do lar”. Para Duarte, esta desaprovação pela educadora era manifestada em artigos e reportagens de jornais que depreciavam seu trabalho em favor da cultura patriarcal:

Um dos críticos, por exemplo no jornal O Mercantil, de 2 de janeiro de 1847, fez o seguinte comentário acerca dos exames finais em que várias alunas haviam sido premiadas com distinção: “trabalhos de língua não faltaram; os de agulha ficaram no escuro. Os maridos precisam de mulher que trabalhe mais e fale menos” (DUARTE, 2010, p. 17).

Este trecho de uma matéria do Jornal Mercantil (1847) trouxe críticas à Nísia e às alunas, na ocasião dos exames finais. Diferente de outros colégios da época que concentravam-se em ensinar mulheres a serem apenas donas de casa prendadas, no Colégio Augusto as moças cursavam entre outras disciplinas, os idiomas como francês, italiano. Segundo os críticos, dar atenção e prioridade aos estudos era o mesmo que dizer que elas “não estavam sendo preparadas para serem boas esposas”, ou aprendendo tarefas domésticas como costura. A nota do jornal explicitamente mencionava ainda que a mulher deveria “trabalhar mais e falar menos”, significando em outras palavras que deveriam manter-se caladas, em uma condição de submissão total.

No ano de 1827, o imperador Dom Pedro I tinha assinado uma lei que permitia o acesso das mulheres à escola, mas este era restrito ao ensino fundamental e médio, não acadêmico. Nísia defendia este e outros temas levantando indagações como “Por que a ciência nos é inútil? Porque somos excluídas dos cargos públicos; Porque não temos ciência (DUARTE, 2010, p. 81). Na defesa da formação superior para a mulher, ela se manifestou da seguinte maneira:

Por que [os homens] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham? [...] É um grande absurdo pretender que as ciências são inúteis às mulheres, pela razão de que elas são excluídas dos cargos públicos, único fim a que os homens se aplicam. A virtude e a felicidade são tão indispensáveis na vida privada como na pública, e a ciência é um meio necessário para se alcançar uma e outra [...] O mesmo sórdido interesse, que os instiga a invadir todo poder e dignidades, os determina a privar-nos desse conhecimento, que nos tornaria suas competidoras. Como a natureza parece haver destinado os homens a ser nossos subalternos, eu lhes perdoaria voluntariamente a usurpação, pela qual nos têm tirado das mãos o embaraço dos empregos públicos, se sua injustiça ficasse satisfeita, e parasse nisso, mas como um abismo cava outro, e os vícios sempre andam juntos, eles não se satisfazem somente com a usurpação de toda autoridade, têm mesmo a ousadia de sustentar que ela lhes pertence de direito, pois a natureza nos formou para ser-lhes perpetuamente sujeitas por falta de habilidade necessária para partilhar com eles do governo, e cargos públicos. Para refutar esse extravagante modo de pensar será preciso destruir os fundamentos sobre que está baseado (DUARTE, 2010, p. 94).

A visão positivista da educadora deixava claro que todos deveriam ter direitos iguais, que a mulher não deveria ser e estar de nenhuma forma “sujeita por falta de habilidade” e que pensar assim não prejudicaria as relações entre homem ou mulher. Além disso, ela defendia que a mulher podia ser e conquistar muito mais do que “apenas ser dona de casa”, que tinha até então como única atribuição cuidar do marido e dos filhos, lavar, passar, cozinhar, enfim,

desenvolver tarefas domésticas, consideradas na época do Brasil Império como a melhor “instrução” e “qualificação” para as mulheres na sociedade.

Em uma de suas viagens à Europa, conforme informações de Duarte (2010, p. 156) em meados dos anos de 1851, conheceu o pai do positivismo, Augusto Comte, com quem desenvolveu alguns de seus trabalhos e defendeu suas ideias, registradas em 13 cartas datadas de 1856, posteriormente publicadas em alguns jornais brasileiros.

Nísia publicou mais de 14 obras que tratavam do direito das mulheres. A mais famosa delas é “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, de 1832. Neste livro a feminista “trata dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho e exige que as mulheres sejam consideradas inteligentes e merecedoras de respeito pela sociedade” (DUARTE, 2010, p. 12). Na referida obra ela ainda “divulga os preconceitos mais disseminados contra o sexo feminino, identifica suas origens na dominação portuguesa, e ainda desmistifica a ideia dominante da superioridade masculina” (DUARTE, 2010, p. 13).

Esta era uma época, em que a “grande maioria das mulheres brasileiras vivia enclausurada em preconceitos, sem nenhum direito que não fosse o de ceder e aquiescer sempre à vontade masculina” (DUARTE, 2010, p. 13). Ao trazer à discussão tais temas, Nísia tornou-se uma referência na defesa pelos direitos da mulher, perpetuando a luta por igualdade de gênero. Atualmente esta é uma das metas incluídas na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015, s.p.), que atua junto aos governos e demais órgãos da sociedade para reduzir desigualdades.

Como pudemos perceber, desde os tempos mais antigos da história do Brasil as mulheres se engajaram na busca por mais respeito e igualdade de condições na sociedade. Iniciando-se pela educação, tempos depois, as reivindicações tornaram-se mais fortes e abrangentes em torno da participação integral no processo político que, até metade do Século XX, era resguardado apenas aos homens alfabetizados da elite intelectual. Conforme O Globo (2014, p. 41), “a dentista gaúcha Isabel de Souza Matos reivindicou na Justiça o seu alistamento eleitoral, o que lhe foi negado, anos depois, já na República Velha”. No entanto, vemos que a resposta negativa naquela época não foi empecilho para dar continuidade à conquista deste ideal. Pelo contrário, serviu como uma motivação para seguir adiante.

De acordo com registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2013a) sobre o “Voto da Mulher”, durante a elaboração da Constituinte de 1891 houve intensa discussão sobre o voto feminino. Estudava-se tal possibilidade ou como liberar a participação apenas para mulheres diplomadas que atuassem na profissão de professoras, não fossem casadas ou estivessem

vivendo sob o mesmo teto que o pai, além daquelas que possuíam bens. Mesmo com estas restrições, na ocasião não foram aprovadas leis em favor da mulher.

Ainda segundo a publicação do TSE, outras manifestações contrárias davam conta que caso a mulher casada tivesse o direito de votar, isso traria como consequência “a dissolução da família brasileira”, que fazem total sentido ao lembrarmos os desafios enfrentados na época de Nísia; ou então, “que a mulher não possuía capacidade, pois não tinha, ‘no Estado’, o mesmo valor que o homem” (TSE, 2013a) se encaixando tal descrição plenamente no papel temático, ou estereótipo construído pelo discurso masculino dominante. Nesse embate de oposições semânticas, homens *vs* mulheres, estas entravam em disjunção com relação ao poder que não tinham de “votarem e serem votadas”. A disjunção, segundo Greimas e Courtés (2008, p. 149), significa “não ter alguma coisa”, sendo nesse caso o que faltava, a igualdade de condições entre esses sujeitos.

Rótulos surgidos na época produzem efeitos muito presentes ainda hoje com a conotação de que o papel principal da mulher deve ser o de “dona do lar” – caso contrário, a instituição familiar não sobreviveria. A questão foi abordada recentemente em reportagem da Revista Veja de 18 de abril de 2016 (LINHARES, 2016), ao atribuir o título à primeira-dama de “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”, que não deixa de ser uma espécie de crítica, mas acaba ao mesmo tempo reforçando esse como um padrão seguido pela maioria das mulheres, aquele o qual a mulher deve estar sempre “pronta e feliz” em casa esperando o marido chegar para o servi-lo. Tal condição exposta pela revista dá a impressão de que a mulher “modelo” é esta – a “do lar” – quando na realidade, dados divulgados no último senso do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2010, s.p.), apontaram que mais de 37% dos lares brasileiros são administrados ou chefiados por mulheres.

Dando sequência, às questões referentes à conquista da igualdade, as pressões para assegurar tal direito e, consequentemente, a participação feminina na política, sucessivamente voltavam à tona no cenário político brasileiro. Em 1917, a professora Leolinda Daltro liderou uma passeata, exigindo a extensão do voto para as mulheres. Dois anos mais tarde, a feminista Bertha Lutz (SENADO, 2015, s.p.) – conhecida como outra grande líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras – criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Esta serviu como embrião para mais tarde fundar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que era filiada à *International Woman Suffrage Alliance*, organização mundial empenhada na luta pelo movimento sufragista.

Bertha, junto a outras pioneiras (EBC, 2016, s.p.), também se engajou em outros direitos para as mulheres, como trabalhistas e educacionais. Embora estas feministas tivessem

profissões renomadas como dentistas, médicas, advogadas e pertencessem à elite brasileira, isto não as poupava de serem atacadas e vistas muitas vezes pela imprensa como histéricas, recebendo adjetivos depreciativos. Mesmo na década de 1970, quando o movimento tornou-se ativo, a imagem disfórica permanecia. Cabe destacar nesta análise que igual sentido foi atribuído a Dilma Rousseff, a qual será amplamente estudada no decorrer deste trabalho. Na publicação de *Isto É* de 6 de abril de 2016 (*ISTO É*, 2016a, capa), com o título “As explosões nervosas da Presidente”, a revista criou a imagem de uma mulher louca e desequilibrada. Na mesma edição (*ISTO É*, 2016a, p. 32) reiterou tal conceito dizendo que ela era “Uma presidente fora de si”. Em determinado momento, a matéria diz: “Em surtos de descontrole emocional diante da iminência de perder o poder, a presidente Dilma quebra móveis no Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades e ataca poderes constituídos” (mais detalhes no capítulo 3). Ou seja, o veículo construiu em Dilma a imagem de histérica e louca, repetindo o “padrão” imposto à mulher do passado, além de transmitir a ideia que a presidente não estava apta para administrar o país.

Continuando o relato a respeito da participação das mulheres nas eleições, segundo informações contidas no Glossário do TSE (2013a, s.p.), em 1921 o “projeto apresentado pelo senador Justo Chermont dispondo sobre a capacidade eleitoral da mulher, maior de 21 anos, [...] poderia consagrar o direito político” delas. Mais tarde então, em 1927, utilizando-se de uma brecha na lei brasileira – Artigo 17: “No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei” (TSE, 2013a, s.p.) –, baseada na sentença “sem distinção de sexos”, e por meio de uma estratégia exitosa das feministas lideradas por Bertha Lutz, “o candidato ao governo do Estado concedeu o voto às potiguaras”. A primeira mulher que se registrou para votar foi à professora da Escola Normal de Mossoró, Celina Guimarães Viana. Tal fato, ainda de acordo com informações do TSE (2013a, s.p.), tornou-se notícia no Jornal do Município que, em manchete de 4 de dezembro de 1927, proclamava: “Mossoró sempre à vanguarda dos grandes e nobres cometimentos”. No mesmo ano, Alzira Soriano lançou sua candidatura e tornou-se “a primeira Prefeita da América Latina, elegendo-se para assumir a gestão da cidade de Lajes, no RN, no ano seguinte” (TSE, 2013a, s.p.). Trata-se de um marco crucial na luta pela conquista de direitos das mulheres. Muito embora pareça fugir de nosso objeto de estudo, que é tratar da imagem e dos estereótipos relacionados às candidatas às eleições presidenciais, este foi o primeiro registro documentado de uma mulher candidata a um cargo eletivo e, ao nosso ver, além de merecer aqui ser destacado, pode nos auxiliar a entender melhor o passo a passo

do processo, uma vez que mesmo tendo “conquistado esse direito”, ele é muitas vezes questionado, como veremos em muitos casos que aqui serão mostrados.

A título de complemento, o Projeto “Mulher 500 Anos Atrás dos Panos”, mantido pela Organização Não Governamental “Rede de desenvolvimento Humano”, lembrou que o êxito no âmbito local, ou seja, a conquista do voto no Rio Grande do Norte, não se estendeu imediatamente à esfera federal e “nem assim o machismo da época cedeu” (MULHER 500, 2018, s.p.). Sob forte resistência e pressão nacional – abaixo-assinados, manifestações públicas como a Cruzada Feminista Brasileira, em 1931 – as mulheres continuaram erguendo a voz, quando finalmente o governo e o Congresso introduziram no Código Eleitoral Provisório, por meio do Decreto nº 21.076 de 1932, o voto feminino e secreto. Em maio de 1933, pela primeira vez algumas mulheres puderam exercer tal direito. O Globo de 4 de maio (1933, p. 1) dizia: “o elemento feminino concorreu às urnas com uma vibração e uma independência que honram a cultura da mulher brasileira”. No entanto, essa foi uma vitória parcial, já que a lei naquele ano permitia somente “que mulheres que tinham cargo público remunerado, ou que trabalhava e recebiam algum tipo de salário e casadas (com autorização do marido), pudessem votar” (TSE, 2013b, s.p.). Segundo o Jornal O Estado de S.Paulo (SODRÉ, 2018, s.p.), “foi apenas no código eleitoral de 1965 que os direitos e obrigações eleitorais foram igualados entre homens e mulheres”. Durante a ditadura militar, de 1964 a 1985, esta garantia de votar ficou prejudicada e, somente em 1989, ocorreu a primeira eleição direta para a escolha de um novo chefe da nação, por meio do voto popular. Diferente de todas as anteriores, esta foi a primeira eleição tendo uma mulher candidata. Ela foi Lívia Maria Ledo Pio de Abreu, que apresentaremos a seguir, assim como as demais candidatas participantes do pleito.

2.2.1 Lívia Maria Ledo Pio de Abreu (1989)

A advogada mineira Lívia Maria Ledo Pio de Abreu foi a primeira mulher a candidatar-se à vaga de presidente da República, pelo Partido Nacionalista (PN), em 1989, nas eleições diretas, que marcaram o início da redemocratização no Brasil. Ela nasceu em 28 de agosto de 1948, na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais, é casada e mãe de seis filhos. Na época que concorreu, estava licenciada do cargo de assessora jurídica do Banco do Brasil.

Lima (2017) coletou outras informações referentes à candidata no material impresso de campanha e no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) como, por exemplo, o

conteúdo de suas propostas, que contemplavam “pautas como a soberania nacional, ampliação de produção de alimentos, defesa do Banco do Brasil, financiamento de microatividades econômicas do lar, proteção de menores, idosos e índios entre outros temas ligados à agropecuária e à agroindústria” (LIMA, 2017, p. 71-74). A candidata teve um total aproximado de 180 mil votos, correspondendo a um percentual de 0,25% e ficou em 14º lugar na relação de 22 candidatos que correram às eleições naquele ano. Em 2006, Lívia concorreu às eleições pleiteando uma vaga na Câmara dos Deputados, pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS).

2.2.2 Thereza Tinajeiro Ruiz (1998)

A paulista Thereza Tinajeiro Ruiz nasceu no dia 1 de junho de 1954. Foi a segunda candidata a concorrer à vaga de presidente da República, pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), em 1998, partido em que ela também ocupou o cargo de secretária geral da Executiva Nacional. Ao registrar candidatura na Justiça Eleitoral, segundo informações de Lima (2017, p. 75) declarou ter sido estenógrafa, datilógrafa, recepcionista, telefonista e empresária. A candidata cursou História na Universidade de São Paulo (USP), mas não chegou concluir a graduação.

Os registros de Lima (2017, p. 75) também apontam que “em relação à vida pessoal, em 1998 declarou ser casada, mas não houve exposição sobre cônjuge e possíveis filhos”. Ainda de acordo com a autora, “Thereza Ruiz foi a candidata com menos informações disponíveis, seja via partido, seja via internet e mídias sociais digitais” (LIMA, 2017, p. 75). Às descrições feitas por Lima, reforçamos esta falta de conteúdo sobre a candidata, também em nosso *corpus* – a mídia impressa.

Dez anos após Lívia ter participado do pleito, Thereza figurava a disputa com outros 12 candidatos e terminou sua participação nas eleições com um total de 166 mil votos, correspondente a quase 0,24% do eleitorado.

2.2.3 Ana Maria Rangel (2006)

Seguimos para 2006. Ana Maria Rangel nasceu em 21 de maio de 1957, no Rio de Janeiro. Ela é divorciada e tem dois filhos. Cientista política formada no exterior, Ana Maria também se declarou empresária do setor de transportes nos Estados Unidos. Candidatou-se ao

cargo de presidente da República, pelo Partido Republicano Progressista (PRP), e foi lançada no dia 30 de junho de 2006.

De acordo com matéria do Estado de S. Paulo (2006a, p. A-11), após seu lançamento ela denunciou ter sido “vítima de uma tentativa de extorsão de sua candidatura pelo partido”. A reportagem publicada menciona conversas gravadas e divulgadas no Jornal Nacional da ocasião, em que o presidente do partido, Ovasco Resende “aparece pedindo R\$ 14 milhões para financiar a campanha”. O dinheiro deveria ser “depositado diretamente em sua conta” sem ser declarados à Justiça Eleitoral.

Com as denúncias, o partido expulsou a candidata e pediu impugnação da sua candidatura. Ana Maria recorreu à justiça e conseguiu disputar o processo até o fim. Segundo (LIMA, 2017, p. 81) “com o slogan da campanha ‘Cuidar do Brasil, cuidar de você’, adotou um discurso da sensibilidade e do cuidado”, além de levantar bandeira contra a corrupção. Assim ela terminou sua participação no primeiro turno das eleições atingido 0,13% dos eleitores, obtendo pouco mais de 126 mil votos.

Depois das eleições de 2006, “chegou a se candidatar ao cargo de deputada federal pela Bahia, pelo Partido Ecológico Nacional (PEN), mas durante a campanha renunciou à candidatura” (LIMA, 2017, p. 81).

2.2.4 Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho (2006)

Heloísa Helena nasceu no dia 6 de julho, de 1962, no município de Pão de Açúcar, Estado do Alagoas. Ela é divorciada, tem dois filhos e é formada em enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas, onde mais tarde ingressou como docente, após ter passado em concurso público. Sua trajetória em movimentos estudantis e políticos iniciou-se quando ainda estava na graduação. Depois, como professora, ingressou no sindicato da categoria e em 1985 filiou-se e ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT) no Estado.

Com um currículo extenso na política, em 1992 Heloísa Helena foi eleita como vice-prefeita de Maceió, pela chapa do candidato do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Ronaldo Lessa. Na metade do mandato, disputou as eleições para deputada estadual, sendo eleita com 13.131 votos. Assumiu a vaga na Assembleia Legislativa de Alagoas em 1995. Na eleição seguinte concorreu à Prefeitura de Maceió, mas foi derrotada no segundo turno.

Três anos depois, disputou o cargo de senadora e tornou-se a primeira mulher eleita por Alagoas, com 374.931 votos, assumindo uma cadeira no Senado em 1999. Nesse período, Heloísa Helena foi vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais e titular das comissões

de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos, de Serviços de Infraestrutura, e de Fiscalização e Controle. Integrou ainda o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. No Senado, se posicionou contra a prorrogação da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF), do Fundo de Emergência Fiscal (FEF) e implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Defendeu que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso fosse punido por crime de responsabilidade e corrupção em processos de privatização como na Telebrás, e com esta proposta apoiou a Marcha dos 100 mil, organizada pelos Movimentos Rurais e Sem Terra (MST).

Nos anos seguintes foi acusada de proteger, por meio de votação secreta, o senador Luiz Estêvão, cassado por envolvimento em obras superfaturas da construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. De acordo com Toste (2009, s.p.), as acusações de que a senadora havia protegido Estêvão foram publicadas em uma matéria da Revista Isto É (2001) e denunciadas por Antônio Carlos Magalhães (ACM). Heloísa Helena negou ter defendido o senador cassado e abriu processo contra ACM. Mais tarde ela foi inocentada, por meio de laudo solicitado à Universidade de Campinas pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O parecer era que o painel eletrônico de votação tinha sido violado a pedido de Antônio Carlos com a ajuda do então senador José Roberto Arruda. Ambos renunciaram para evitarem de ser cassados e perderem direitos políticos (TOSTE, 2009, s.p.).

Heloísa Helena integrou também a Comissão Mista Especial da Crise Energética e Comissão Especial do Rio São Francisco. Na ocasião, criticou o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco pois, conforme informações descritas no Site da Fundação Getúlio Vargas, deveriam ocorrer antes “ações indispensáveis de revitalização das matas ciliares do rio e saneamento básico dos municípios pobres que ficam às suas margens” (TOSTE, 2009, s.p.). Mais adiante, foi contrária a ações do PT, como a aliança feita com o Partido Liberal (PL), escolhas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para compor o governo – indicação de Henrique Meireles para a presidência do Banco Central e de José Sarney para a presidência do Senado –, prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2004, além do projeto de reforma previdenciária. Diante desta e outras oposições contra o partido, “passou a responder, ao lado dos deputados federais João Batista de Oliveira, o Babá (PA), e Luciana Genro (RS), a processo disciplinar perante a Comissão de Ética do PT” (TOSTE, 2009, s.p.). No dia 14 de dezembro de 2003, ela e os dois deputados federais foram expulsos do partido.

De forma resistente, em julho de 2004 fundou o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e foi nomeada presidente nacional do partido, candidatando-se em 2006 ao cargo de

presidente da República. Heloísa Helena concorreu à vaga em uma chapa composta por três partidos de esquerda: PSOL, PSTU e PCB. HH, como era chamada pela mídia, obteve mais de 6,5 milhões de votos, o que correspondia a 6,85%, ficando em terceiro lugar na disputa. Atualmente faz parte da Rede Sustentabilidade e em 2012 foi eleita a vereadora mais votada em Maceió, com 19.216 votos. Se candidatou ao cargo de deputada federal por Alagoas, em 2018, mas obteve 53.793 votos e não conseguiu se eleger.

2.2.5 Dilma Vana Rousseff (2010 e 2014)

Dilma Rousseff nasceu no dia 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte. Segundo reportagem da Folha de S.Paulo (CARVALHO, 2005c, p. A-22), aos 19 anos “entrou na militância organizada da esquerda nos idos de 1967, na Organização Política Operária (Polop). Casou-se duas vezes, na primeira delas aos 20 anos com o militante político e jornalista, Cláudio Galeno. Os dois atuaram contra o regime militar. Foram perseguidos e mudaram-se para o Rio de Janeiro, onde viveram na clandestinidade. Dilma chegou a usar o codinome “Estela” e integrar a organização clandestina e revolucionária de cunho marxista denominada OPM (Organização Político-Militar), com objetivo de implantar a guerrilha e luta armada no país, derrubar o governo e implantar o regime socialista de fundo marxista-leninista. Conforme destaca o jornalista, “treinou com armas fora do Brasil” (CARVALHO, 2005c, p. A-22). Em 1969, também fez parte da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que fundiu-se com a VAR-Palmares, rachando três meses depois da fusão.

Como complemento deste período, segundo a Revista Época (2016, s.p.) Dilma “foi presa em 1970, quando enfrentou sessão de tortura como pau de arara, choques elétricos e palmatória e foi condenada a seis anos de prisão”. Cumpriu três anos e teve a condenação reduzida pelo Superior Tribunal Militar para dois anos e um mês. Após sair da detenção, foi morar no Rio Grande do Sul, onde conheceu seu segundo marido, Carlos Araújo, com quem teve a filha Paula.

Em 1976, ela e o marido Carlos filiaram-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, com o apoio de Leonel Brizola, ocupou cargos de secretária da Fazenda de Porto Alegre (1986-1988) e de Energia do governo gaúcho. Nesse período, Dilma saiu do PDT e filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Após a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, Dilma assumiu o cargo de ministra de Minas e Energia no governo federal. Também tornou-se presidente do Conselho de Administração da Petrobras, permanecendo na função até março de 2010.

Em 2005, Lula nomeou Dilma para o cargo de ministra chefe da Casa Civil, no lugar de José Dirceu, que teve de deixar o governo devido à acusação de participar do esquema do mensalão. Na Casa Civil, a ministra “assumiu o controle do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), projeto para promover crescimento econômico por meio de grandes obras de infraestrutura” (ÉPOCA, 2016, s.p.).

Nas eleições de 2010, concorreu ao cargo de presidente e se tornou a primeira mulher na presidência da República. Segundo a Época (2016, s.p.) “venceu com 56,05% dos votos e se tornou a primeira mulher a comandar o país. Sua Presidência ficou marcada por uma série de medidas intervencionistas na economia”. A presidente também “promoveu a queda dos juros, desonerou diversos setores da economia e promoveu a mudança de contratos com concessionárias de energia para derrubar o preço da conta de luz”. Em 2014, foi candidata à reeleição e venceu, mas não terminou o segundo mandato, sendo afastada por meio de “um pedido de impeachment elaborado por juristas que pediu o afastamento de Dilma por ‘pedaladas fiscais’ – manobras que o governo fez para maquiar as contas públicas” (ÉPOCA, 2016, s.p.). O pedido de *impeachment* foi aprovado na Câmara dos Deputados em 17 de abril e, em 11 maio, quando afastada definitivamente, o vice Michel Temer assumiu em seu lugar.

Uma análise mais aprofundada sobre Dilma Rousseff e toda sua trajetória na esfera política nacional será feita no próximo capítulo.

2.2.6 Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima (2010, 2014 e 2018)

No primeiro ano em que Dilma se candidatou à presidência, também participou da eleição pela primeira vez a candidata Marina Silva. Marina nasceu no dia 8 de fevereiro de 1958 na comunidade Breu Velho (Seringal Bagaço), que ficava a 70 km de Rio Branco, no Acre. Lá ela trabalhou extraíndo látex. A candidata é casada e tem quatro filhos.

Durante a adolescência contraiu leishmaniose, três hepatites e cinco malárias. Mudou-se para a capital a fim de tratar-se e começou estudar e trabalhar como empregada doméstica (CASTRO, 2018, s.p.). Marina aprendeu a ler aos 16 anos no Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), projeto do governo militar que atuava na alfabetização de adultos. A partir daí iniciou a graduação em história. É pós-graduada em Teoria Psicanalítica pela Universidade de Brasília e em Psicopedagogia pela Universidade Católica de Brasília (LIMA, 2017, p. 95). Em 1980, segundo reportagem de Castro (2018, s.p.) contando a trajetória da candidata, “incentivada por religiosos ligados à Teologia da Libertação, ala progressista da Igreja Católica influente no Brasil na década de 1980, se interessou pela política”. Neste

convívio, soube de um curso sobre liderança sindical rural, que seria ministrado por Chico Mendes. Marina participou das aulas e conheceu o líder seringueiro que a motivou a entrar na política. Com Chico Mendes “participou de ações contra o desmatamento ilegal chamadas de ‘empates’. Nelas, os seringueiros e suas famílias faziam correntes humanas para resistir ao avanço dos madeireiros” (CASTRO, 2018, s.p.). Junto com o líder sindicalista, Marina também fundou a Central Única dos Trabalhadores em 1984, e trabalhou com Chico Mendes até seu assassinato em 1988.

A primeira vez que participou de uma eleição foi em 1986, concorrendo à vaga de deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Três anos depois conquistou uma cadeira na Câmara de Vereadores de Rio Branco. Em 1991, tornou-se deputada estadual e em 1994, senadora, sendo aos 36 anos a parlamentar mais jovem no Senado.

A bandeira defendida por Marina era o Meio Ambiente, área em que teve destaque inclusive no cenário internacional. Em 2002, quando Lula foi eleito presidente, ela foi convidada a assumir o Ministério do Meio Ambiente. Em 2008, segundo matéria publicada no Nexo (CASTRO, 2018, s.p.), Marina “deixou a pasta depois de desgastes causados por divergências internas no governo, inclusive com a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff”.

A candidata voltou ao Senado em 2008 e, após Lula ter indicado Dilma como possível sucessora, Marina deixou o PT em 2009. Concorreu à presidência em 2010, 2014 e 2018, ficando em todos os processos em terceiro lugar, terminado sua participação no primeiro turno das eleições.

2.2.7 Luciana Krebs Genro (2014)

Luciana Krebs Genro nasceu em 17 de janeiro de 1971 em Santa Maria, Rio Grande do Sul, e mais tarde mudou-se para Porto Alegre. A candidata é casada e tem um filho. Sua mãe chama-se Sandra Krebs Genro e o pai Tarso Genro, que já foi prefeito de Porto Alegre, ministro da Educação, das Relações Institucionais e da Justiça do governo Lula. Quando adolescente estudou no Colégio Júlio de Castilhos (conhecido como Julinho), “tradicional reduto de mobilização política da cidade” (FRAGA, 2016, s.p.); lá fez seu primeiro discurso aos 14 anos e disputou a primeira eleição para a presidência do Grêmio Estudantil. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) antes mesmo do voto aos 16 anos ser permitido. Luciana é advogada e professora de inglês.

Aos 24 anos, Luciana Genro disputou a primeira eleição como deputada estadual e conseguiu uma cadeira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em 1998 foi reeleita ao

cargo. Em 2002, concorreu à vaga na Câmara dos Deputados e foi eleita na mesma eleição em que Lula se tornou presidente do Brasil. Devido a várias divergências, teve uma postura crítica em relação ao governo e, em 2003, foi expulsa do PT junto com a senadora Heloísa Helena e o deputado federal João Batista Oliveira de Araújo, conhecido como Babá. Mais adiante, ela liderou a criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pelo partido foi eleita novamente deputada federal. Voltou a se candidatar depois, mas não conseguiu se reeleger.

Segundo (LIMA, 2017, p. 101), “em 2008, ela foi candidata à prefeitura de Porto Alegre, em 2010, mesmo com a oitava maior votação no Rio Grande do Sul, não assumiu o cargo pelo fato de seu pai ter sido eleito governador (ainda que por um partido diferente)”. Desta forma, ela não pôde disputar no período nenhum cargo público no estado por estar na mesma jurisdição do pai. Em 2014, então, de acordo com reportagem do G1 (FRAGA, 2016, s.p.) “Luciana foi lançada na única instância em que a lei eleitoral lhe permitia: à Presidência da República”. A candidata terminou sua participação em quarto lugar, recebendo 1,6 milhões de votos. Em 2018, tentou novamente concorrer à presidência, pelo PSOL, mas o partido escolheu Guilherme Boulos como candidato. Ela então lançou-se candidata à deputada estadual e se elegeu com aproximadamente 74 mil votos.

2.2.8 Manuela Pinto Vieira D' Ávila (2018)

Manuela Pinto Vieira D'Ávila nasceu em Porto Alegre no dia 18 de agosto de 1981. É casada e tem uma filha. Em 1999, começou a estudar Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, porém não chegou formar-se nesta área. No mesmo ano, filiou-se à União da Juventude Socialista (UJS) e em 2001 ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Em 2002, assumiu a presidência da seção da UJS na capital do Rio Grande do Sul e também passou a integrar a direção nacional da entidade. Mais tarde, em 2003, terminou a graduação em comunicação social/jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS). No mesmo período foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio Grande do Sul e membro da direção estadual do partido entre os anos 2003 e 2007 (FGV, 2009a, s.p.).

Em 2004, com 23 anos, Manuela foi eleita a vereadora mais jovem de Porto Alegre. Na Câmara de Vereadores presidiu a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Na eleição de 2006, elegeu-se deputada federal com a maior votação, pelo Rio Grande do Sul, obtendo 271.939 votos. No período em que tinha uma cadeira na Câmara dos Deputados, integrou a Comissão de Desenvolvimento Urbano, do Trabalho, Administração e Serviço

Público e de Turismo e Desporto, além de ter participado de diversas comissões especiais. Mais adiante concorreu à Prefeitura de Porto Alegre, mas não venceu, ficando em terceiro lugar. Em 2010 candidatou-se novamente à deputada federal e foi reeleita com 482.590 votos (8,06%), tendo recebido pela segunda vez a maior votação no estado.

Na segunda legislatura no cargo federal passou a integrar como titular as Comissões Permanentes de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e a de Direitos Humanos, da qual foi presidente. Manuela também fez parte da Comissão Especial que discutiu o PL 2126/11, conhecido como Marco Civil da Internet em função da atenção dedicada à acessibilidade e neutralidade da rede no tocante ao tráfego de dados (FGV, 2009b, s.p.). Na eleição seguinte à Prefeitura de Porto Alegre, em 2012, candidatou-se e recebeu 141 mil votos, ficando em segundo lugar. Após as eleições em Porto Alegre, assumiu novamente a vaga na Câmara dos Deputados, onde participou de Grupo de Trabalho formado para discutir a reforma política. Em 2014 candidatou-se à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e foi eleita deputada estadual com maior votação no processo eleitoral.

Então, em 1 de agosto de 2018, Manuela D'Ávila candidatou-se à presidência da República mas, alguns dias depois, conforme publicação de O Globo (ROXO, 2018, p. 8), a candidata “deixou de lado duas das principais bandeiras que empunhou durante nove meses em que rodou o país como pré-candidata: a defesa da legalização do aborto e tributação das drogas”, para compor chapa como vice de Fernando Haddad, candidato a presidente pelo PT. Este fato torna simbólica a participação de Manuela na eleição e como trata-se de uma informação relevante com relação ao tema proposto, incluímos a candidata neste estudo.

2.2.9 Vera Lúcia Pereira da Silva Salgado (2018)

Vera Lúcia nasceu em 12 de agosto de 1967 no município de Inaja, Pernambuco. Segundo reportagem publicada sobre ela (GAZETA DO POVO, 2018, s.p.), quando tinha 11 anos, mudou-se com a família para Aracaju, capital de Sergipe. Cresceu na periferia da cidade e começou a trabalhar aos 14 anos. Em entrevista ao Nexo (CHAPOLA, 2018 s.p.), contou que já foi garçonete, datilógrafa e escriturária.

Ao completar 19 anos, “passou a trabalhar em uma indústria de calçados, época em que virou militante do movimento sindicalista. Ela foi candidata a deputada federal nas eleições de 2006 e também a prefeita de Aracaju por três vezes: em 2004, 2008 e 2012” (CHAPOLA, 2018, s.p.), mas nunca venceu nenhum destes processos eleitorais. Em 2016, a sindicalista formou-se em ciências sociais pela Universidade Federal de Sergipe. Hoje, é

educadora sindical pelo Instituto Latino Americano de Estudos Sócio-Econômicos (Ilaese) e presidente do diretório estadual do PSTU de Sergipe.

A candidata filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1992, no entanto, foi expulsa no ano seguinte por compor uma ala divergente, a Convergência Socialista. Ao sair do PT, “ajudou então a fundar o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), que obteve seu registro em 1994” (CHAPOLA, 2018, s.p.).

Em 2018, candidatou-se à presidência da República pelo PSTU, tendo como propostas a revogação das medidas tomadas pelo ex-presidente Michel Temer e, na área econômica, defendia a reforma agrária e fim das propriedades privadas. Terminou sua participação na eleição com 55.762 votos, correspondendo a 0,05%.

3 DILMA ROUSSEFF, DE “FIRME E COMPETENTE” À “CORRUPTA E LOUCA”

Propomos a seguir um capítulo específico sobre Dilma Rousseff, por tratar-se de um caso emblemático, uma vez que ela ultrapassou diversas barreiras e foi até hoje a única mulher vencedora de dois processos eleitorais para presidente da República no Brasil (2010 e 2014). Mesmo assim, como já mencionado anteriormente, anos depois no início do segundo mandato, sofreu processo de *impeachment* após vivenciar experiências negativas baseadas em denúncias contra o seu governo, muitas delas, como observamos e mostraremos neste capítulo, motivadas por questões referentes ao gênero.

O capítulo está dividido em duas etapas: a primeira inclui os anos iniciais em que a imagem de Dilma contava com uma avaliação positiva sendo ela conhecida como gestora competente, com a firmeza comparada a do "ferro", a "mãe" ou a "fada madrinha" – como explicaremos mais adiante neste capítulo – e nesta condição estava disposta a ajudar os brasileiros a conquistarem seus sonhos ou anseios mais profundos, como o de ter a casa própria. Esse período data de 2005 a 2013.

Em um segundo momento, trataremos dos aspectos que levaram à ruptura de um estado para o outro, ou em outras palavras, abordaremos como as visões eufóricas transformaram-se em disfóricas, que vão de 2013 a 2016. Neste ponto, diante de oposições semióticas que tornam possíveis uma compreensão do mundo – como dizia Landowski (2012, p. 3), estabeleceremos as relações feitas à Dilma que passaram de competente à incompetente, de pessoa constante e firme à “desequilibrada”, de política honesta à “corrupta” e por fim, utilizando-se dos contos populares, como ela foi convertida de “mãe” ou “fada madrinha”, à “bruxa” má.

3.1 Visões eufóricas

Dilma Rousseff começa a ganhar maior espaço na mídia brasileira quando foi nomeada a chefe da Casa Civil, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Até aquela oportunidade, suas aparições na mídia eram mais tímidas, tendo menor visibilidade e diziam respeito ao momento em que ela atuou no governo do Rio Grande do Sul – período que não comprehende este *corpus* de pesquisa mas estavam disponíveis nas informações publicadas nos recortes de 2005 até meados 2016, referentes ao histórico de Dilma. No registro destes anos, as impressões a respeito dela, além de trazerem um grau de maior notoriedade, apareciam com tom de euforia, que segundo Greimas e Courtés (2008, p. 192) é

o “termo positivo da categoria tímica que serve para valorizar os microuniversos semânticos, transformando-os em axiologias³”. Assim, compõe-se esta fase inicial da mulher que tornou-se não apenas a primeira presidente do Brasil, mas conforme reiterado por diversos veículos que integram nosso *corpus* (Folha de S.Paulo, O Globo, O Estado de S.Paulo, Veja, Isto É, Época e Exame), também foi a primeira mulher na Casa Civil ao ocupar o posto mais alto na esfera nacional, depois do cargo de presidente da República.

3.1.1 Competente

O primeiro aspecto que pretendemos trabalhar em relação à construção da imagem de Dilma Rousseff é a competência. A partir de quando esta habilidade dela ficou mais visível? No dia 21 de junho de 2005, aos 58 anos, a economista Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) foi nomeada Ministra da Casa Civil do governo do presidente Lula, no lugar de José Dirceu (ALENCAR, 2005, p. A-4)⁴. A indicação da ministra para comandar este que é um dos ministérios mais importantes no poder executivo federal, se deu por questões técnicas e não políticas, conforme podemos ver no texto publicado pela Revista Isto É, na Seção “Brasil” do dia 29 de junho por Costa (2005, p. 44) o qual dizia que “a primeira mulher a ocupar a chefia da Casa Civil na história do Brasil foi escolhida por Lula por ter se mostrado eficiente como gerente”, sendo este perfil o diferencial entre todos que haviam até este momento ocupado a pasta. A esta característica somam-se o estilo “trator” e “desenvolvimentista”, segundo destacado por Alencar (2005, p. A-4) na Folha de S.Paulo no dia da posse de Dilma, tendo o seguinte enunciado “Lula confirma Dilma para a vaga de Dirceu na Casa Civil”. Com essas características, de quem é diligente no trabalho, segundo a descrição do jornal, o presidente Lula pediu à ministra que desse um “choque de gestão” no ministério e deu a ela a incumbência de acelerar “projetos e medidas paralisadas ou em lenta tramitação devido ao bombardeio sofrido por Dirceu nas últimas semanas e às missões políticas que ele desempenhava”. Entre os projetos parados estavam as Parcerias Públco Privadas (PPPs). Uma outra notícia escrita por Carvalho (2005b, p. A-22) na Folha de S.Paulo do dia 26 de junho descreveu que "Ministra é ansiosa e tem fama de workaholic", indo ao encontro com a matéria de Alencar (2005, p. A-4) ao chamar a atenção para o

³ O termo, de acordo com o Dicionário de Semiótica compilado por Greimas e Courtés (2008, p. 48), diz respeito à descrição dos sistemas de valores (morais, lógicos e estéticos).

⁴ Deixou o cargo devido a denúncias por envolvimento no “Mensalão” após o presidente do PTB, Roberto Jefferson, o ter acusado de ser um dos comandantes do suposto esquema.

comprometimento dela como gestora política – no texto constam declarações dadas pelos colaboradores de Dilma quando ela trabalhou nas secretarias da Prefeitura de Porto Alegre e no governo gaúcho. Segundo um de seus assessores, Dilma chegava cedo e saia tarde do gabinete, fazendo jus à denominação de alguém que se dedica integralmente ao trabalho. A imagem dela diante dos auxiliares ouvidos pela reportagem, era de “uma pessoa solícita, mas exigente consigo mesma e com os outros”, o que converge com o status de “trabalhadora” ou “gerente eficiente”, conforme mencionado anteriormente pelas mídias.

Neste e em outros veículos de comunicação, tais qualidades eram frequentemente repetidas formando isotopias, que segundo Fiorin (2016, p. 112) dão “coerência semântica a um texto” e fazem dele “uma unidade”, compreendendo a “reiteração, a redundância, a recorrência de traços semânticos ao longo do discurso”. Ou como definiram Greimas e Courtés (2008, p. 275) “são recorrências de categorias sêmicas, quer sejam essas temáticas ou figurativas, situadas em um nível mais profundo do percurso gerativo”.

Em tratando-se de situações favoráveis, no decorrer do seu mandato, a proatividade e a postura de Dilma auxiliaram o partido a se desvincilar da imagem ruim devido ao Mensalão, que consistiu no escândalo de maior repercussão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A crise veio a público em maio de 2005, quando o funcionário dos Correios, Maurício Marinho, foi pego recebendo dinheiro ilícito de empresários. O funcionário que era uma espécie de afilhado do deputado federal Roberto Jefferson (PTB), que começou a ser investigado (GALLI, 2007, p. 1). O deputado também foi acusado de fazer parte do esquema e sentindo-se rejeitado pelo governo, denunciou a compra de votos dos demais deputados. O Mensalão funcionava da seguinte maneira: todos os parlamentares a favor do esquema recebiam uma mesada de R\$ 30 mil por mês, em troca de apoiar todos os projetos que eram a favor do governo Lula. Segundo Galli (2007, p. 1), a quantia era paga pelo tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares, que atuava em conjunto com o empresário Marcos Valério de Souza, dono das agências de publicidade, que receberia depósitos destinados ao PT. Os valores repassados ao empresário eram uma forma de ocultar doações irregulares durante o período eleitoral. As ações da ministra no intuito de “conter os juros bancários e a conta de energia, assim ganhou a simpatia da classe média, avessa ao PT desde o escândalo de 2005 envolvendo José Dirceu. A aprovação dela foi às alturas”, conforme apontou matéria do Estado de S.Paulo, na Seção “Política” no dia 24 de agosto (GALHARDO, 2014, p. A9), contendo um apanhado das realizações de Dilma Rousseff. Outro ponto positivo da ministra, o qual vamos discorrer adiante, podia ser medido pela firmeza ao conduzir os processos no governo e, por isso, o chamaremos de “Firme”.

3.1.2 Firme

Este atributo de Dilma era um ponto forte presente em sua personalidade e caráter e tornou-se perceptível em muitos momentos, a levando a ser inclusive chamada de “Dama de Ferro”. Ela recebeu e “cultivou” essa denominação, segundo matéria do dia 21 de junho da Editoria “Política” do Jornal O Estado de S.Paulo (MARQUES, 2005, p. A-4), ainda quando estava à frente do Ministério das Minas e Energia, devido a sua firmeza na reestruturação do setor elétrico, após o apagão de 2001. O título da notícia era o seguinte: “Dama de ferro sempre foi contra barganhas”. No decorrer da pesquisa, ficamos curiosos para entender por que Dilma teria recebido tal denominação e é o que pretendemos mostrar a seguir com o desenrolar das explanações e as descobertas atreladas a esta denominação.

Ao ser nomeada como ministra, como vimos anteriormente, os discursos midiáticos reiteravam o perfil técnico e experiência de Dilma, fator determinante para a escolha dela para chefiar o ministério mais importante no governo federal. Porém, nesta mesma época, outras narrativas foram construídas a respeito dela, entre elas: que Dilma tinha fama de não saber negociar politicamente, segundo matéria publicada no Estadão (MARQUES, 2005, p. A-4), sendo que esta tinha sido até então uma das principais incumbências de quem ocupasse o cargo na Casa Civil. No dia 22 de junho, em oposição ao que tinha sido veiculado e em resposta aos críticos, Dilma teria avisado, conforme reportagem escrita por Monteiro (2005, p. A6) publicada na Seção “Nacional” do Jornal O Estado de S. Paulo, “que não vai ter apenas papel técnico”, mas que “terá atuação política e ressalta a importância de relacionamento com o Congresso”. Já na Revista Isto É de 29 de junho, Costa (2005, p. 44), descreveu que “Lula escolhe uma dama de ferro para o lugar de Dirceu e segue articulando nova reforma”. O mesmo texto mencionava que ela não tinha jogo de cintura e desprezava acertos políticos. No *lead* descrevia “O homem pela dama de ferro” reafirmando a segunda reforma ministerial do governo. Na mesma notícia, Dilma foi comparada à ministra Margareth Thatcher⁵, não no que tange ao conservadorismo da britânica, mas por ser “dona de um temperamento forte e inflexível”, conforme representada de maneira séria na imagem ao lado do presidente (Fig. 1).

⁵ Margaret Thatcher serviu como primeira ministra no Reino Unido entre os anos de 1979 a 1990. Como descreveu a revista “continua a ser insuperável como líder e governante” e ninguém se iguala a ela. Ela esteve à frente do cargo por quatro décadas portanto, e lá permaneceu por três mandatos consecutivos. Uma de suas primeiras e incisivas declarações já mostrava quem era ela: “se você quer que alguém apenas fale alguma coisa, peça a um homem; se você quer que alguém de fato faça alguma coisa, peça a uma mulher” (PRADO, 2019, s.p.).

Figura 1 – Dilma e Lula durante a posse na ministra da Casa Civil



Fonte: COSTA, 2005, p. 44.

Landowski (2004, p. 50), ao tratar de imagens ou situações envolvendo políticos na mídia na publicação intitulada “Flagrantes Delitos e retratos”, observou:

[...] é sobretudo quando a imagem captura o sujeito em relação com o outro que ela apresenta um interesse particular do ponto de vista político, ao menos se admitirmos que na raiz de todo comportamento político há, antes de tudo, uma determinada maneira de experimentar a si mesmo na presença do outro e, consequentemente, de dirigir-se a ele (LANDOWSKI, 2004, p. 50).

Neste caso, o outro, conforme expõe Landowski (2004), é representado pela figura do presidente Lula, dono de forte personalidade e características políticas. Na imagem, Lula leva o dedo indicador na boca, aparentando um olhar e feição de preocupado ou pensativo. Ao seu lado, Dilma mostra-se firme, olha para frente de maneira séria, e também demonstra uma certa preocupação, possivelmente relacionada às responsabilidades do cargo que acabara de assumir.

Ambos os actantes exercem no enunciado “funções de sujeito”, e suas expressões mostram que “uma figura sozinha não produz sentido” (FIORIN, 2016, p. 96), sendo a “relação entre elas que o faz”. Assim, ambas podem estar associadas: temos o perfil da ministra, que de acordo com a narrativa midiática não tem diplomacia para tratar de assuntos políticos, diferente do perfil de Lula. Tal referência à Dilma, foi de certa forma valorizada

como veremos mais à frente, por representar alguém descrita como um “novo estilo de fazer política”, mas também trouxe como efeito em sua trajetória, a falta de apoio em diversos aspectos. Esta reiteração de que ela não era adepta a tratos políticos, destacada inicialmente na matéria do Estadão e repetida na reportagem da Isto É, reforça a ideia de que a escolha da ministra para a Casa Civil se deve ao fato de “ter se mostrado eficiente como gerente” (COSTA, 2005, p. 44) e que o perfil era técnico, diferente de todos que haviam ocupado a pasta até este momento.

Com base neste *corpus*, compreendemos que a designação ou comparação de Dilma a uma “dama de ferro” atua como um traço plástico composto pelo formante matérico, o ferro – elemento que apresenta como característica a resistência, inflexibilidade, bem como a ministra foi descrita no contexto. Ao analisar o sistema semi-simbólico de pinturas no texto “Semiótica Pictória”, que pode nos auxiliar a entender melhor este traço semiótico, Ana Cláudia Oliveira (2004, p. 120), explica:

Em síntese, os formantes plásticos são unidades do plano de expressão que, quanto à sua identificação, podem corresponder a uma ou mais unidades do plano do conteúdo. A partir dos formantes e da sua combinação em figuras pode-se produzir um número infinito de ícones (OLIVEIRA, 2004, p. 120).

O componente plástico identificado como o “ferro” integra, dentro de um contexto midiático e das demais categorias (cromática, edética e topológicas), o nível profundo do plano da expressão. Assim, produziu efeito de sentido culminando nas práticas diárias em estereótipos de gênero como o de “durona”, associando-se à imagem atribuída ao masculino ou de macho (como veremos mais detalhadamente no capítulo 4). Além disso, em alguns momentos ocorreu uma conotação mais eufórica como “exigente com ela mesma e com os outros”, criando as imagens de “trabalhadora” e “inflexível” que, atreladas ao ferro e conferidas à ministra pelos meios de comunicação, enalteceram uma visão positiva a respeito de Dilma Rousseff. É necessário destacar que, de acordo com as próprias narrativas, não é tão comum encontrar no meio político governantes que não cedem às pressões políticas e mantenham-se firmes e comprometidos em seus deveres e convicções. Os retratos de Dilma a seguir (Fig.2) publicado em 10 de fevereiro pela Revista Veja (2010b) mostra uma política com olhar sereno e ao mesmo tempo, firme, convicto, conforme as descrições feitas até agora.

Figura 2 – Dilma serena, firme e convicta



Fonte: VEJA, 2010b, capa.

Nestas circunstâncias otimistas, a gestora Dilma Rousseff ganhava visibilidade no cargo político mais elevado e foi “colocada em estado de ser vista”, de acordo com Landowski (1992, p. 91), no domínio público contrariando padrões impostos até então. A esse propósito e perpassando a esfera nacional, em 23 de abril de 2009, mais de um ano antes da eleições presidenciais, foi publicado na Folha de S.Paulo o artigo no Jornal Diário Francês Le Monde (LANGELLIER, 2009, p. A-10), com o título: “Dilma é a dama de ferro, com os pés no barro”. O texto, traduzido e espalhado por diversos sites pela BBC Brasil, dizia que a eleição seria simbólica para consolidar a democracia no Brasil, visto que “Dilma representa uma mulher pela primeira vez presidente, oito anos depois da eleição de um operário” e que o “seu defeito seria nunca ter participado de uma eleição, o que ela contorna com os pés no barro, num esforço de se tornar conhecida no país”. Aqui cabe uma análise mais detalhada sobre ferro e barro. Tanto um quanto outro são compostos por elementos matéricos com diferentes consistências e funções. Um deles, como já vimos, é rígido, duro e forte, o outro, mole, maleável e frágil. Abrindo um adendo e antecipando algumas análises, é possível dizer que tratam-se de duas fases de Dilma: a primeira, quando ela era destacada como dama de ferro, aparentava ter mais força e, em um segundo momento, conforme construção da mídia, tornou-se “fraca” como o barro e a argila, que amolece e dissolve.

Composições como essas ganhavam corpo e deram sustentação durante o período em que Dilma era ministra na Casa Civil para que ela fosse escolhida como candidata à presidência da República. Como foi descrito no Estadão, em 24 de agosto por Galhardo (2014, p. A-9), ela “se consolidou no cargo e recebeu carimbo de candidata em 2007, durante a visita a uma plataforma da Petrobrás, onde Lula imprimiu a mão suja de óleo no macacão laranja de Dilma”.

Em 2008, no lançamento das Obras de infraestrutura do Complexo do Alemão, o presidente apresentou a pupila como “Mãe do PAC” (Programa de Aceleração do Crescimento), criado para ser o maior pacote de obras do país. O título destacava dois componentes na imagem da ministra: “mulher e gestora”. Outro exemplo da consolidação de Dilma está na Seção “Carta ao Leitor” da Veja, de 24 de fevereiro de 2010 (VEJA, 2010d, p. 11). Na ocasião, foi publicado pela revista que “pouco a pouco o presidente foi deixando clara sua preferência tornar-se pública”, referindo-se à Dilma ser a candidata pelo Partido dos Trabalhadores. Além disso, foi divulgado também na reportagem a “Aclamação da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, como pré-candidata do PT às eleições presidenciais” e que “a ministra representa para o PT tão somente a única candidatura com chance de garantir a manutenção do partido no poder”, mostrando os supostos casos de corrupção pelos quais o partido estava sendo acusado na época, como mencionamos anteriormente. Dessa forma, é possível compreender que, implicitamente e pelo histórico Dilma, ela representava uma mulher séria e firme, com a possibilidade de reverter esse quadro.

Na seção “Brasil” da Veja do dia 24 de fevereiro, a reportagem de Cabral e Ribeiro (2010, p. 59) denominada “A candidata conquista o ninho” dizia que ela foi “escolhida por um dedazo presidencial” e que ao acompanhar Lula durante inaugurações, “a ministra passou de uma candidata desconhecida com apenas 3% das intenções de voto, para uma forte concorrente, com 25%, marca que a coloca em segundo lugar, logo atrás do governador de São Paulo, José Serra”. Na matéria do dia 6 de outubro de Cabral e Patury (2010, p. 74), da Revista Veja, o texto traz que ela “mostrou lealdade ao presidente e gerenciou programas de governo”, virtudes que a levaram a alcançar a “condição de candidata oficial”.

Diante de todas estas colocações que deixavam claras as intenções de que Dilma seria a candidata à presidência após o mandato de Lula, foram enaltecidas, na prática, fases do esquema narrativo canônico: competência, performance e sanção de Dilma (FIORIN, 2016, p. 29-31) com destaque para a sua capacidade de gestão. A ênfase estava na performance de Dilma, que no percurso gerativo do sentido integrante de um programa narrativo, conforme Greimas e Courtés (2008, p. 362), cobre a “instância da realização, da competência na sua

dupla tarefa de produção”. Nessa fase, a ministra e futura presidente se insere em dois tipos de performances, adquirindo dentro dos valores modais um “saber fazer”, quando se preparou tecnicamente para atuar no cargo, e em um segundo momento, como até foi descrito sobre ela em várias mídias: Dilma “ganhou pontos” e foi escolhida por ter colocado o setor energético “em ordem”, após o apagão de 2001, conforme já destacado na ocasião da posse.

No transcorrer da eleição, Dilma ganhou o respaldo do público e “conseguiu conquistar eleitores de toda as classes sociais”, conforme destacou a Edição Histórica da Isto É, de novembro (MARQUES, 2010, p. 41). Na capa da publicação Dilma estava no centro da página e, em meio a um brilho no olhar e um sorriso confiante, o título do periódico e todas as demais tipologias em branco simbolizam um estado de leveza, paz e alegria e destacavam: “Mulher o poder - Dilma Rousseff”. A revista trouxe ainda os subtítulos das matérias: “Os bastidores do dia da vitória”, “Os planos para o Brasil, O que representa sua ascensão ao poder” e “A história de sua vida”. Na primeira página da reportagem (MARQUES, 2010, p. 4), o diretor de editorial, Carlos José Marques lembrou que “do alto dos mais de 55 milhões de votos, Dilma Vana Rousseff conquistou neste domingo, dia 31, aos 62 anos, a condição de 36^a ocupante do cargo”. A reportagem que abria a edição destacava “Com Dilma, a geração dos anos 60 e 70 que defendeu ideias revolucionárias, finalmente assume o poder”. Daquela época se vão mais de oito décadas desde que as primeiras mulheres lutaram e conquistaram o título de eleitor e o direito de votar. O texto dizia mais:

Este é um sinal importante [...] O Brasil que, por séculos subjugou o papel feminino, que ainda hoje ignora direitos básicos da mulher e lhe impõe injustiça financeira e profissional no mercado de trabalho, colocou uma delas no posto máximo da nação [...] Assim com a maioria absoluta de deputados e senadores aliados, a ex-guerreira, a ex-ministra de Lula, a técnica detalhista, a aluna aplicada Colégio Sion, a menina da burguesia mineira, terá condições excepcionais para governar (MARQUES, 2010, p. 4).

Junto ao destaque da trajetória da presidente eleita e a luta da mulher pela emancipação política, a página trazia uma linha do tempo, inicialmente em preto e branco, e a representação de Dilma quando menina, jovem, remetendo ao passado e, em seguida, em sua carreira no Governo do Rio Grande do Sul e no Ministério, até o momento da eleição, já colorida sobressaindo a cromática vermelha, atribuída ao seu Partido (PT). Nas páginas 6 e 7, há uma imagem com Dilma ao centro e os dizeres “Ela ganhou o centro das atenções”; nas páginas 8 e 9, rodeada de holofotes ao lado de Lula “levada pelas mãos de um líder popular”, e a palavra “Mudança”, em letras garrafais vermelhas; nas páginas 10 e 11, em meio à multidão “encarou o desafios das ruas...”; nas páginas 12 e 13, envolta por muitas faces

alegres e a legenda: emoção (abraços dos eleitores em passeio na capital gaúcha) “caiu nos braços do povo”; finalizando nas páginas 14 e 15 com diversos rostos de Dilma, séria, firme, concentrada e feliz, usando um casaco vermelho, encerrando com “agora chega no poder” (MARQUES, 2010).

No primeiro discurso, o item “sobre as mulheres”, ressaltava:

Já registro aqui meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras (...) A igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um princípio essencial para a democracia. Gostaria muito que os pais e as mães de meninas olhassem hoje nos olhos delas e lhes dissessem: Sim, a mulher pode!” (MARQUES, 2010, p. 17).

Naquele momento, Dilma declara-se como uma representação, conceito da filosofia clássica que, segundo Greimas e Courtés (2008, p. 419), quando “utilizado em semiótica, insinua – de maneira mais ou menos explícita – que a linguagem teria por função estar no lugar de outra coisa, de representar uma realidade diferente”. E no sentido exato da palavra é isso que ela representa: como mulher abre um caminho e possibilidades, está “no lugar” onde outras também podem estar, reduzindo desigualdades, conforme disse no discurso, sendo reconhecida, respeitada como tal, em uma “realidade diferente” de tudo que foi até aqui apresentado e vivido, simbolizando uma quebra de padrão. Todas estas referências se repetem na capa da Revista Época (2010) publicada em 3 de novembro. Na Figura 3, é possível verificar que Dilma estava radiante, demonstrava felicidade e determinação ao declarar “sim, a mulher pode”; o rosto iluminado e o olhar confiante direcionado para a câmera mostravam bem isso, que se ela chegou até aqui, outras mulheres podem chegar onde quiserem. Associando todos os itens em um sincretismo que reúne a cromática vermelha (cor do PT), sendo reiterada na cor do título da Revista Época, como Edição Especial, nas aspas e o nome da presidente, revelam uma “nova época”, em que a mulher superou barreiras e finalmente conquista a cadeira onde até então somente homens haviam estado.

Figura 3 – Dilma sorridente e a declaração simbólica, "sim, a mulher pode"



Fonte: ÉPOCA, 2010, capa.

Retomando a visão eufórica sobre Dilma que descrevíamos anteriormente, com uma pequena pausa do período da eleição, reiniciamos com a avaliação do primeiro ano do mandato da governante, no fim de 2011. Na Editoria “O País” de 30 de dezembro do O Globo, Gois e Damé (2011, p. 4) destacaram a seguinte notícia: No 1º Ano de Dilma, aprovação em alta e sete demitidos (Fig. 4).

Figura 4 – Aprovação da presidente Dilma



Fonte: GOIS; DAMÉ, 2011, p. 4.

Já no *lead*, a matéria dizia:

Ela foi a mais bem avaliada presidente num primeiro mandato – e citada também entre as personalidades relevantes na eleição feita pelos jornalistas mais influentes na América Latina, o Grupo de diários América (GDA). [...] Dilma superou seu próprio padrinho [...] o novo jeito de fazer política – bem diverso de outros presidentes, mais elevados à contemporização – estremeceu, no início a base governista, mas solidificou no imaginário popular a ideia de que Dilma não é complacente com o erro (GOIS; DAMÉ, 2011, p. 4).

Além das designações já mencionadas, aqui o veículo forma um juízo de valor referente à integridade da presidente dizendo que ela não foi conivente com erros de alguns ministros, fazendo uma “faxina”. Destaca a informação da seguinte maneira: “Considerada a dama de ferro, Dilma agiu sem complacência com os que pisaram fora da linha, apontando-lhes o caminho da porta da saída” (GOIS; DAMÉ, 2011, p. 4). Dessa forma imprimiu uma nova marca, segundo o destinador, um novo jeito de fazer política, diferente até do fazer de outros presidentes, adquirindo uma competência caracterizada pelo “saber ou poder fazer”, conforme destacou Fiorin (2016, p. 29-30) ao explicar sobre esta fase do esquema canônico. O linguista que segue a linha de Greimas contextualizou a respeito:

Os textos não são narrativas míнимas. Ao contrário, são narrativas complexas, em que uma série de enunciados de fazer e de ser (de estado) estão organizados hierarquicamente. Uma narrativa complexa estrutura-se numa sequência canônica que compreende quatro fases: a manipulação, a competência, a performance e a sanção (FIORIN, 2016, p. 29-30).

Em suma, segundo Fiorin (2016, p. 30), ao tratar destes componentes e fases compreendidas no sistema canônico, reforça-se que “cada um desses elementos podem aparecer, no nível mais superficial do discurso, sob as mais variadas formas”.

Na mesma esteira dos fatos, a Revista Veja de 4 de janeiro publicou matéria de Pereira e Pereira (2012, p. 43) com o título “Operação Antimarola”, ressaltando no *lead* que “Dilma Rousseff tem motivos de sobra para festejar 2011 e está certa de que 2012 será ainda melhor”. A reportagem mostrava pesquisa do Instituto Londrino que havia anunciado superação do Brasil em relação à Inglaterra, tendo este se tornado a sexta maior economia do mundo. E como complemento:

Para Dilma, foi a coroação de uma safra de bons resultados. Ela termina 2011 com índices de aprovação superiores aos dos antecessores Lula e Fernando Henrique em seus primeiros mandatos, mantém em relativa harmonia sua ampla base de apoio no Congresso e, apesar da crise econômica na Europa e nos Estados Unidos, o Brasil cresceu (modestamente, mas com a inflação dentro da meta), manteve o consumo aquecido e criou mais de dois milhões de empregos (PEREIRA; PEREIRA, 2012, p. 43).

Os dados reafirmam a competência de Dilma que, mesmo diante de uma crise mundial, conseguiu manter eu seu primeiro ano de mandato a estabilidade econômica, geração de empregos e a harmonia com o Congresso, o qual representava política e midiaticamente uma dúvida desde a época em que ela foi escolhida como ministra chefe da Casa Civil. Na Seção “Nacional” do Estadão de 1º de janeiro, Rosa (2012, p. A4) disse que Dilma “mira gestão eficaz em 2012”, chamando para a consolidação do governo da presidente. Em alguns momentos a reportagem diz: “Prestes a promover uma reforma ministerial, após demitir seis auxiliares sob suspeita de corrupção e um por incompatibilidade política, a presidente quer que a Casa Civil volte a ter musculatura como na época em que ela a comandou, de 2005 a 2010”. Mostrava também que ela estava preocupada com a gerência das ações e “deseja melhorar a eficiência da máquina pública e enxugar estruturas ‘viciadas’ nos ministérios”. Destacou também que a presidente “foi a governante mais bem avaliada na estreia: seu desempenho teve 56% de aprovação, segundo pesquisa do Ibope”. Este seria, de acordo com o texto, um momento de Dilma construir uma marca e figurino mais popular que

ia além da “faxina” administrativa e apoio que ganhou na luta contra a corrupção (ROSA, 2012, p. A4).

Também a esse respeito, a Revista Veja publicou uma edição de Retrospectiva, em 28 de dezembro de 2011 (VEJA, 2011a, p. 63), e na seção “Panorama”, opiniões sobre a performance da presidente. Entre elas estava a do ex-governador de São Paulo, Cláudio Lembo: “Dilma age como quer a maioria da cidadania: preserva a dignidade do cargo e afasta firmemente os de conduta frágil. Tudo isso é novidade”, destacando que no cenário político brasileiro tais características não são comuns. Em outra declaração, referente ao uso pelo veículo da expressão “faxina”, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) afirmou que representava uma desigualdade imposta pelo sexism: “A imprensa usa o termo ‘faxina’, só porque Dilma é mulher. Se fosse homem, seria ‘combate à corrupção’”. A legenda destacava o seguinte: “num feminismo primário até para o PCdoB” (VEJA, 2011a, p. 63).

Tais discursos, tanto por parte de O Globo, Estadão, Folha e Veja, deram conta da firmeza, seriedade e honestidade de Dilma e a imagem (Fig. 5) da Veja de março (VEJA, 2012, capa) literalmente retrata o que era manifesto anteriormente: na linguagem visual, as isotopias presentes no verbal.

O acordo semântico mostrou aspectos positivos da presidente, que mesmo ao lidar com situações adversas, se manteve, de acordo com as próprias narrativas, firme, constante e íntegra nas decisões e atos. Na imagem misturam-se as cores sóbrias que representam discrição, equilíbrio e harmonia. Tais cores estão sempre presentes e não são cansativas. Em parte da face, da esquerda para a direita, assim como da parte de baixo para cima (do pescoço para o cabelo), a cromática é mais escura encontrando-se com o claro que destaca seu rosto. Esses posicionamentos, alto e baixo, inferior e superior, como na imagem da capa da Veja (2010b) podem ainda transmitir a mensagem de que ela passou por vários momentos desafiadores, que veio “debaixo” para chegar onde chegou, e essa foi sua base. Por fim, concluímos essa análise ressaltando que a firmeza e força do “ferro” eram nítidas e estão atreladas à postura de Dilma. Ou como diria Landowski no Artigo “Um Olhar comprometido” (2001, p. 22), trata-se de “um olhar capaz de apreender o mundo ‘tal como é em si mesmo’, ou, pelo menos, de captar a forma pela qual sua aparência faz sentido para os sujeitos”. Sim, faz sentido ao percebê-la olhando de maneira otimista para a frente, de forma ereta, corajosa, demonstrando equilíbrio na situação tão estável quanto seu olhar. Este era, como afirmou Landowski (2001, p. 26), “seu próprio olhar construindo um mundo, enquanto mundo significante”. E todas as descrições plásticas combinam com os enunciados destacados pela Revista referentes à fala de Dilma: “protecionismo é um erro, não vamos fechar o país”

(VEJA, 2012, capa), como se dissesse que o Brasil estará aberto e não fechado para o resto do mundo; ou a promessa clara de que “a carga de impostos é alta, sim, vamos baixá-la (VEJA, 2012, capa)”; e ainda, “não vou transigir com a corrupção” (VEJA, 2012, capa). Podemos assim dizer que esta era uma época favorável, como ela acreditou e construiu.

Figura 5 – Dilma firme e confiante



Fonte: VEJA, 2012, capa.

Dando sequência a esta fase eufórica, descreveremos a seguir o momento em que Dilma despontou na mídia como “Mãe do PAC”, antes da eleição à presidente, e aprofundaremos um pouco mais neste termo.

3.1.3 Mãe e fada madrinha

No dia 14 de julho, Iglesias e Seligman (2010, p. A-4) publicaram no Caderno “Poder”, do Jornal Folha de S.Paulo, matéria deixando implícito que Dilma seria a candidata substituta de Lula nas eleições, devido à exposição feita pelo presidente enaltecedo as realizações dela no governo. Como neste período ainda estava fora do prazo estipulado por lei para propaganda sobre quem seria ou não candidato às eleições, e ficou subentendido o nome de Dilma como futura candidata, o texto diz que o presidente teria incorrido ao erro de mencioná-la antes mesmo do registro da candidatura, de acordo com o período permitido pela legislação eleitoral.

O enunciado dizia: “Lula faz elogios à Dilma em evento na sede do governo”. Na ocasião ele “atribui à petista a responsabilidade pelas principais vitrines do governo”

(IGLESIAS; SELIGMAN, 2010, p. A-4), que seriam: PAC⁶ (Programa de Aceleração do Crescimento), Minha Casa, Minha Vida⁷ e Luz para Todos⁸. Ao primeiro, ele destacava que ela era uma “espécie de mãe do PAC. Cuida, acompanha, vai cobrar junto com o Márcio Fortes (ministro das Cidades) se as obras estão andando ou não estão”. Quanto ao projeto de habitação popular e a quantidade de casas que estavam sendo construídas, teria dito: “esta moça teve muito a ver com a coordenação do governo para que a gente chegasse aonde chegamos”. Com respeito ao programa de levar energia elétrica para localidades desassistidas, Lula ressaltou “uma das coisas que me impressionaram foi o dia em que Dilma entrou em minha sala me propondo a ideia do Luz para Todos” (SELIGMAN; IGLESIAS, 2010, p. A-4).

As prerrogativas apontadas construíam um cenário e condições favoráveis para a indicação da ministra ao cargo de presidente e, mais do que isso, o *status* de mãe faz muito sentido, visto que as obras criadas a partir de ideias inspiradas por ela, segundo o que foi publicado nas mídias, mudaram a vida e a perspectiva de muitos brasileiros que antes não tinham sequer esperança. Não só na ocasião anterior às eleições, quando beneficiou tantas pessoas com os projetos desenvolvidos, mas depois, quando já era presidente – lembramos que na publicação do Estado de S. Paulo de 1º de janeiro (ROSA, 2012, p. A4), o título de “mãe dos pobres” foi reiterado. Segundo o jornal, devido a todos os atributos e avaliação alta da presidente, era um bom momento de edificar a marca de “mãe dos pobres”, seguindo ainda o espólio de Lula, que era “pai dos pobres”.

A projeção de Dilma Rousseff na política nacional e na mídia expressa um forte simbolismo, já que ela se sobressaiu como a primeira ministra da Casa Civil e depois como a

⁶ “Criado em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável” (BRASIL, 2007, s.p.).

⁷ “O Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, existe desde 2009 e facilita a aquisição de imóveis residenciais ao oferecer à parte da população subsídio para a compra e condições de pagamento atrativas. Os subsídios são voltados às pessoas com menor renda, de modo que o total financiado seja reduzido. É um benefício restrito a uma parcela dos participantes do programa e inversamente proporcional aos ganhos. Isso significa que, quanto maior a receita, menor será a quantia disponibilizada pelo MCMV” (O ESTADO DE S.PAULO, 2019, s.p.).

⁸ “O programa Luz Para Todos promove o acesso de famílias residentes em áreas rurais à energia elétrica, de forma gratuita, acabando com a exclusão elétrica no país, através da extensões de rede, implantação de sistemas isolados e realização de ligações domiciliares. Tem priorizado os beneficiários do Programa Brasil sem Miséria, escolas rurais, quilombolas, indígenas, assentamentos, ribeirinhos, pequenos agricultores, famílias em reservas extrativistas, afetadas por empreendimentos do setor elétrico e poços de água comunitários” (BRASIL, 2008, s.p.).

primeira presidente do Brasil, em cargos antes ocupados apenas por homens. Ao alcançar essa fama, unido a todos os demais elementos já mencionados sobre Dilma, a declaração de que ela representa “um novo jeito de fazer política”, conforme destacou O Globo (DAMÉ; GOIS, 2011, p. 4) de 30 de dezembro, solidificaram “no imaginário popular a ideia de que não era complacente com o erro”. Então por que não a consideramos um arquétipo, já que na política, infelizmente, não vemos ou temos presenciado muitas experiências positivas e relativas ao “novo”?

Associando ainda a questão do “imaginário popular”, como descreveu O Globo (DAMÉ; GOIS, 2011, p. 4), retomamos o título de “mãe” ou “fada madrinha”, que no sentido popular e de acordo com uma das definições do dicionário, “fada madrinha” é um “ser imaginário representado numa mulher dotada de poder sobrenatural” e também “Mulher notável pela graça, espírito, bondade e beleza” (FADA MADRINHA, 2009, s.d.), enfim, que protege os necessitados e que aparece para ajudar em alguma dificuldade ou atender desejos. Conforme análise de Demuru e Garcia (2020) no artigo “De ‘dama de ferro’ a ‘bruxa desequilibrada’: uma análise semiótico-discursiva da figura de Dilma Rousseff na mídia impressa brasileira (2005-2016)”:

Com as mãos cruzadas, Dilma olha de cima para baixo rumo a um hipotético horizonte, no qual, infere-se pelo enquadramento da imagem, situa-se a multidão de seus supostos “filhos”. Além disso, a coroa que desponta acima de sua cabeça, remete intertextualmente – ainda que com nuances irônicas – a outras duas figuras discursivamente sedimentadas no imaginário midiático popular, as quais reiteram, cada uma à sua maneira, o papel temático de mãe: a da “rainha”, responsável por aqueles que habitam seu reino, e a de “fada madrinha”, ou seja, de um “actante-adjuvante” (Greimas; Courtés, 2008, p. 23) – geralmente, como em Cinderela, uma senhora de idade – cuja principal tarefa é atender as necessidades e os desejos de seus protegidos. Trata-se de um aspecto relevante, especialmente em relação à inversão figurativa que se concretizará nos anos seguintes, no âmbito da qual Dilma passará a ser retratada como uma figura diametralmente oposta àquela da fada madrinha: a bruxa (DEMURU; GARCIA, 2020, p. 10 – No prelo).

Nesta análise, Demuru e Garcia (2020) estão concentrados em aspectos referentes aos temas e figuras empregados à Dilma na fase eufórica como “mãe dos pobres” e “fada madrinha”, corroborando com as imagens a seguir (Fig. 6 e 7). A associação do verbal com a imagem, a posição das mãos de Dilma, a coroa acima de sua cabeça, a cromática “azul” da blusa da ministra, lembram a cor do céu, divindade, santidade e religiosidade, reforçando as isotopias contidas nesta publicação.

Figuras 6 e 7 – Dilma na capa de O Estado de S. Paulo de 8 de março de 2008: “mãe”, “rainha” e “fada madrinha” do povo brasileiro



Fonte: O ESTADO DE S.PAULO, 2008, capa.

Esta figura também representa uma atitude de religiosidade que condiz com o “amar e servir ao próximo” tão enfatizada em diversas crenças religiosas e descrita na nossa análise como a “mãe dos pobres”, alguém que cuida, assiste. Podemos dizer, portanto, que tais características se reiteram também na posição destinada à mulher na sociedade.

Refletindo sob outra perspectiva: não é dessa forma, baseados em tais análises, que ela foi vista pelas milhares de famílias brasileiras que não desfrutavam até então do direito de ter energia elétrica em casa, agora beneficiados pelo “Luz para Todos”? Ou então para os que obtiveram a oportunidade de ter, pela primeira vez, sua própria moradia por meio do “Minha Casa, Minha Vida”? Tais qualificações, observamos, deram vida e corpo ao apelido de “mãe dos pobres” e a ideia de Dilma poder ser considerada uma “fada madrinha”.

Em se tratando de narrativas, de símbolos ou de casos emblemáticos, entrando em um nível mais abstrato (não-figurativo) como nos parece ser o caso, tais questões podem ser aqui levantadas a fim de propor uma reflexão a respeito do início e da ascensão da carreira de Dilma Rousseff na esfera nacional, que posteriormente perdeu força. O título, a imagem e a leitura que fizemos da “dama de ferro”, como primeiramente destacado de maneira eufórica, na maioria das vezes não era mais visto na mídia. Foi mais tarde sendo substituído por uma construção disfórica, ou então, a ideia do “imaginário popular” que trabalhamos neste item de “mãe” e “fada madrinha” – associado a um momento favorável, se desfez como um “castelo de areia” sobrando a fama de “bruxa” má, como pretendemos abordar a seguir.

3. 2 Visões disfóricas

A partir deste momento entramos em outra fase de Dilma, que se presentificou no cenário político e consolidou disforicamente a imagem da gestora política. Para entender um pouco mais sobre esta etapa, utilizamos novamente Landowski, que na página de apresentação de sua Obra “Presenças do Outro” (2012, p. IX), não somente explicou o significado no nome do livro, mas também o termo “presença”, fazendo emergir algumas questões relacionadas à presença ou existência de alguém:

“Presença”, mas do que, ou de quem, e por que uma “semiótica” dessa presença? Porque a única coisa que, sob uma forma ou outra poderia realmente nos estar *presente*, é o sentido. Nunca estamos presentes na insignificância (LANDOWSKI, 2012, p. IX).

Esta presença vem acompanhada de significados, pois como o semioticista mesmo disse, “nunca estamos presentes na insignificância”. Por meio da semiótica é possível entender que não existe sentido sem o oposto e então, o contrário de “presença” é “ausência”, tratando-se de grandezas opostas que “na língua, sabe-se desde Saussure, só podem identificar unidades, seja no plano fonológico ou semântico, pela observação das diferenças que as interdefinem” (LANDOWSKI, 2012, p. 3). Os termos iniciais nos remetem a efeitos de sentido que complementam o título da obra de Landowski o “Outro”, conforme lembrado diversas vezes no capítulo inicial “Buscas de Identidade, Crises de Alteridade” como o “estrangeiro”, o “dessemelhante” e a “necessidade” que se tem da exclusão e ausência do mesmo em determinado plano, espaço ou tempo. Novamente como apontou Landowski (2012, p. 3), “nunca estamos presentes na insignificância”, e somos rodeados o tempo todo do que Greimas e Courtés (2008, p. 155) chamam de “mundo do senso comum, que é o efeito de sentido produzido pelo encontro sujeito-humano com o objeto-mundo”. Dito isso, na esteira de tais estudos, seguimos definindo o que para estes últimos linguistas e desenvolvedores da semiótica francesa significa uma disforia, que além de oposto à euforia, “é o termo negativo da categoria tímica, que serve para valorizar os microuniversos semânticos – instituindo valores negativos – e para transformá-los em axiologia” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 192) e que nos serve neste momento do estudo para embasar as análises disfóricas referentes à Dilma Rousseff, evidenciadas no incômodo que ela passou a representar.

Como antecipamos acima com respeito da presença da presidente, e com base na explicação desse termo semiótico, iniciamos as análises da identificação ou representação de

Dilma, agora como antissujeito. Neste próximo recorte, que compreende a segunda e última etapa do mandato como presidente, incluímos o momento em que ela tenta voltar ao cenário político – após o *impeachment* – se candidatando ao cargo de senadora por Minas Gerais nas eleições de 2018. Mas como publicou a Revista Isto É (2018), Dilma foi “rechaçada”, ou rejeitada, muito provavelmente sendo este sentimento motivado pelas construções negativas que também se manifestaram como efeito depois da saída da presidência da República, conforme veremos mais detalhadamente a seguir.

3.2.1 Presságios

Nesta etapa do texto que nominamos “Presságios”, pretendemos discutir a respeito da imagem emblemática de Dilma sendo cravada por uma espada (Fig. 8), que representa um fio condutor para entender o que se passou.

Figura 8 – Dilma sendo perfurada pela espada



Fonte: DOMINGOS, 2011, p. A-7.

A fotografia foi publicada pelo primeira vez no Jornal O Estado de S. Paulo do dia 21 de agosto (DOMINGOS, 2011, p. A-7), reiterada no mesmo veículo em janeiro (WARTH; BOGHOSSIAN, 2012a, p. A-8) e, de acordo com o estudo e materiais obtidos, dão sustento às demais análises que faremos adiante, já que devido às constatações, pode-se dizer que a partir daí outros fatos começaram a se desenrolar. Na realidade, é possível relatar que este momento e outros que viriam fazem parte daquilo que ficou mal resolvido no passado e foi retomado então a frente. Mas o que é que ficou pendente e ressurgiu a começar por esta imagem da presidente sendo perfurada?

Na tentativa de buscar um entendimento quanto ao que aconteceu, recorremos à época em que Dilma foi nomeada na Casa Civil e como as narrativas a respeito de sua suposta falta de aptidão para negociar com os demais líderes políticos (Congresso, Câmara) – conforme resgatadas na reportagem de Monteiro e Nossa (2016, p. A14) do Estadão com o título “O preço da falta de jogo de cintura” –, se entrelaçam, culminando mais à frente na queda de Dilma. Fica claro no início da matéria que essa distância do Congresso “foi uma tentativa de deixar uma marca durante sua passagem pelo Planalto”. Visto na época pela mídia e público como algo muito positivo, com o passar do mesmo tempo tornou-se “uma das razões de seu drama político” (MONTEIRO; NOSSA, 2016, p. A14). Essa isotopia utilizada pelas mídias como uma espécie de pendência ou algo que ficou mal resolvido ao longo do caminho, sempre foi alimentada, tanto quando ela ocupou o cargo de ministra na Casa Civil, quanto no decorrer de sua trajetória como presidente, chegando o momento do ajuste de contas. Outro traço plástico e figurativo que emerge nesta narrativa e foi reiterado não só de maneira figurativa mas nos discursos midiáticos, era literalmente o bambolê que Dilma recebeu durante um encontro em 2008 com os peemedebistas Michel Temer e Eduardo Cunha – não por acaso alguns de seus algozes durante o processo do *impeachment* – entre outros deputados como Eduardo Alves (RN). Segundo essa mesma matéria do Estadão, “o presente inusitado era uma crítica à falta de ‘jogo de cintura’ da ministra em liberar cargos no setor elétrico, por eles almejados”. O texto dizia ainda que “naquela época, a relação com o PMDB não preocupava a futura candidata indicada ao posto pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vivia o auge de sua popularidade” (MONTEIRO; NOSSA, 2016, p. A14).

Essas recorrências, como já dissemos, amparadas nas diferenças políticas, traziam um problema de gênero podendo ser visto agora de uma forma mais clara após o desenrolar dos fatos – estavam presentes e davam indícios de que em algum momento o acerto de contas chegaria. Eles começaram a se manifestar em 2011. Na Figura 8, Dilma era cravada por uma espada e a legenda dizia: "Honras militares - recebida em solenidade de gala, na Academia de

"Agulhas Negras" na ocasião em que a presidente Dilma Rousseff assistia "à entrega de espadins a 441 cadetes que cursam o primeiro dos quatro anos da escola de formação de oficiais". O título da notícia era o seguinte: "Desconfiado de Dilma, PMDB faz planos para 2014" e tratava das articulações do partido a fim de "estar preparados para a possibilidade de trabalhar por um candidato da legenda à sucessão da presidente Dilma Rousseff". Um dos nomes postulados era o do vice, Michel Temer. O motivo: "estavam descontentes com a forma como julgam estar sendo tratados pelo PT na aliança [...], outro recado é destinado à presidente Dilma Rousseff, uma esfinge que o partido não consegue decifrar". O termo esfinge, segundo o dicionário é um:

Monstro fabuloso e lendário com corpo, garras e cauda de leão, mas com cabeça e busto humano que, para a mitologia grega, propunha enigmas e devorava quem não os conseguisse decifrar [...] Pessoa misteriosa, enigmática, que não gosta de falar ou sobre quem nada se sabe (ESFINGE, 2009, s.d.).

A pergunta pertinente que o texto trazia, e que vai ao encontro com essas intenções era: "Será Dilma uma parceira confiável para a manutenção da aliança?" Não sendo, e era isso que estava sendo questionado no momento pelo PMDB, o interessante não seria livrar-se dela, para tomar seu lugar? São questões que nos levam a refletir baseados em tais fatos.

As articulações políticas já visando as eleições presidenciais de 2014 prosseguiam e a mesma imagem (Fig. 9) foi reiterada pelo Estadão (WARTH; BOGHOSSIAN, 2012a, p. A8) na Seção "Nacional" de 13 de janeiro de 2012. Desta vez, a foto de Dilma sendo cravada pela espada veio acompanhada da notícia destacando o "Prêmio Internacional de Jornalismo Rei da Espanha"⁹ que o fotógrafo do jornal, Wilson Júnior, ganhou por ter flagrado o momento em que Dilma "parece ser perfurada por uma espada". Ocasião eufórica para ele e para o jornal, disfórica para ela. De acordo com a notícia, o júri teria destacado "a habilidade do fotógrafo para captar um instante de perfeita sincronização cujo resultado produz surpresa". Referindo-se à foto – produzida em um momento delicado do governo e da relação entre PMDB e PT –, ao receber tal mérito, o repórter cinematográfico comentou, "buscava uma foto que sintetizasse o momento difícil que a presidente vivia. Tentei fazer a foto de mais perto, mas o resultado não ficou tão bom. Então, optei pela imagem mais distante" (WARTH; BOGHOSSIAN, 2012a, p. A8).

⁹ O Prêmio criado em 1983 é considerado um dos principais reconhecimentos mundiais à reportagem fotográfica WARTH; BOGHOSSIAN, 2012a, p. A8).

Figura 9 – Dilma sendo cravada pela espada



Fonte: WARTH; BOGHOSSIAN, 2012a, p. A8.

Topologicamente acima desta foto (Fig. 9) estava Dilma em outra ocasião, desta vez ao lado e conversando com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), em um tom que parecia intimamente próximo. A esposa de Alckmin, que estava mais distante do marido, olhava séria para os dois, aparentando certo desconforto ou desconfiança. O título da matéria “Diferenças são só eleitorais” (WARTH; BOGHOSSIAN, 2012b, p. A8), representava uma declaração da presidente no decorrer do texto. Podemos perceber que de maneira até ingênuas, Dilma dizia “terminadas as eleições, essas divergências deixam de existir”, referindo-se ainda a 2010, quando disputou a presidência com um dos pares de partido de Alckmin, José Serra. Lembramos que o PSDB concorreu ao processo eleitoral como adversário de Dilma nos pleitos do primeiro e segundo mandato para presidente. Continuando a análise da publicação, Dilma complementava “é impossível um governante achar que governa sem o governo estadual e os prefeitos” (WARTH; BOGHOSSIAN, 2012b,

p. A8), intencionando ela exatamente o oposto do que era pregado no discurso político e midiático da “falta de jogo de cintura”.

Ao analisar a mesma imagem em sua tese “O político nos corpos da política”, a semióticista Maria Paula Piotto da Silveira Guimarães (2012, p. 74) utilizou a teoria proposta por Landowski na publicação “Flagrantes Delitos e Retratos” (2004) que, ao tratar da independência e harmonia que deve existir entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) para a obtenção do controle e equilíbrio entre um e outro, descreveu:

No que tange ao equilíbrio das forças políticas, o corpo de Dilma Rousseff, sendo atingido por uma espada (Fig. 9) desvela exatamente o contrário, pois se existem os atores *"reconhecíveis, mas quase sem corpo"*, definitivamente, não é isso que acontece nessa imagem. Ao vislumbrar esse desequilíbrio na esfera do poder, o observador sente com o próprio corpo, a cadênciça ritmada na imagem de Dilma Rousseff sendo perpassado por uma lâmina. Um “drama” que envolve antes, sentir a ponta do objeto tocar e perfurar suas costas e o metal deslizar na sua carne, e depois, a dor dilacerante a ponto de fazê-la perder os sentidos e, no momento seguinte, apostar que esse corpo que se dá a ver declinando, estará tombando no chão. É pérvido, o ato de apunhalar pelas costas, mas o requinte dessa foto, é a imagem velada do algoz. Velada e desvelada, porque à medida em que só é dada a ver parte do braço, nele se nota a farda do sujeito que desferiu num só golpe, a sentença de morte (GUIMARÃES, 2012, p. 74-75, grifo do autor).

Ao destacar detalhadamente a análise semiótica de Guimarães (2012), a intenção é mostrar que nessa parte de sua pesquisa a autora resume exatamente o que dizíamos anteriormente, ou seja, fica evidenciada uma espécie de conspiração como se esse fosse o momento da vingança, ou fato consumado, contra Dilma Rousseff. Dessa maneira, conforme enfatizou a pesquisadora é “com uma estaca cravada no coração que se exterminam não somente os vampiros, mas as bruxas e toda ordem de criaturas indesejáveis” (GUIMARÃES, 2012, p. 75). Sobre a narrativa da “bruxa”, aprofundaremos mais no tópico 3.2.5 da dissertação.

Diante dessa narratividade, nos perguntamos se esse foi o momento de uma fratura inicial, e que de fato a imagem de Dilma começou realmente a transformar-se de gestora firme, com altos índices de aprovação por representar o “novo” na política, por não ser “complacente com erros”, em incompetente (EXAME, 2016f), desequilibrada e sem condições para governar o país, conforme publicou a Revista Isto É (2016a)? Questões que emergem não apenas por imagens como estas “da espada”, mas por outras situações que ainda analisaremos detalhadamente.

3.2.2 Rupturas

As próximas análises constam do momento em que Dilma começou ter sua aprovação contestada, a partir da divulgação de números na mídia e podem, conforme já relatado por nós, representar uma “ruptura”, ou passagem de um estado consolidado para o outro, sendo edificado em meio às construções disfóricas sobre a presidente.

Um dos primeiros registros que mostram queda da avaliação de Dilma veio logo após as jornadas de junho de 2013, convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) – a princípio por conta do reajuste do transporte coletivo e que depois se transformou em manifestos “contra tudo”, conforme apontou o pesquisador Paolo Demuru (2018, p. 6) em seu artigo “Os Símbolos Nacionais nos Processos Sociais e Mediáticos: uma análise sociossemiótica da bandeira e do hino brasileiro de junho de 2013 aos dias de hoje”.

[...] as demonstrações daqueles dias são marcadas, tanto nas ruas quanto na internet, por uma reviravolta semântica de alcance (literalmente) inefável. Convocadas pelo Movimento Passe Livre para pedir a revogação do aumento da tarifa do transporte público em São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais, as primeiras manifestações (3, 6, 11 de junho de 2013) são protagonizadas por palavras de ordem e hashtags claras e focadas em objetivos específicos: três reais é roubo, por uma vida sem catracas, se a tarifa não baixar a cidade vai parar. No entanto, no arco de poucos dias, o cenário muda: os slogans precisos de antes cedem lugar a lemas e motes com significados abertos e confusos, marcados por referências implícitas e explícitas à nação: não é pelos vinte centavos, o gigante acordou, sem partido, acorda Brasil, muda Brasil, verás que um filho teu não foge à luta, verso do hino nacional brasileiro, que, no dia 17 de junho, alcança o primeiro lugar na classificação dos assuntos mais comentados (trending topics) do Twitter (cf. Ikeda, 2013). [...] Das ruas e das redes, a indeterminação semântica migra para a grande mídia. A cobertura dos protestos de jornais, rádio e televisão engrossa a nebulosa de conteúdo que os envolve, reforçando a ideia de que os manifestantes desceram às ruas não contra algo preciso – o aumento da tarifa – mas “contra tudo”: “Milhares vão às ruas contra tudo”, é o título da capa da Folha de São Paulo publicada no 18 de junho de 2013, no dia seguinte àqueles que forma os atos mais participado de todas as jornadas (BBC, 2013), enquanto o do caderno “Cotidiano” é, simplesmente, “Contra” (DEMURU, 2018, p. 6).

No mês seguinte a esses episódios foi possível perceber os efeitos das manifestações, segundo recapitulado por Demuru (2018, p. 9-10), que passaram da esfera municipal para a federal e já não era mais só contra o aumento do valor da passagem, mas contra corrupção, contra a PEC-37, contra a Fifa, pedindo mais saúde e educação, sendo tudo direcionado à presidente Dilma Rousseff. No Jornal Folha de S.Paulo (SEABRA; FALCÃO, 2013, p. A4), de 7 de julho foi publicada matéria que mostrou o impacto dos protestos no governo da presidente, inclusive nas “costuras” para alianças às eleições de 2014. O texto dizia: “A queda

de popularidade da presidente Dilma Rousseff impôs um freio na costura de alianças para sua reeleição” e dados do Instituto Datafolha apontavam “redução de 27 pontos na aprovação em três semanas afugentaram os aliados”. No dia 17 de julho, o mesmo veículo divulgou na Seção “Poder” outra pesquisa, desta vez encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes (FOLHA DE S.PAULO, 2013, p. A6) e o levantamento feito pelo Instituto MDA. A notícia no canto direito da página intitulada “Aprovação do governo cai 23 pontos em pesquisa” traz a informação de que a “popularidade da presidente despencou após os protestos que tomaram as ruas do País”, conforme pode ser conferido a seguir:

Datafolha registrou entre os dias 7 a 10 de julho, ouvindo 2002 pessoas, que a popularidade de Dilma caiu 27 pontos. Pesquisa encomendada pela CNT (confederação nacional de Transportes) realizada pelo Instituto MDA mostra que a avaliação pessoal de Dilma foi ainda maior. Em junho, 73,7% consideravam seu desempenho ótimo ou bom; agora, o índice é de 49,3% (FOLHA DE S.PAULO, 2013, p. A6).

Mesmo sendo feita por institutos diferentes, as duas sondagens qualificaram os protestos como motivador da perda de confiança e popularidade da presidente Dilma Rousseff, tanto por parte dos partidos aliados do governo quanto do público, causando desidratação da petista e do partido, como a manchete da página destaca: “PT precisa se renovar, diz Lula no ‘NYT’”, tendo um dos adversários no centro da página (Fig. 10).

Figura 10 – Queda da aprovação de Dilma



Fonte: FOLHA DE S.PAULO, 2013, p. A6.

Outro evento marcante causador de grande estesia¹⁰ e contágio, a realização da Copa do Mundo no Brasil que antecedeu o período eleitoral, mostrou claramente que a fratura aberta na ocasião dos protestos continuava exposta e a imagem de Dilma seguia um processo de desgaste. Da abertura até o fim do mundial, a presidente foi hostilizada e vaiada durante algumas partidas de futebol em que a Seleção se apresentava e o Hino Nacional era cantado, conforme descreveu Galhardo na matéria “Agora, gestora agriôce” publicada pelo Estadão (GALHARDO, 2014, p. A9). O mesmo veículo trouxe uma visão disfórica ressaltando que:

A queda do crescimento do PIB de 2,7% em 2011 para 0,9% em 2012 abalou parte dessa imagem. No ano seguinte, o risco de alta da inflação simbolizado pelo aumento do preço do tomate, associado a atrasos no PAC e ao estilo autoritário de governar, manchou a fama de gestora competente. A impressão era de uma presidente politicamente isolada, que reabilitou “faxinados” para o centro do poder, e ameaçada pela volta da inflação. Pesquisas davam indícios de insatisfação com a economia e surgiam críticas públicas ao modelo de comunicação do governo (GALHARDO, 2014, p. A9).

Como vemos, tais situações sinalizam, por meio dos discursos midiáticos, que a imagem de Dilma começava a ser direcionada para o lado negativo. No entanto, mesmo assim a mídia descrevia timidamente “Apesar disso, Dilma mantinha altos níveis de aprovação pessoal”. E ressalta que “só as imprevisíveis manifestações de junho de 2013 foram capazes de derrubar essa popularidade. De março a julho, a aprovação de Dilma despencou de 63% para 31%, segundo o Ibope”(GALHARDO, 2014, p.A9). Possivelmente este tenha sido o ponto de passagem para essa narratividade ganhar força.

O “imprevisível” ou inesperado, para Landowski (2014, p. 8), representa o regime de interação denominado “Acidente”, conforme já abordamos no primeiro capítulo e que segundo o semioticista, “é possível, mas imprevisível e, por conseguinte, está na fímbria do absurdo” ou “modelo que descreve acontecimentos que, por sua própria natureza, escapam a qualquer determinação”, podendo ser assim caracterizados alguns dos efeitos oriundos das manifestações de junho de 2013, que perpassaram quaisquer estado que beire à razão. Nessas circunstâncias, Dilma foi lançada oficialmente no dia 21 de junho candidata à presidência, de acordo com a matéria “As metamorfoses de Dilma”, publicada no Caderno “Poder”, do Jornal Folha de S.Paulo (NERY; CRUZ, 2014, p. A6), em uma condição “distante da consagração na convenção de 2010”.

¹⁰ Trata-se do sensível, conforme Landowski (2014, p. 70), ao atribuir que Greimas “inventa, ou reinventa, a estesia, a sensibilidade, o corpo, em suma, as condições mesmas do que chamamos o ajustamento”, integrante dos regimes de interação do primeiro. Ainda conforme Landowski, no texto “A quem ou além das estratégias, a presença contagiosa”, está ligado à nossa percepção sensorial (2005, p. 18).

Uma das consequências desse processo descrito, resultou em uma imagem de que Dilma era “corrupta”, o qual discorreremos adiante.

3.2.3 A “Corrupta”

Durante a pesquisa, encontramos figuras que, associadas aos textos no período pré-*impeachment*, mostram e reforçavam narrativas em voga a respeito da presidente como uma gestora “corrupta”, construindo elementos capazes de confirmar a necessidade de exclusão de Dilma. Fiorin (2016, p. 91) explica que a partir destes componentes que “revestem os esquemas narrativos, há dois tipos de texto: temático e figurativo”. Segundo o autor,

Os primeiros criam um efeito de realidade, pois constroem um simulacro de realidade, representando dessa forma, o mundo; os segundos procuram explicar a realidade, classificam e ordenam a realidade significantes, estabelecendo relações e dependências (FIORIN, 2016, p. 91).

Assim, os discursos figurativos e temáticos possuem a função de descrever, representar, interpretar e explicar o mundo atribuindo, no caso, a responsabilidade da presidente seja no envolvimento de crimes como os investigados pela Operação Lava Jato, em relação aos desvios de recursos da Petrobrás, seja em outras irregularidades que receberam o nome de Pedaladas Fiscais (VILLAVERDE; FERNADES, 2016, s.p.). Alguns dos exemplos identificados dizem respeito a esse momento, como mostraremos a seguir (Fig. 11, 12, 13, 14, 15), nominando-os de “Isotopias das pedaladas”. E por que esse nome? Pois as imagens de Dilma pedalando se repetiram durante este processo, reforçando esta construção.

Figura 11 – Dilma pedalando



Fonte: GALHARDO, 2016, p. A7.

Figura 12 – Dilma pedalando



Fonte: ROSA; MONTEIRO, 2016a, p. A5.

Figura 13 – Dilma pedalando



Fonte: O ESTADO DE S.PAULO, 2016c, p. A-35.

Figura 14 – Dilma pedalando



Lava Jato investiga contratos do Banco do Brasil



Fonte: O ESTADO DE S.PAULO, 2016d, p. A8.

Figura 15 – Dilma pedalando



Fonte: FERNANDES, 2016, p. 36-37.

Figura 14 – Dilma pedalando



Lava Jato investiga contratos do Banco do Brasil



Fonte: O ESTADO DE S.PAULO, 2016d, p. A8.

Figura 15 – Dilma pedalando



Fonte: FERNANDES, 2016, p. 36-37.

Destacamos que as imagens foram publicadas no Estadão e Revista Época entre abril e agosto de 2016. A primeira delas, datada do 9 de maio (GALHARDO, 2016, p. A7) do Estadão, tem como título “PT ainda busca bandeira para voltar à oposição”, tratando dos manifestos realizados por Movimentos Sociais em várias partes do País a favor do *impeachment* com adição do slogan “Fora Temer” (Fig.11). Pela manhã, ao fazer exercícios, prática diária que nunca fora tão reiterada, foi flagrada andando de bicicleta e a legenda diz “Dilma pedala em Porto Alegre” (manteve a tradição e pedalou na manhã do dia das mães), indo passear com a filha Paula. Ao analisar procedimentos usados na construção de imagens no campo publicitário e político, sendo esse segundo o que nos interessa, Landowski (2004, p. 49) descreveu que:

[...] somente podemos reconhecer um “sujeito” na imagem de um indivíduo a partir do momento em que o vemos entrar em relação com um “objeto” qualquer, quer se trate do mundo que o envolve, de um parceiro, ou até, no limite, simplesmente dele próprio (LANDOWSKI, 2004, p. 49).

Assim, as imagens do “flagrante” de Dilma literalmente pedalando, que figurativamente reiteram e representam a construção dela como antissujeito ou agente política “corrupta” e sua relação com o objeto construído, neste caso, apontam para o envolvimento da presidente com ilegalidade no que diz respeito às contas públicas.

A segunda imagem do dia 18 de abril, com texto de Rosa e Monteiro (2016a, p. A5) da Seção “Política do Estadão”, está intitulada como “Planalto classifica situação da petista como ‘dramática’” (Fig.12). A matéria trata do placar do *impeachment* e a legenda da foto “Pedaladas: no dia da votação, Dilma anda de bicicleta nos arredores do Alvorada”.

A terceira imagem é do dia 12 de maio, quando o processo de *impeachment* já tinha sido votado e 342 votos foram favoráveis. A fotografia (Fig.13) publicada na Seção “Nacional” do Estado de S.Paulo, contendo duas páginas com o título “O fim da era PT (2003-2016)”, lembra uma espécie de ano do nascimento, no caso de Dilma da esfera nacional, que foi 2003, no cargo de ministra de Minas e Energia, e sua morte, em 2016, quando presidente deposta. Combinado a isso, está a cor da roupa que Dilma usa neste dia, ou seja, preta. Na legenda: “Dilma pedala nos arredores do Palácio da Alvorada, em Brasília”. Ao fundo, nome de empresa de limpeza de automóveis remete à operação de combate à corrupção (O ESTADO DE S.PAULO, 2016c, p. A-35). Em ambas páginas é feita uma espécie de coletânea com fotos emblemáticas da era Dilma, como a que ela é cravada pela espada, divulgada pela primeira vez no veículo em 2011, e repetida em 2012, conforme já

analisamos, e outra em que Dilma aparece sendo “queimada” pela tocha, no período das Olimpíadas, realizadas em 2016 no Brasil.

A outra imagem (Fig. 14) foi publicada no dia 1 de agosto na Seção de Política do jornal O Estado de S.Paulo (2016d, p. A8). O teor da notícia diz que “Protestos contra Dilma atraem menos público”. Na legenda, reitera a mesma foto de Dilma, em Porto Alegre, mas a notícia tem foco nos manifestos realizados como, por exemplo, em São Paulo, no Largo da Batata.

A última imagem de Dilma “pedalando” (Fig.15), da Revista Época de 29 de agosto de 2016 (FERNANDES, 2016, p. 36-37) traz a reportagem com o título “Teatro da Política ‘Luz, Câmera e Ação’” mencionando que todas as ações da presidente estavam sendo acompanhadas por equipe que seria responsável por desenvolver documentário sobre a vida política dela, para ficar gravado na história o que ela enfrentou nesse período. A legenda diz “Dilma pedala nos Jardins do Palácio da Alvorada” e o texto, em tom disfórico, informa que “Aos poucos os visitantes deixaram de usar terno e gravata nas visitas a ela”, passando a ideia de que não era mais necessária formalidade visto que, antes mesmo dela poder se defender, já tinha recebido uma espécie de veredito final.

Todos estes textos, conforme Fiorin (2016, p. 91) destacou, produzem efeito e significado, no caso, reforçando a “responsabilidade” da presidente nas acusações a ela dirigidas e, baseados nisso, identificamos narrativas com as quais trabalharemos a seguir, a começar pela “incompetente”.

3.2.4 A “Incompetente”

Após ser reeleita presidente em 2014, tais narrativas prosseguiam e ganhavam cada vez mais força no cenário político e midiático brasileiro. Isso ficou claro principalmente em ocasiões como as manifestações de 2015 em todos os estados do Brasil, que eram direcionadas contra a presidente e reforçavam a ideia de que Dilma teria incorrido em erros de improbidade administrativa – as famosas pedaladas – e reforçavam questões que a caracterizavam como “incompetente”, e portanto, incapaz de governar.

Segundo informações contidas no Site da Revista Exame (2016f, s.d.), que complementam a análise do nosso *corpus*, Dilma Rousseff teria sido afastada mais devido a um “mandato corroído mais por acusações de incompetência – especialmente na área econômica, que seria sua especialidade – do que pela corrupção que assola o governo”, contrapondo a construção de que ela seria corrupta e abrindo espaço para uma nova imagem:

da governante “incompetente”. Algumas edições da revista, voltada aos negócios, reforçavam tal discurso da “incapacidade”, conforme figuras a seguir (Fig. 16, 17, 18, 19, 20).

Figura 16 – “Incompetência” de Dilma



Fonte: EXAME, 2016a, capa.

Figura 17 – “Incompetência” de Dilma



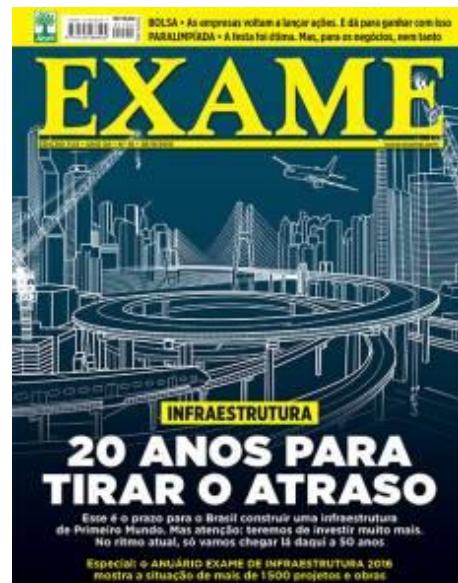
Fonte: EXAME, 2016b, capa.

Figura 18 – “Incompetência” de Dilma



Fonte: EXAME, 2016c, capa.

Figura 19 – "Incompetência" de Dilma



Fonte: EXAME, 2016d, capa.

Figura 20 – “Incompetência” de Dilma



Fonte: EXAME, 2016e, capa.

A primeira delas (Fig. 16), da Capa da Revista Exame de abril (2016a, capa), mostra uma espécie de executivo ou empresário andando na corda bamba, fazendo malabarismos, englobado pela cor amarela que simboliza prosperidade, otimismo, progresso, dinheiro e o título “Como se sair bem na crise (e depois dela)”. O pronome possessivo “dela” pode significar, neste contexto, a crise e Dilma, e ainda que “depois dela” os negócios e a economia (público-alvo da revista) voltariam ao normal. No alto o veículo chama atenção para a Operação Lava Jato, apontando que o juiz Sérgio Moro não é a única ameaça aos acusados de corrupção, como a presidente que está no poder, mas a justiça “americana está de olho neles”, provavelmente se referindo à eliminação do PT como um todo.

Na segunda capa (Fig.17), em março (EXAME, 2016b, capa) a presidente está de cabeça baixa, envolta pela cor preta que pode simbolizar como o título indaga “Fim” ou ser uma forma de protesto por parte da classe empresarial, público-alvo do veículo. Outra cromática é a vermelha, do partido, e o preto no terno dela, podendo significar não só o término de Dilma, mas do Partido dos Trabalhadores também. Percebe-se que a palavra “Fim” está em branco transmitindo o juízo de que essa condição trará limpeza e paz, após o *impeachment* da presidente.

Outra edição de junho (EXAME, 2016c, capa) traz na capa uma boia utilizada quando o barco está naufragando – fazendo relação com toda a situação e conjuntura econômica –, podendo insinuar figurativamente que o Brasil está afundando devido à crise (Fig. 18). No

título “Como salvar a nossa economia (Dica: que tal retomar o programa de privatização?)”, se tratando ainda de uma ironia, figura de linguagem, querendo transmitir a ideia de que o governo Dilma foi apontado como um dos que mais realizou privatizações. Embora no alto da capa contenha a cor vermelha do Partido dos Trabalhadores e em destaque os enunciados “Automóveis: carros compartilhados, a nova revolução da indústria” e “Food Truck: quem conseguiu escapar do estouro da bolha e virou gente grande”, estes são eufóricos dando a entender que após a queda de Dilma, quem se salvou vai conseguir se recuperar pois os tempos difíceis “terminaram” com a eliminação da presidente.

Na Figura 19, da capa da revista do mês de setembro de 2016 (EXAME, 2016d, capa), prevalecem as cores azul, branco e amarelo, claras, e que novamente representam uma visão otimista corroborando com os enunciados “Bolsa: as empresas voltam a lançar ações” e “Esse é o prazo para o Brasil construir uma infraestrutura de primeiro mundo. Mas atenção: teremos de investir muito mais. No ritmo atual, só vamos chegar lá a 50 anos”. Há também outra chamada para uma matéria especial: “O ANUÁRIO DA EXAME DE INFRAESTRUTURA 2016: mostra a situação de mais de mais de 1500 projetos e obras” que ressalta em letra maiúscula que o periódico tem os registros dos fatos noticiados em 2016, ano em que Dilma “acabou”. Os textos da edição destacam, portanto, a “incompetência” da presidente e “retrocesso” do país na era Dilma, e que as consequências são tão grandes que vai demorar para a nação se reerguer.

A última edição (Fig. 20) intitulada “A vida dura de quem sobreviveu” (EXAME, 2016e, capa), traz a imagem de um par de luvas de boxe, que representa “luta”; cromática preta e vermelha no nome da revista, manchete e cor da luva. Na parte inferior há o seguinte enunciado “uma onda de demissões reduziu a cúpula das empresas brasileiras drasticamente. Quem ficou, hoje batalha como nunca. E tem a chance de valorizar o próprio passe no futuro”, trazendo como mensagem figurativa exatamente que os tempos foram difíceis, mas as empresas lutam com toda força para sobreviver e vencer.

Da narrativa e dos discursos revestidos da incompetência, fortalecendo a “incapacidade de Dilma governar o Brasil”, passamos à da “bruxa má”, reforçando outro aspecto negativo e a necessidade de eliminação.

3.2.5 A "Bruxa"

Nessa mesma linha de análise da “necessidade de eliminar” Dilma como as bruxas do passado que praticavam heresias e – para não haver dúvidas sobre seu fim, depois de já ter sido cravada pela espada, tinham de ser queimadas na fogueira – o Jornal O Estado de S.Paulo, publicou na capa no dia 4 de maio (O ESTADO DE S.PAULO, 2016b, capa) o título: “Janot denuncia Lula na Lava Jato e pede investigação contra Dilma” (Fig. 21).

Figura 21 – Dilma envolta em chamas



Fonte: O ESTADO DE S. PAULO, 2016b, capa.

Figura 22 – Dilma envolta em chamas



Fonte: MARTINS; FAVERO; ARAÚJO, 2016, p. A24.

Na Figura 22 temos a matéria completa de Martins, Favero e Araújo (2016, p. A24) na Editoria de Esportes, que aborda o acendimento da tocha olímpica com o título “Para Dilma Brasil vive ‘período crítico’” – é possível perceber que mesmo em meio aos dias difíceis que se sucediam, a presidente tentava resistir e manter a esperança de que o País se levantaria. A Revista Isto É, na Editoria “Brasil” publicou no dia 6 de maio a notícia de Gallo (2016, p. 40-41), “República passada a limpo”, com o título “As bombas de Dilma”. A linha de apoio dizia: “perto do adeus, presidente ignora de novo a responsabilidade fiscal e anuncia medidas populistas que elevarão em R\$ 10 bi as despesas”, recordando uma presidente que passou de firme e boa gestora para um sujeito incapaz e incompetente – como já mencionamos no tópico anterior – nos remetendo nesse momento à figura da “bruxa”, e não mais de “fada madrinha”, personagens presentes nos contos e imaginário populares. O título principal da matéria traz o nome Dilma com a cromática preta em *bold*, que representa a morte. A imagem é igual àquela utilizada pela Isto É (Fig. 23).

Figura 23 – Dilma envolta em chamas



Fonte: GALLO, 2016, p. 40-41.

Encerramos essa etapa com a publicação do jornal *O Estado de S.Paulo* (2016e, capa), de 30 de agosto. Nesta publicação, englobada pela cor preta, Dilma aparece na capa (Fig. 24) com as mãos na testa, de cabeça baixa como se estivesse refletindo “porque eu fiz isso” ou “o que vai acontecer comigo?” Está posicionada abaixo da manchete “Juízo Final”, em letras brancas, que podem simbolizar a paz, limpeza, após a condenação e eliminação da “bruxa má”. A notícia diz respeito ao momento da defesa de Dilma no Congresso, e interessante observar que um dos tópicos em destaque diz: “Para parlamentares, discurso não mudará votos”, dando a entender que pouco importa o que disser, sua sentença já está definida, confirmando o que ela havia dito anteriormente, que nesse processo se sentia “injustiçada”.

Figura 24 – Juízo Final



Fonte: O ESTADO DE S.PAULO, 2016e, capa.

Com tantas construções negativas pesando sobre Dilma, entramos na fase em que ela já estava sendo considerada desequilibrada reforçando, sobretudo, a ideia de que alguém que se encontra nesta condição, não é capaz de cuidar de si mesmo, que dirá de uma nação.

3.2.6 A “Desequilibrada”

Outra maneira de desqualificar Dilma foi alimentando a narrativa de que ela era incompetente e incapaz de governar o País por não ter condições emocionais para isso. Em alguns momentos, a mídia transmitiu em suas publicações a ideia de ser ela furiosa, como sintoma de uma pessoa que passa por problemas psíquicos, que está depressiva e não tem controle ou equilíbrio. A exemplo disso, a matéria da Folha intitulada “As metamorfoses de Dilma” de Nery e Cruz (2014, p. A6) mostra quando ela foi vista como intransigente e brava por seus assessores, que contam que “nas reuniões de trabalho ela se transforma” e a equipe do Minha Casa, Minha Vida expõe isso. Para eles, o programa ganhou outro nome: “Minha Casa, Minha Vida, Nosso Inferno”. Nesta notícia, a presidente aparece em uma imagem montada e desconstruída, novamente recorrem ao que o jornal chama de “corrosivas

manifestações de junho de 2013 e desaceleração do PIB (Produto Interno Bruto)”, seguidas do episódio desgastante do envolvimento do governo e partido com o Mensalão, conforme já descrito, situações que sucessivamente, segundo o texto, “expuseram debilidades da governante”. A reportagem encerra dizendo que “protestos não só sugaram sua popularidade como também inocularam nas pesquisas de opinião um pessimismo até hoje persistente no eleitorado” (NERY; CRUZ, 2014, p. A6).

Em 2016, ano que se desenrolou tal processo culminando com o afastamento da presidente, a capa do Jornal O Estado de S.Paulo (2016a) do dia 17 de abril afirmava: “O destino de Dilma e do Brasil nas mãos da Câmara” (Fig. 25).

Figura 25 – “O destino de Dilma e do Brasil nas mãos da Câmara”



Fonte: O ESTADO DE S.PAULO, 2016a, capa.

Nesta edição, a foto da Dilma está em preto e branco e em segundo plano, ocupando praticamente a capa inteira. Na análise da categoria cromática, observa-se que o azul mencionando o “A favor”, refere-se à cor do PSDB, um dos maiores articuladores do pedido de afastamento da presidente; o vermelho abaixo destaca o “Contra”, fazendo referência à cor do PT. Verifica-se ainda que a tipografia utilizada no “A favor”, é igual à fonte do logo do PSDB e a palavra “Contra”, em vermelho, é a mesma fonte que o Partido dos Trabalhadores usa. As cores cinza e roxo, respectivamente usadas para identificar os Indecisos e os que não

quiseram responder, estão bem fracas, dando a entender que dentro de tal contexto, pouco importa. Analisando figurativamente, o rosto da Dilma aparenta uma bipolaridade, está triste, com um olhar perdido, as sobrancelhas transmitem a ideia de ser ela má, perversa, conforme já comparamos anteriormente, como as bruxas da antiguidade, que ressurgem de tempos em tempos, sendo protagonizada nesta época pela presidente Dilma Rousseff.

Já a Revista Isto É publicou matéria que mais tarde motivou diversas manifestações em revistas digitais como Exame (CASTRO, 2016, s.p.) e Cult (TIBURI, 2016, s.p.). O texto de Pardellas e Bergamasco (2016, p. 33), na Seção “Brasil” da Revista Isto É intitulado “Uma presidente fora de si” dizia que “Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país”. Essa característica assemelha-se à bipolaridade, que descrevemos na Capa do Estadão (Fig. 25). Um dos enunciados destacados pela revista é “A descompostura presidencial não escolhe vítima. Sobra para todo mundo”. Ainda no mesmo texto, são mencionadas algumas das atitudes que a Isto É chamou de “destempero presidencial” (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, p. 35). Ao ex-assessor especial, Anderson Dornelles, ela teria dito “Menino, você não faz nada direito”; Contra o motorista do veículo presidencial “vociferou” a presidente: “Você não percebeu que eu não posso atrasar, seu m... ande logo com isso, senão está no olho da rua”; Para a senadora Ideli Salvatti quando assumiu a Pasta de Relações Internacionais, Dilma teria dito “Se na primeira coletiva você já disse bobagens, imagine nas próximas”; Para a deputada federal Maria do Rosário, ao divergir sobre a comissão da Verdade, a presidente falou “Cale sua boca. Você não entende disso. Só fala besteira”; Ao enfrentar uma turbulência em um voo presidencial, a presidente invadiu a cabine do piloto aos berros dizendo: “Você está maluco? Vai se f...!”. A matéria enfatizava que o detalhe é o “descontrole: a presidente se entope de calmantes desde a eclosão da crise. Os medicamentos nem sempre surtem o efeito, atestam seus auxiliares” (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, p. 33).

Na mesma publicação do dia 6 de abril, que teve como capa “As explosões nervosas da presidente”, o editor executivo da Revista Isto É, Prado (2016, p. 38-39) escreveu o seguinte artigo “As diabruras de ‘Maria, a louca’”, no intuito de comparar a presidente à Rainha de Portugal e Algarves, Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana de Bragança, mãe de Dom João VI (Rei de Portugal), pai de Dom Pedro, considerada doida. O artigo diz:

Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade. No século 18, o renomado psiquiatra britânico Francis Willis se especializou no acompanhamento de imperadores e mandatários que perderam o controle mental em momentos de crise política e chegou a desenvolver um método terapêutico composto por “remédios evacuantes” para tratar desses casos. Sua fórmula, no entanto porco resultado teve com a paciente Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana de Bragança, que a história registra como “Maria I, a louca”. Foi a primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal e, por decorrência geopolítica, a primeira Rainha do Brasil. O psiquiatra observou que os sintomas de sandice e de negação da realidade manifestados por Maria I se agravavam na medida em que era colocada sob forte pressão. “Maria I, a louca”, por exemplo, dizia ver o “corpo” de seu “pai ardendo feito carvão”, quando adversários políticos da Casa de Bragança tentavam alijá-la do poder. Nesses momentos, seus atos de governo denotavam desatino, como relatou doutor Willis: “proibir a produção do vinho do Porto na cidade do Porto”. Diante desse quadro, era preciso o seu “impedimento na coroa”. Quanto mais pressão, mais a sua consciência se obnubilava, até que finalmente foi “impedida de qualquer ato na corte”. Já com o filho Dom João VI no comando de Portugal, “Maria I, a louca” veio às pressas para o Rio de Janeiro com a família real diante da invasão de Portugal. Aqui, ela tinha por hábito usar longos vestidos e passava horas pelos corredores palacianos gritando palavrões desconexo. Costumava acordar de madrugada e “berrava para seres imaginários descerem do Pão de Açúcar” porque nele “morava o diabo”. A sua derradeira frase em território lusitano pode ser interpretada como faísca de lucidez na loucura: “Não corram tanto, vão pensar que estamos sendo tocados ou que estamos fugindo” (PRADO, 2016, p. 38-39).

Tal analogia teve a clara intenção (manipulação) de reproduzir integralmente em Dilma, a “Maria I, a louca”. Todos os detalhes foram reiterados: Dilma com as mãos na cabeça andando pelos corredores do Palácio do Planalto (Fig. 26), falando “palavrões desconexos”, agressiva, já que “as medicações administradas não surtiam efeito”. Dessa forma, finalmente “foi impedida de qualquer ato na corte”, como ocorreu com a rainha de Portugal.

Figura – 26: Dilma “sem equilíbrio e fora de si”



Fonte: PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, p. 33.

Em um esforço de voltar ao cenário político nacional após seu afastamento, Dilma concorreu à eleição ao Senado pelo Estado de Minas Gerais, mas como destacado na Seção “Brasil/Eleições” da Revista Isto É pelos repórteres Lago e Filgueira (2018a, p. 36-39), foi “rechaçada” nas urnas. Antes disso, de acordo com a matéria intitulada “Ela virou um estorvo para o PT”, por onde esteve representou um “embarraco” e ao tentar apoio do governo de Pimentel quase “bagunçou” a aliança do PT com o MDB no Estado; em outro momento “gerou dificuldades, criou obstáculos”. Segundo a narrativa, “ninguém a deseja no palanque”. O texto diz que desde o início de 2018, Dilma procurou um estado para sair como candidata, mas ninguém a quis no palanque. No Tocantins, na chapa com a senadora Kátia Abreu, “foi descartada de pronto”. A tentativa dela também se frustrou ao procurar o governador Flávio Dino (PCdoB), que a “rejeitou”, com a justificativa de que “ela atrapalharia suas alianças”. No Piauí, “foi barrada” por Wellington Dias, do mesmo partido. Já no Ceará, de acordo com a reportagem, o senador Eunício Oliveira (MDB) “não pode nem ouvir falar no nome de Dilma”, o que a revista intitulou na legenda como “sai fora”. O político teria dito para a ex-presidente ainda: “aqui não”. Nessas circunstâncias, a matéria termina da seguinte maneira: “Dilma virou um fardo que ninguém quer carregar”, “virou um estorvo para o PT” ou “um peso para o próprio partido”.

Rejeições à parte, a seguir mostraremos quando Dilma foi retratada como uma velha, que está definhando a ponto de “morrer”. Ou seja, de um estado sólido que era o ferro, passou para outro, o líquido, que dissolve como o barro, a argila (Cf. Tópico “Firme” do Capítulo 3).

3.2.7 A “Acabada”

As isotopias temáticas e figurativas a seguir engrossam as narrativas acima, da “corrupta”, “incompetente”, “desequilibrada” e “bruxa”. A escolha deste verbete “acabada” se refere a duas isotopias do fim: a do fim de Dilma presidente e a do fim de Dilma enquanto mulher, cujo corpo começa a ser figurativizado como acabado. É possível identificar as formas de reiterações nas imagens a seguir. Elas se manifestam mostrando a presidente que levanta da cadeira, como alguém que está saindo, indo embora; ou então, Dilma sentada com a cadeira ao lado vazia, em um simbolismo de que o vice, Michel Temer, já não estava ao seu lado e não a apoiava mais (Fig. 27, 28, 29, 30 e 31); se apresenta ainda na forma do tchau, ou do adeus, além da imagem que a presidente é vista pelas costas.

Figura 27: Dilma levanta como alguém que vai sair



Fonte: ROSA; MONTEIRO, 2016b, p. A4.

Figura 28 – Dilma sozinha



Fonte: MATAIS; FABRINI; BULLA, 2016, p. A13.

Figura 29 – Dilma dando tchau



Fonte: PORTO; MONTEIRO; ROSA, 2016, p. A6.

Figura 30 – Dilma sozinha e indo embora

Fonte: MARTINS; ARAÚJO, 2016, p. A13.

Figura 31 – Dilma sozinha e indo embora

Fonte: BULA, 2016, p. A4.

Tais afirmações foram feitas por meio dos títulos “Debandada de parlamentares cresce e planalto já considera situação crítica” (Fig. 27), publicados na Seção Política do Estadão em 14 de abril por Rosa e Monteiro (2016b, p. A4). Em 10 de abril (Fig. 28), o Estadão enunciou na mesma seção o texto “PF se aproxima agora do núcleo de Dilma” de Matais, Fabrini e Bulla (2016, p. A13). A matéria de Porto, Monteiro e Rosa (2016, p. A6), na Seção “Política” de 13 de abril diz: “Dilma chama vice de ‘chefe do golpe’” – corroborando com a parte superior do mesmo periódico a opinião na coluna “De caso pensado”, que trata do áudio divulgado em que Temer ensaiava discurso de posse, no caso de Dilma ser afastada do governo (Fig. 29). Por sua vez, a presidente diz que Temer é líder de uma conspiração e age de maneira premeditada com Cunha. No dia 4 de maio, na seção “Política” do Estadão, Martins e Araújo (2016, p. A13) escrevem: “Dilma critica oposição, nega que vá renunciar e se diz ‘injustiçada’” (Fig. 30); Em 17 de agosto o veículo (Fig. 31) publica o texto de Bula (2016, p. A4) “Supremo manda investigar Dilma por obstruir a justiça”. Interessante perceber que todas estas representações de Dilma, embora tenhamos pesquisado outros *corpus*, em grande parte, se referem ao Jornal O Estado de S.Paulo.

Outra imagem intrigante (Fig. 32) publicada na Capa da Revista Isto É (2015) mostra uma presidente apática e envelhecida, conforme análise que segue baseada no que chamaremos aqui de “feio” e “velho”. O nome do veículo, assim como os subtítulos “Exclusivo e Mais”, seguem uma mesma cromática apontando para a mensagem principal da destinadora (Isto É) aos leitores, ou seja, “O Rastro do dinheiro do Petrolão na campanha de Dilma”. O enunciado em letra maiúscula – RASTRO, PETROLÃO e DILMA –, sugere uma relação entre a presidente e o desvio de recursos da Petrobrás no período eleitoral direcionado à sua candidatura. Combinando com essas descrições feitas a ela, Dilma apresenta uma aparência cansada e o olhar para baixo, como se estivesse se sentindo culpada, com remorso. No seu rosto prevalecem rugas, ou linhas de expressão que remetem a um envelhecimento devido ao desconforto originado por tal processo. Para reforçar esta concepção, nos enunciados no topo da revista destacam-se notas, que nesse contexto disfórico insistem em apontar os prejuízo para as áreas de maior visibilidade em um governo, a saúde e a educação. No “Mais”, que topologicamente encontra-se abaixo da imagem de Dilma, aponta fraude e subfatura nos documentos fiscais da campanha apresentados pelo partido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além dessas, uma outra informação é explícita: o PMDB quer o poder.

Figura 32 – Dilma envelhecida



Fonte: Isto É, 2015, capa.

Nesta foto que acabamos de descrever (Fig. 32), Dilma é mostrada completamente diferente da candidata transformada no período que antecedeu às eleições, quando foram destacados um novo estilo de vestir e de se portar. Na foto, até o cabelo dela – cuidado durante sua trajetória política por um dos cabeleireiros mais famosos do Brasil, Celso Kamura, agora parecia descuidado, sem corte. No texto “Flagrantes delitos e retratos”, Landowski (2004, p. 66) trata de categorias como estético, estésico, cosmético e a essa teoria acrescentamos a visualidade, fazendo menção ao visual e a “idade” presente neste caso, que a gravura nos remete sobre a presidente, parecendo envelhecida e, portanto, menos atraente aos olhos e distinta da comestização anterior. Quando se pensa na imagem da bruxa, lembra-se de uma pessoa velha, de fisionomia triste, cheia de marcas, que também parece estar aos poucos se deteriorando, se desfazendo. Então, poderíamos dizer que diante dessa representação semisimbólica, na fase inicial, o ferro era “novo”, firme, sólido e útil. Na fase final, ao contrário, tornou-se gasto, sem utilidade, fraco, derretido e corroído. Do mesmo modo entendemos a ascensão e queda da imagem de Dilma nos discursos midiáticos.

O semioticista diz ainda que neste “flagrante delito” tem-se a “reprodução da fisionomia de um indivíduo reduzido ao estado não sujeito” (LANDOWSKI, 2004, p. 48-49), ou acrescentaríamos nesse contexto, um antissujeito. Ele destaca ainda que, a partir do que ele

chama de “imagem real”, aparentemente “mais próxima” do sujeito, “foram realizadas transformações sistemáticas que, nessas condições, equivalem necessariamente a outras tantas ‘deformações’”. Em outras palavras, tal desconstrução “afasta do modelo de referência em vez de nos aproximar dele”, segundo descreveu Landowski (2004, p. 58), como ocorreu literalmente no afastamento da presidente, vista no início como exemplo de gestora. Para finalizar este capítulo completamente estésico, faremos uma análise com outra visão do título ou apelido “Dama de Ferro” dado à Dilma.

3.2.8 Ele(s) / Ela

Neste último tópico sobre Dilma abordaremos as relações ou oposições construídas no “mundo natural” a respeito de homens *vs* mulheres, conforme disse Fiorin (2016, p. 96): “uma figura sozinha não produz sentido”, sendo a “relação entre elas que o faz”. Com esta descrição, além de mostrar outra leitura sobre o apelido “Dama de ferro” dado à Dilma, como vimos no período em que ela era ministra do governo Lula, pretende-se confrontar situações pertinentes ao estudo envolvendo ou relacionando Dilma, Lula, José Dirceu e Temer.

Na seção Brasil da Revista Veja (PEREIRA, 2012, p. 50-51), com o título “A fase 2 da Metamorfose”, o veículo destacou que Dilma era “dependente” de Lula, que não tinha chegado ao posto que alcançou por capacidade própria. Por meio de uma espécie de linha do tempo, descreveu na legenda abaixo da última imagem de Dilma sozinha (Fig. 33): “É ano a ano”, seguido de “Em 2011, o governo foi Lula-Dilma”, como se dissesse que o ex-presidente tinha influência sobre a presidente, “em 2012 será Dilma-Lula”, com a presidente tentando se desatrelar de Lula e, “a partir de 2013, Dilma-Dilma” (PEREIRA, 2012, p. 51).

Figura 33 – A “metamorfose 2 de Dilma”



Fonte: PEREIRA, 2012, p. 50-51.

Indo exatamente ao encontro a essa leitura, o texto dizia também “No segundo ano de seu mandato, Dilma Rousseff ainda paga pedágio ao seu inventor Lula, mas está a caminho de fazer seu voo-solo na presidência da República”, sem o aval de Lula, mas implicitamente podemos entender que não conseguiu se firmar no primeiro grande desafio enfrentado “sozinha” as jornadas de junho de 2013. Sobre imagens e publicações como essa em que a mulher é vista como “subordinada”, independente do papel que ocupa na sociedade, no capítulo “Masculino, feminino, Social”, Landowski (2012, p. 125-126) mencionou que “obviamente a maneira que esses elementos são figurados, o modo como eles são utilizados para fazer valer uma marca ou um dado produto, não é neutro”. Ou seja, é intencional, produzem um efeito. Ele reforça que “as imagens traduzem uma visão determinada dos papéis sociais convencionalmente atribuídos ao ‘segundo sexo’”. O semioticista diz não ter dúvida de que, por meio de tais iconografias disponíveis, é possível identificar componentes do “sexismo” (jargão vindo dos Estados Unidos) apontando essas como atitudes “incorrectas” e impostas nas esferas “social, política, moral e, sobretudo, academicamente”.

Seguimos resgatando outra imagem simbólica da época em que Dilma assumiu a vaga de José Dirceu na Casa Civil. Na Seção “Nacional” do Estadão, do dia 22 de junho (MONTEIRO, 2005, p. A6), o periódico publicou a matéria “Dilma avisa que não vai ter apenas papel técnico”. A imagem mostra nitidamente a ministra e o ex-ministro frente à frente

(Fig. 34): ela transmitindo a ideia de calma e ele, de seriedade. Como a mídia provocava que o perfil dela era “técnico e não político”, no discurso de posse Dilma deixou claro que não teria apenas um papel técnico. Em se tratando de ser a primeira ministra mulher nesta pasta, que integra o mais alto escalão na esfera nacional abaixo do presidente, entende-se que tal imagem traz a conotação de uma espécie de confronto entre homem e mulher, apesar do texto mencionar que Dirceu a admirava e a considerava “camarada de armas”, pois ambos eram parceiros desde o período da ditadura e lutaram juntos contra o regime. Ela, nesta imagem, com um olhar mais feminino, amável, doce e parecendo ainda baixar a cabeça, de maneira submissa, muito embora as narrativas a representassem como a “dama de ferro”, e ele com uma aparência mais dominadora com elementos, como Landowski (2012, p. 58) apontou, “que reforçaria o aspecto masculino”.

Figura 34 – Dilma e Dirceu frente à frente



Fonte: MONTEIRO, 2005, p. A6.

Em uma das matérias publicadas durante a nomeação de Dilma na Seção “Poder” do Jornal Folha de S. Paulo (ALENCAR, 2005, p. A-6), o presidente Lula teria dito que gosta do estilo “trator” de Dilma, que segundo a narrativa é “similar” ao de José Dirceu. Na Seção “Brasil” da Revista Isto É do dia 29 de junho (COSTA, 2005, p. 44), estava descrito no *lead*:

“o homem pela dama de ferro”; outra publicação do mesmo periódico citava a declaração do então ministro da Cultura, Gilberto Gil, registrada no Espaço “Questão de Gênero” da Folha de S. Paulo do dia 21 de junho (CARVALHO, 2005a, p. A4): “Ministra tem um lado macho”.

O texto destaca ainda:

Governantes têm de ser meio "machos, mas também "fêmeos". [...] tem personalidade forte, um lado macho de imprimir gestão [...] ao mesmo tempo, é uma mulher. Isso é bom para civilizar um pouco, educar um pouco os agentes políticos brasileiros (CARVALHO, 2005a, p. A4).

Em suma, por meio de narrativas e exemplos como esses entende-se que Dilma era vista nada mais nada menos que uma “substituta” tanto de José Dirceu, que era considerado o “homem forte do governo” depois de Lula e, para tanto, precisava como tal, se enquadrar no padrão, ter uma postura masculinizada condizendo com uma “dama de ferro”. É exatamente o que defendem os pesquisadores Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília em seu Artigo “Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa”. Utilizando especificamente o caso da presidente Dilma Rousseff, entre outras líderes políticas, Biroli e Miguel (2009, p. 70) disseram:

Aquelas que fogem à regra, reservam epítetos preconceituosos - basta pensar no “Dama de Ferro”, aplicado primeiro a Thatcher, depois a outras líderes políticas que ocuparam cargos considerados próprios de homens (no Brasil, Zélia Cardoso de Mello e, agora, Dilma Rousseff) -, quando não insinuações veladas de que seriam “masculinizadas”. Elas são, no entanto, a exceção. Como regra, as mulheres que ingressam na arena política não tardam a perceber o ônus que representa um enfrentamento aos estereótipos de sexo (BIROLI; MIGUEL, 2009, p. 70).

Ou seja, Dilma foi a primeira que chegou tão longe e “fugiu a todas as regras”, quebrando paradigmas no Brasil e, a partir disso, recebeu conforme Biroli e Miguel, diversos “estereótipos de sexo”: foi dama de ferro – em nossas pesquisas a identificamos como uma mulher firme, forte, eficiente –, e mais tarde, quando tentava “fazer seu voo-solo”, como descreveu Veja (2012), iniciou-se um processo de desconstrução desta imagem, passando pela decompetencialização, tendo como desfecho a perda do cargo, no processo de *impeachment*.

A Figura 35 explicita bem isso:

Figura 35 – Temer chegando e Dilma indo embora



Fonte: O ESTADO DE S.PAULO, 2016f, p. A40.

Figura 36 – Ministério de Temer composto só por homens



Fonte: VENCESLAU, 2016, A12.

Conforme vemos nos extremos das imagens (Fig. 35) e páginas acima publicadas no dia 17 de maio, na Seção “Política” do Estado de S.Paulo (2016f, p. A-40), Temer está “chegando” e Dilma “indo embora”, tendo na face um gestual que faz lembrar uma pessoa constrangida, envergonhada e que o tempo dela passou. Assim sendo, teria chegado o momento da vingança (cf. analisamos no Tópico “Presságios”), e Dilma saia de cena, dando lugar novamente ao antigo modelo de governo, por um homem. A propósito, a imagem também do Estadão, mas do dia 15 de maio (VENCESLAU, 2016, A12), que além de trazer como título “Ministério abriga pretensão eleitoral” reforça o que tentamos dizer e mostra o quórum de futuros ministros, composto somente por homens (Fig. 36).

Por fim, em muitos dos processos e nas publicações na mídia, como vimos na análise, a presidente enfrentou experiências relacionadas à misoginia, que é uma espécie de abominação ou aversão contra as mulheres, segundo defendem as organizadoras do Livro “Mídia, Misoginia e Golpe” (GERALDES; RAMOS; SILVA; MACHADO; NEGRINI, 2016). Com o intuito de chamar a atenção para questões de gênero, incluindo sexism, a obra lançada em 2016 menciona “a herança de uma cultura que se forjou no patriarcado, foram ingredientes apontados como de grande relevância para influenciar a opinião pública durante a cobertura do processo de impeachment” (GERALDES, RAMOS, SILVA, MACHADO E NEGRINI, 2016, p. 10). De acordo com esta afirmação, atitudes misóginas promovidas pelos discursos políticos e midiáticos podem ter sido uma das motivadoras na construção de tais processos e narrativas, influenciando a “opinião pública”, inclusive durante a cobertura do *impeachment*. Uma forma, como chamaria Landowski (2012, p. 33), de “negação do outro” – que é uma forma de preconceito ou tendência de negar a alteridade dos que são diferentes.

Em outra publicação com o título “Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos”, Flávia Biroli (2010, p. 274) ressalta que a naturalização e o processo de exclusão das mulheres na esfera pública, particularmente dos cargos eletivos, vem sendo um fator de legitimação da política dando lugar ao que ela chama de “negócio de homens”, que tem a ver com o discurso de que Dilma era “similar” a Dirceu, causando como efeito a “reprodução dos estereótipos de gênero”. Corroborando com as teorias propostas pela pesquisadora, Landowski (2012, p. 11) concorda que a partir de categorias como essas, se produz a diferença e são gerados “estereótipos que, uma vez construídos, só farão uns e outros reforçarem-se na mesma proporção do uso repetido que deles será feito. O discurso das mídias, evidentemente, cumpre um papel determinante nisso”.

Tais assimetrias, segundo Biroli (2010, p. 277) estão incutidas na problemática de gênero e a autora considera que “a presença de homens e mulheres nos noticiários perpassada pelos estereótipos pode significar a confirmação pela mídia de papéis hierarquicamente diferenciados para homens e mulheres”. Os adjetivos usados na imprensa como forma de justificar, fosse por parte dos atores políticos ou pela mídia, eram de que a ministra era “intransigente”, “gerentona”, “durona”, e por apresentar tais características que o mundo natural atribui ao masculino, estaria apta também a ocupar o cargo antes destinado apenas a homens. Reforçando tal conceito, a pesquisadora destaca ainda no mesmo artigo esta como uma “exigência difusa de que as mulheres se comportem enquanto homens quando se encontram em posições de maior destaque” (BIROLI, 2010, p. 293). Sobre esta linha tênue, como destacaram Biroli e Miguel na publicação “Mídia e representação política feminina” (2009) e convergindo com nosso estudo, Dilma foge dos padrões de outras mulheres que ocupam funções políticas como geralmente são inseridas, estando engajadas em “temas sociais” e não “do que de *hard politics* (administração pública, política econômica, relações internacionais)”, o que para os autores se trataria de uma única abertura para a mulher no campo político, pois se não for dessa forma, precisa assumir uma espécie de identidade diferente do que representa (BIROLI; MIGUEL, 2009, p. 69). Assim, a pesquisadora designou no artigo “Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos” (BIROLI, 2010, P. 81) mulheres que se destacam na política como “vozes técnicas ligadas a alguma competência específica e reconhecida” como é e foi o caso de Dilma Rousseff.

Esta disforização da Dilma se dá por meio de um processo de competencialização, que diz respeito ao nível narrativo do Percurso Gerativo do Sentido e da produção de precisas figuras e papéis temáticos (nível discursivo: a bruxa etc.).

4 OS TEMPOS SE VÃO E AS DESIGUALDADES PERSISTEM

Neste último capítulo da dissertação que nominamos “Os tempos se vão e as desigualdades persistem”, não por acaso trataremos das relações existentes entre uma candidata e outra, o peso que a mulher carrega sob forma de estereótipos de gênero que se repetem ao longo da história. Greimas e Courtés (2008, p. 418) veem a relação “como uma atividade cognitiva que estabelece, de maneira concomitante, tanto identidade quanto a alteridade [...] ou então como o resultado desse ato” e assim “em lugar de se excluírem, estão presentes lado a lado”. É nesse ponto que amparamos esta etapa do trabalho, ou seja, mostrando por meio de isotopias temáticas, plásticas e figurativas que tais generalizações são recorrentes em uma e outra actante, fortalecendo determinados paradigmas. Estas relações, para os linguistas, “servem de fundamento aos objetos e aos universos semióticos” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 418).

Recorreremos nesta parte do trabalho à Dilma, que nos serve como parâmetro para a elaboração da análise, uma vez que foi a única a disputar dois processos eleitorais e chegar a cadeira de presidente, fato que nos permite traçar um paralelo com as demais candidatas mostrando como cada uma delas foi desqualificada durante este período – e Dilma ainda mais, pelo tempo que esteve à frente do cargo político, conforme vimos no Capítulo 3 da dissertação.

Nesses momentos e no “bombardeio” de informações e construções disfóricas com relação ao “outro”, o sujeito em questão chega ao ponto de não parecer ou não se tornar nem uma coisa e nem outra, como se perdesse a identidade e fosse relegado à nada. Pensando desta forma, Landowski (2012, p. 25) trabalha as oposições dispostas por meio do grupo dominador, no caso o masculino contrário ao feminino, e ao que parece, só firma sua identidade por meio da recusa do outro. Dessa forma, como diz o autor, assegura que “o outro é o “outro” e estabelece uma “relação de exclusão mútua”, que converge com uma perda de identidade, como dizíamos. Nesta relação entre sujeitos (seja de maneira individual ou coletiva) estão imbricadas determinadas práticas que Landowski (2012, p. 5) divide nas seguintes categorias: assimilação, admissão, segregação e exclusão, as quais explicaremos a seguir e que nos servirão mais adiante em outros momentos do estudo.

No contato com o “outro” ou nas relações entre sujeitos¹¹, o grupo assimilador é aquele que não rejeita ninguém (LANDOWSKI, 2012, p. 6) e este encontro é “por princípio, generoso, acolhedor, aberto para o que vem de fora. Porém, ao mesmo tempo, toda diferença de comportamento um pouco marcada, pela qual o estrangeiro trai sua proveniência, parece, para ele, extravagância despida de razão”. Quando Landowski menciona “estrangeiro” leia-se todos que de certa forma sofrem algum tipo de preconceito. Então, utilizando uma espécie de “asteísmo”, o semioticista diz que esse grupo “não rejeita ninguém”, acolhe, é generoso, até que perceba a diferença, que aí pode-se incluir a forma de pensar, de agir, de sentir. E este indivíduo passa a não ser mais tão “assimilado” assim. Se “agrada”, é incorporado, se não, excluído.

A exclusão é outra forma explícita de negar ou desaprovar o outro, como o próprio termo já sugere. Esta se opõe até certa forma do grupo anterior, da assimilação, que é um pouco mais “leve”, se é que podemos usar essa expressão quando o assunto é a desvantagem do outro. Entende-se que ambas tratam-se de um “paradoxo”, como bem expõe Landowski (2012, p. 11) mas que manifestam-se pelos mesmos motivos, de não aceitação das diferenças, sejam quais forem ou mais especificamente como tratamos, de gênero. No regime da exclusão, Landowski (2016, p. 5) faz questão de destacar que este grupo não se dá nem ao trabalho de explicar por que exclui, simplesmente o faz. Ainda para o autor, (2012, p. 9) “a exclusão é um gesto explicitamente passional que tende à negação do outro enquanto tal” e que se pela razão, não for contida, como ele diz, “bastará então pouca coisa – não faltariam exemplos, tanto hoje como ontem – para que a idéia de ‘solução final’, sob uma forma ou outra”.

Para Landowski (2012, p. 15), dentro de uma carga semântica, tanto a admissão quanto a segregação, ao mesmo tempo que uma representa aceitação e o outra separação, afastamento ou isolamento, nos casos apresentados soam arbitrárias e como as demais configurações: “exclusão” e “assimilação” não são inocentes; cobrem uma diversidade “dos modos de relação conceitualmente consideráveis entre um grupo qualquer e o que ele dá a si mesmo como seu Outro”. Cada um desses termos ficou marcado pela forma que foi utilizado em discursos de caráter social, político, filosófico, enfim, resultando em um efeito de sentido.

Nestas “práticas de vida” são construídas e constituídas as formas de “presença” pautadas também pelos discursos midiáticos. Na obra “Com Greimas”, Landowski (2017, p. 136-137) discorre sobre a comunicação e influência da mídia sob o leitor. O semioticista torna

¹¹ Como diz Landowski no Livro “Presenças do Outro” (2012, p.x, grifo do autor) “na rotina da comunicação que organiza como que por capricho a *não presença* para o outro, tanto quanto para si mesmo”.

clara a compreensão utilizando como exemplo cartas trocadas entre dois sujeitos que estão longe e encontram nessas uma forma de comunicar, de “aproximação”. No nosso caso, reforçamos que na comunicação entre mídia impressa (Folha, Estadão, Veja, Isto É) e o público, o emissor traça um padrão de comunicar a mensagem ao receptor, tanto por meio do texto verbal quanto imagético, e de maneira implícita ou explícita, transmite sua posição dentro de um sistema¹², que como temos visto até agora, em sua maioria, soa disfórico para a mulher.

Com estas exposições, partimos para as próximas análises dos temas e figuras pretendendo mostrar como esta mensagem chega até o público podendo influenciar seu comportamento. Dividimos esta parte em seis eixos temáticos que chamaremos de: (4.1) Submissão, (4.2) Dependência, (4.3) Masculinidade, feitura e outras deformidades (4.4) Histerismo, (4.5) “Embelezamento” e (4.6) Objetificação (da mulher).

4.1 Submissão

Neste primeiro tópico que chamamos “submissão”, serão tratados os aspectos encontrados na mídia impressa que reforçam como as mulheres, no âmbito geral, não diferente na política, estão submetidas ao patriarcado, denominado pela pesquisadora da área de gênero Adriana Piscitelli (2009, p. 132) como “sistema social no qual a diferença sexual serve como base da operação e da subordinação da mulher pelo homem”. Tal padrão, cristalizado na sociedade e fortalecido por grupos dominantes, situam a mulher, conforme Piscitelli (2009, p. 131) em um “lugar inferior”, do qual é necessário grande esforço para se libertar.

O termo liberdade representa “Nível de independência absoluto e legal de um indivíduo, de uma cultura, povo ou nação, sendo nomeado como modelo (padrão ideal)” (LIBERDADE, 2009, s.p.). Mostrar o contrário, ou seja, que a não liberdade imposta por um regime que aflige e diminui a mulher de inúmeras maneiras, como temos visto no decorrer deste trabalho, é onde residem os esforços e a contribuição a ser dada pela disciplina de semiótica, vindo de uma forma interdisciplinar a somar com outras áreas na produção de um debate mais rico e aprofundado sobre o tema. Esta inferiorização da mulher, conforme mencionou Piscitelli (2009, p. 131) se concretiza no discurso verbal e visual da mídia

¹² Sistema para Floch (1987, p. 39) é um conjunto completo de relações de diferenças e semelhanças que definem os potenciais implicados pela organização efetiva do objeto sendo analisado.

impressa, por meio das isotopias e arranjos plásticos, figurativos, e na relação entre temas e figuras, assim como na construção de papéis temáticos.

Com a citação pertinente de Piscitelli (2009, p.131), que já desenvolveu diversas pesquisas nas áreas de sexualidade, turismo sexual, prostituição, migrações, reiniciamos esta parte final da análise por Dilma, a qual nos aprofundamos no capítulo anterior e nos servirá neste momento também como base para estabelecer uma relação com as demais candidatas, mostrando as disparidades enfrentadas pelas mulheres, no campo político e midiático, apontando as formas de exclusão a que foram submetidas. Para seguir adiante nesta primeira etapa do capítulo 4, recorremos às imagens (Fig. 37 e 38) que foram publicadas pela Folha de S.Paulo, nos períodos eleitorais de 2010 e 2018.

Figura 37 – Dilma atrás da bandeira



Fonte: FOLHA DE S.PAULO, 2010, p. E3.

apagamento de Dilma (VECCHI, 2018, p. 11). Entendemos que a lógica de sobrevalorizar a presença masculina, no caso, de Lula, ou então, nessa eleição também de Haddad, e inferiorizar a participação feminina, são parecidas.

Seguindo as análises do *corpus*, a segunda imagem da Folha que integra a reportagem de Dias (2018, p. A12) publicada no dia 15 de setembro tem como título “Sabotagem contra o PT foi maior que erros de Dilma, diz Haddad”. Esta notícia diz respeito tanto à Dilma quanto à Manuela. No enunciado, a ex-presidente aparece de forma negativa atrelada à palavra “erros” como declaração de Haddad ao dizer que o partido teria sido prejudicado. Na mesma imagem, percebe-se que Manuela está atrás de alguém que o veículo não diz quem é, mas acredita-se ser uma simpatizante do Partido dos Trabalhadores, já que pelo visto acompanha de maneira otimista a caminhada dos candidatos, segundo legenda do jornal, estando eles naquele instante fazendo campanha na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Neste sincretismo entre verbal e imagético, está associada a ideia de que Dilma errou e Manuela está apagada. Os ângulos das imagens não favorecem as candidatas. Novamente recorremos a Landowski que trabalhou em “Sociedade Refletida” (1992) a questão das especificações modais integrante do regime de visibilidade, se encaixando este caso na categoria das confrontações modais do “não poder ser vista”. Para Landowski (1992, p. 95-97), esta situação ligada ao exercício do “poder olhar” ou “não poder olhar”, do “poder ser visto” ou “não poder ser visto”, indicam “verdadeiros conflitos entre sujeitos” e integram um ponto de vista contrário. Logo, tal manifestação por parte do veículo de comunicação fortalece a narrativa da submissão, da pouca importância da mulher no campo político e midiático. Ou ainda, pode representar também uma “segregação”, como descrevemos no início deste capítulo, já que isola ou afasta a possibilidade tanto de Dilma quanto de Manuela serem vistas. O termo “barrar” na primeira matéria analisada, reforça esta análise de que foi impedida de “ser vista”.

Cabe aqui uma reflexão: mesmo sendo actantes diferentes em épocas distintas, ou seja, uma em 2010 e outra em 2018, seria este um padrão da Folha, de “representar” a mulher, ausentando-a, escondendo-a mesmo quando é importante mostrá-la? Na publicação “Flagrantes Delitos e Retratos”, Landowski (2004, p. 45-46), explica melhor isso:

Assim, paradoxalmente, quanto mais nos surpreendemos – ao mesmo tempo em que, claro, nos divertimos com o ângulo pouco habitual com que essas fotos um nada maliciosas – quase impertinentes – nos mostram seus modelos, mais temos a impressão que sim, são eles de verdade, tal como são, que, de bom ou mal grado, se revelam nessas expressões capturadas num átimo e no limite do inconveniente. Conseqüentemente, não nos diz quase nada da pessoa que nos mostra, a não ser que ela ocupa dignamente a posição social que a vemos ocupar. Ele consagra, assim, o estatuto do sujeito, ignorando deliberadamente seu eu. De fato, longe de procurar revelar o que poderia se esconder aquém ou além do parecer, ele se limita a mostrar que o sujeito parece mesmo com seu papel social (LANDOWSKI, 2004, p. 45-46).

Nesta descrição, de uma forma meio irônica, o autor classifica como maliciosas as imagens que analisa, porém estão carregadas de significado. Não é diferente das fotografias que usamos. Elas vêm acompanhadas de um processo de manipulação do momento da captação até o instante que produzem um efeito de sentido no destinatário e no público em geral. Ignora as candidatas e fortalece seu “papel social”, em uma sociedade em que o masculino predomina, como se destacou nas fotos, tendo na primeira Lula e respectivamente na segunda, Haddad centralizados, podendo ainda dizer que ambas – Dilma e Manuela – foram deixadas literalmente de lado.

Podemos dizer ainda que neste contexto, além de “submissa”, Dilma atuava como “ajudante” de Lula e do Partido dos Trabalhadores, primeiro em uma posição de destaque na Casa Civil, alcançando uma certa expressividade, mas não superior ao cargo do presidente. Pelas descrições da mídia, ela também não conseguiu firmar-se como protagonista nem quando devia ocupar esta posição durante a campanha, e depois nos primeiros anos de mandato como presidente, porque segundo os discursos midiáticos, Lula sempre estava à espreita. Manuela foi outra candidata que ocupou a posição de “auxiliar”, tanto quando a Folha descreve na reportagem de Yuri (2006b, p. A20) que ela praticamente foi “usada” por Lula como cabo eleitoral no Rio Grande do Sul, como no momento em que deixou a candidatura própria para assumir a chapa com Haddad. Neste segundo processo, como vice, Manuela ficou apagada, mais ainda do que Dilma. As narrativas vão ao encontro uma da outra e relembramos o que destacou Roxo (2018, p. 8) na matéria do dia 1 de agosto do Jornal O Globo. O enunciado dizia que Manuela também chegou a registrar candidatura pelo PCdoB, mas poucos dias depois abandonou a busca pela cadeira da presidência para alinhar-se ao projeto do Partido dos Trabalhadores, como vice na chapa de Fernando Haddad, candidato substituto do ex-presidente Lula. Repetidamente nesta ocasião, em tom de vitória, textos como de Lima, Lago e Filgueira (2018, p. 28) da Revista Isto É do dia 8 de agosto diziam a respeito do ex-presidente – “Fora do páreo” –, significando que ele tinha sido condenado e não poderia mais disputar as eleições presidenciais, entrando assim, Haddad em seu lugar.

Voltando aos desdobramentos deste processo eleitoral e a condição de Manuela, de acordo com a mesma publicação de Roxo em O Globo (2018, p. 8), a candidata “deixou de lado duas das principais bandeiras que empunhou durante nove meses em que rodou o país como pré-candidata: “a defesa da legalização do aborto e tributação das drogas”, para adequar-se ao programa do PT. Em outro enunciado na parte inferior do jornal no dia 14 de outubro (O GLOBO, 2018, p. 8), destacava-se o seguinte enunciado “Manuela, a vice que mudou de assunto”, insistindo que ela “abandonou” suas principais pautas. A atitude da candidata, segundo endossam as narrativas da mídia, tornou-SE motivo de descrédito por movimentos feministas que a apoiaram na ocasião em que fazia campanha para o cargo de presidente. Dentro dessa concepção, de ser ela “submissa”, Manuela participou da campanha no primeiro e segundo turno das eleições, e durante esse período, na maioria das vezes quando a vice “era mostrada”, as imagens dela geralmente passavam essa mensagem, conforme divulgada no dia 19 de setembro no texto de Lima e Filgueiras (2018, p. 33) na Isto É. Abaixo de sua foto, estava escrito “fala que eu executo”.

Converge com outra reportagem do dia 6 de agosto do Estadão escrita por Galhardo e Weterman (2018, p. A4) com o título “Haddad é escolhido vice de Lula e PT deflagra ‘plano B’”. O enunciado em destaque no topo traz a menção “plano B”, que é Manuela, citada no texto também lembrando que ela era candidata ao planalto e agora “terá o direito de assumir como vice na chapa” do Partido dos Trabalhadores. A imagem da matéria tem Haddad sozinho falando ao microfone em uma posição superior a de Manuela, que encontra-se em tamanho menor abaixo. Em obras de Jean-Marie Floch (1987) que tratam de análises semióticas referentes às pesquisas de mercado, ele mostra a relação topológica existente entre o que é oferecido e o que o público recebe ou deseja receber, resultando em efeitos que aproximam ambos actantes. Não é diferente na relação entre a mídia e leitor, e estes estabelecem padrões para suas “práticas de vida” a partir do que a mídia constrói. Estas eram as narrativas oferecidas ao público, como vemos reiterando a respeito de Manuela. Vejamos na Figura 39, com base nos elementos da semiótica plástica apontados por Floch (1987, p. 31-32), a análise e relações existentes sobre a participação dela nas eleições, por meio da publicação do Jornal O Estado de S.Paulo (GALHARDO; WETERMAN, 2018, p. A4).

Figura 39 – Manuela “Plano B”



Fonte: GALHARDO; WETERMAN, 2018, p. A4.

Associando tais posições gráficas (alto, baixo, superior, inferior) à cromática das duas imagens (Fig. 39), na primeira vemos Haddad ocupando um espaço maior acima do que Manuela, com fundo predominantemente vermelho (cor do partido) e a segunda, Manuela menor, vestindo preto, envolta de um branco, amarelo e azul. Estas informações trazem alguns significados e reflexões: (1) nessa fusão, Haddad se manteve como candidato principal, o mais forte, se sobrepondo à Manuela; (2) Haddad está acompanhado de outros correligionários do PT; (3) Manuela “recuou” ou “renunciou” como apontaram as mídias ficando como “plano B” na eleição, representando a “fraqueza” que é atribuída às mulheres como características negativas; (4) ela aparece na imagem sozinha; (5) tal discurso deixa claro que o PCdoB e Lula, por meio de uma carta enviada da prisão, decidiram o destino de Manuela, ou seja, que ela não seria mais candidata “cabeça de chapa” e “teria a possibilidade de compor” a legenda do PT como vice de Haddad; (6) ao fundo na imagem de Manuela aparecem as cores amarelo, verde e branco, que podem representar o sonho dela ser presidente, deixado para trás, e o preto que ela usa, uma espécie de perda, duas vezes, desta possibilidade (GALHARDO; WETERMAN, 2018, p. A4).

Analisando sob o prisma semiótico baseado no programa narrativo de base¹³, tratando-se do objeto de valor para Manuela, que era se eleger, chegar à presidência, este não se concretizou. Não só por ela não ter vencido a eleição, mas porque de certa forma, no meio do caminho, desistiu e esse desejo se tornou ou foi tornado, de acordo com os discursos, uma segunda opção.

Sobre o termo ou papel actancial de “ajudante ou auxiliar”, como já mencionamos no capítulo 3 da dissertação, Biroli (2010, p. 281) destacou que quando as mulheres conseguem ocupar funções políticas com maior evidência, geralmente são inseridas e estão engajadas em “temas sociais” e não “do que de *hard politics* (administração pública, política econômica, relações internacionais)” e aí podemos associar esses “temas sociais” com o termo ajuda, que da mesma forma combina com ajudante, assistente, colaborador, lembrando alguém que sempre está na posição de ser mandado. Se formos atualizar estes dados, no governo atual do presidente Jair Bolsonaro, cargos de ministra da Família e dos Direitos Humanos e da Agricultura são ocupados por mulheres como Damares Alvez e Tereza Cristina, respectivamente.

Em todas estas análises, é possível mostrar como as formas de desqualificação e da representação da mulher no campo político e midiático são parecidas ou recorrentes. Elas seguem uma programação preestabelecida e, como dizíamos anteriormente, a mudança percebida foi apenas de época e de candidata. Como Manuela, por pouco a primeira mulher candidata à presidência da República em 1989, Lívia Maria, se tornou “ajudante” e passou de candidata principal a vice. As semelhanças, diga-se de passagem, são grandes. Como foi aquele processo? Duas semanas antes da votação, que naquele ano ocorreu no mês de dezembro, entrou literalmente em cena o empresário e apresentador Silvio Santos. Ele insistiu em ser candidato à presidência, mesmo não tendo registrado a candidatura no tempo devido. Segundo matéria de página inteira da Folha do dia 1 de novembro de 1989 (FOLHA DE S.PAULO, 1989b, p. B-8), no Caderno “Diretas-89”, Silvio se autodenominou “machista e autoritário”, – fazemos um adendo aqui para dizer que, mesmo nessa linha de ser ele “machista e autoritário”, boa parte da reportagem tomou um rumo mais eufórico do que disfórico para o empresário em função do número de empregos que ele gera em seu Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Continuando o que dizíamos, “SS”, como abreviado pelo veículo, iniciou uma busca desenfreada na tentativa de tornar-se candidato legítimo e procurou Lívia para que ela cedesse o lugar de cabeça da chapa para ele, “bagunçando” o

¹³ Cf. Verbete “Programa Narrativo” no Dicionário de Semiótica, de Greimas e Courtés (2008, p. 388).

processo eleitoral, conforme destacou a Folha (1989b, p. B-8) ou então, como ressaltou a Revista Veja em uma reportagem da Seção “Brasil” de 8 de novembro (1989, p. 34-35) intitulada “Uma confusão chamada Silvio Santos”.

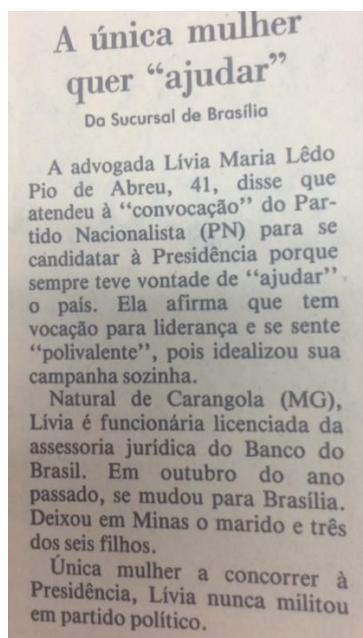
Nesse mesmo contexto, o Jornal O Globo do dia 28 de outubro (1989b, p. 5), na Seção “O País” divulgou uma nota da conversa que teve com o pai de Lívia (Othon Abreu) sobre as especulações deste caso e, após o destinador introduzir o parágrafo que a candidata fazia parte do grupo de concorrentes “sem chances”, o patriarca teria dito: “ela se candidatou para defender a causa das mulheres e jamais renunciaria, mas talvez o PN possa negociar a vice-presidência”. Lívia não foi ouvida estando submissa ao pai e ao partido que falavam dos próximos passos dela na corrida eleitoral, caso Silvio Santos tivesse aprovado de última hora sua candidatura à presidência da República. Ou seja, depois do pai de Lívia falar por ela e mencionar que “talvez” o partido negociasse a vice-presidência, faça muito sentido no contexto, uma vez que isso poderia significar que o partido poderia preteri-la negociando com o apresentador a “cabeça de chapa” e a candidata ficaria como vice-presidente. Em outras palavras, a “classe política” ditaria o que ela devia fazer, e a interpretação disso, com base no esquema narrativo canônico como apontou Fiorin (2016, p. 30), é que nesta situação ela nem conseguiu ser o sujeito realizador da transformação na narrativa ficando nulo de um saber e/ou poder fazer.

Outra matéria que deixou clara tal submissão foi publicada no jornal O Estado de S.Paulo com o título “Lívia admite se aliar a Silvio Santos na disputa”. O texto de Franco e Silva (1989, p. 6) destaca essa disputa com a palavra “dualidade”, e que ela achava que não teria “condições de fazer nada”, sem alguém com “verba” maior; além disso, no texto cogitava-se que Lívia cedesse à legenda. A título de informação, já que o “candidato” estava conquistando o público, todos os partidos principais que se sentiam prejudicados pela “confusão chamada Silvio Santos”, entraram com pedido no TSE para que “SS” não tivesse legitimada a candidatura a tão pouco tempo do dia da votação. Só por isso, mesmo não se elegendo, Lívia conseguiu chegar até o fim do processo como candidata à presidente. Em casos como esses, na publicação “O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010”, Biroli e Mota (2014, p. 200) reforçam sobre a representação das mulheres na política que “ausentes das esferas de decisão, enquanto grupo, estão em uma situação desprivilegiada para fazer ver suas experiências e transformar seus interesses em questões políticas legítimas e prioritárias”. Segundo a pesquisadora “a mídia é um dos atores na conformação, na naturalização e na reprodução de tal cenário” (BIROLI; MOTA, 2014, p. 200). Conforme apontamos no capítulo anterior, Landowski (2016, p. 25) manifestou a

mesma ideia: de que a mídia é forte responsável por acionar estereótipos gerando mais desafios que não colaboram em nada para a superação deste problema.

Nesse panorama em que a mulher encontra-se desqualificada, no dia 11 de setembro a Folha (1989c, p. B-2) se reportava à Lívia Maria da seguinte maneira: “Microcandidatos dizem que vão surpreender”. No centro da página, o subtítulo dizia: “A única mulher quer ‘ajudar’” (Fig. 40).

Figura 40 – A única mulher quer “ajudar”



Fonte: FOLHA DE S.PAULO, 1989c, p. B-2.

As palavras entre aspas “surpreender” e “ajudar” estão carregadas de sentido disfórico. Não por acaso a primeira palavra “surpreender” está entre aspas acompanhada do sujeito “microcandidatos”, significando menor, pequeno, ínfimo, que se refere a ela também, ironizando que Lívia poderia “surpreender”. A “ajuda” diz respeito exatamente ao que dizíamos anteriormente se referindo ao modo que a mulher é vista na sociedade, apenas como uma “ajudante” e não como sujeito capaz de realizar a ação. Fora isso, abrimos um adendo na análise ainda na colocação do jornal: “se mudou para Brasília e deixou em Minas o marido e três dos seis filhos”, passando a impressão de que ela sai de um padrão de mulher que fica em casa cuidando do marido e filhos. O verbo “deixou”, no contexto, traz essa conotação. Retomando as descrições referentes à semelhança desta candidata com Manuela quando aparece em tamanho menor na foto (Fig. 39), nas poucas vezes que Lívia contou com espaço na mídia, sua imagem estava posicionada na parte inferior da página ou a fotografia dela era

pequena, como na ocasião em que na chamada da capa, a Folha (1989a, p. B1) a retratou como miniatura, de forma reduzida (Fig. 41):

Figura 41 – Lívia Maria na primeira página do Caderno Diretas-89



Fonte: FOLHA DE S.PAULO, 1989a, p. B-1.

Está bem menor compararmos aos dois concorrentes com maior intenção de votos na eleição de 1989 – Fernando Collor de Melo e Lula – que também faziam parte do conteúdo desta página, referente às eleições. O enunciado da capa ainda dizia apontando para ela “pequenos tentam obter votos com idéias curiosas”. Além de ter sido “eleita” pelo veículo para representar os nanicos, candidatos com “pouca importância”, o enunciado dizia que os “pequenos tentam conquistar votos com propostas incomuns”. As palavras “curiosas” e “incomuns” são disfóricas nesse sentido pois se referem, como dizíamos anteriormente, à ajuda que ela quer dar ao país. O verbo “ajudar”, destacado como título da nota “a única mulher quer ajudar”, traz outra conotação. Assim, pode significar que além de ser uma declaração usada por ela, que implicitamente o destinador estivesse questionando, nesses moldes de sociedade em que vivemos, como pode uma mulher achar que tem a capacidade de ajudar o país? No sentido de que a mulher não tem condições de assumir um cargo tão importante (FOLHA DE S.PAULO, 1989c, p. B-2).

Na esteira de tais fatos, recordamos que Thereza Ruiz e Ana Maria também estavam submissas e dominadas pelo sistema. No caso de Thereza, suas aparições de agosto a outubro – período da campanha – resumiram-se em duas: uma na ocasião em que o Jornal O Estado de S. Paulo publicou pesquisa do Ibope no Caderno de “Política” (1998, p. A-4) do dia 17 de setembro com o Título “FHC avança e garante quase a metade dos votos”. Quando exibido o nome dela, além de ser descrito por último aos demais “nanicos”, sem respeitar a ordem alfabética já que havia também nesse páreo o candidato “Zé Maria”, ambos detentores da mesma pontuação, ou seja, 0% e ele aparecia antes dela. A menção a ela ficava na dobra da página. Isso nos faz lembrar que ao se dobrar o jornal várias vezes, tal escrita desaparece com o tempo e, devido ao desgaste natural da página, o conteúdo é literalmente apagado, podendo representar que ela não importava ou logo seria esquecida. O levantamento foi divulgado em uma espécie de gráfico composto por uma figura retangular de cromática cinza de tom mais escurecido, que pode dificultar a leitura, em contraposição à cor clara em que estavam dispostos os números e informações referentes aos candidatos com mais notoriedade: Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula, Ciro Gomes e Collor (Fig. 42).

Figura 42: Pesquisa da eleição



Fonte: O ESTADO DE S.PAULO, 1998, p. A-4.

Outra publicação encontrada sobre Thereza é uma nota na parte inferior da Seção denominada “O País”, do Jornal O Globo (1998, p. 3). Na imagem (Fig. 43) em preto e branco, no espaço denominado “Na Boca da Urna” do dia 21 de agosto, no pequeno texto com título “Falou e disse”, ela aparece com a “boca fechada”, mas como se estivesse querendo dizer algo. Está sentada no centro de uma sala tendo como fundo uma estante cheia de livros, passando a ideia de ser ela culta. Esta é apenas uma suposição já que não temos muita informação sobre esta candidata, segundo descreveu Lima (2017, p. 75).

Figura 43 – Thereza Ruiz



Fonte: O GLOBO, 1998, p. 3.

Seguindo a análise desta imagem, além de estar emparedada entre colunas textuais, o ambiente escuro e pesado como seu terno preto a desfavorece ao transmitir a sensação de que ela representa certos grupos de elite, que permanecerá apenas no “escritório”, distanciando-se da população ou dos eleitores. No lado superior esquerdo da tela, não por acaso, é para onde o leitor olha primeiro em uma publicação, mostra-se a sigla do partido e o número dela (19), com letras maiores ou em letra maiúscula, e abaixo, em tamanho menor, o nome de Thereza misturado em letras maiúsculas e minúsculas. Tal momento não se refere a uma entrevista concedida ao periódico, mas diz respeito a uma fotografia de Thereza reproduzida em preto e branco pelo jornal, do horário eleitoral gratuito na televisão. A nota inicia assim: “Enfim, a voz”, que figurativamente, traz outro sentido significando que até então, a candidata “não tinha mostrado sua voz”, ou então, que não é ouvida, combinando com o detalhe da boca fechada da candidata, mas com tom de quem quer falar. Analisando tal chamada, poderíamos dizer ainda que o jornal reforça no enunciado a rara e rápida aparição da candidata: “A única mulher que concorre à Presidência da República – que só apareceu de relance no programa do PTN – finalmente apresentou sua voz ao eleitorado”. Somando com nosso estudo, o trabalho

de (LIMA, 2017, p. 76) sobre as candidatas no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, ou HGPE, destacou:

No primeiro dia de exibição da propaganda eleitoral em TV foi usado pelo partido para apresentar os seus candidatos a presidente e vice-presidente. No entanto, quem fez o discurso de apresentação foi o presidente do PTN à época, Dorival de Abreu. O fato de, logo no dia de apresentação, em que se apresenta a protagonista da disputa, um homem falar por ela e Thereza Ruiz ser silenciada demonstra a característica da candidata submissa (LIMA, 2017, p. 76).

Esta reflexão feita por Lima (2017) reforça nossas hipóteses quanto à submissão por parte de Thereza Ruiz, combinada às demais candidatas aqui já mencionadas. A próxima análise sobre Thereza fortalece tal conceito transmitido pelos destinadores, fossem eles os porta-vozes¹⁴, o jornal ou o partido: “O PTN garante que, daqui para frente, a única candidata mulher à Presidência, vai falar todo dia”. Combinando a legenda descrita em letra maiúscula com essa declaração registrada pelo veículo de comunicação de que o partido garantiu, “daqui para frente, a única mulher candidata, vai falar todo dia”, em outras palavras, o partido define se e quando ela se pronunciaria, mas nem quando os “mandões” decidiram que ela ia “falar todo dia”, isso de fato aconteceu. Pelo menos a visibilidade dela, seja por parte do partido ou da mídia, permaneceu adormecida, uma vez que de junho a dezembro de 1998 – período do recorte da pesquisa, do momento em que a candidatura foi registrada até o fim do processo eleitoral – e que de acordo com nosso *corpus*, ela foi mostrada apenas duas vezes.

Outro exemplo trata-se das eleições de 2006, em que a candidata Ana Maria Rangel nas eleições de 2006 travou uma luta que culminou na impugnação de sua candidatura, uma vez que entrou com pedido de intervenção partidária contra o presidente do PRP, Ovasco Roma Altimari Resende, por extorsão. Conforme divulgou O Estado de S.Paulo na Editoria “Nacional” (2006a, p. A-11) no dia 1 de julho, o mesmo queria que ela pagasse R\$ 14 milhões, que seriam distribuídos entre os membros do partido em âmbito regional e estadual em troca de apoio político. A postulante ao cargo tinha guardado gravação comprovando o que dizia – entregou ao Ministério Público e posteriormente as provas foram encaminhadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Como forma de perseguição ou vingança, o partido expulsou Ana Maria e pediu ao Tribunal que impugnasse a candidatura dela, mas a candidata

¹⁴ Cf. Landowski (1992, p. 29), referindo-se aos jornalistas ou políticos, que seriam como ele denomina: porta-vozes, ou simplesmente, destinadores.

entrou com liminar e conseguiu participar da eleição até o fim da campanha – *sub judice*¹⁵ – enquanto aguardava decisão judicial. Caso não tivesse resistido às pressões, teria naquele momento caído do esquecimento.

Intimidações da política à parte, que é uma forma de manipulação resultado de “quando o manipulador o obriga a fazer por meio de ameaças” (FIORIN, 2016, p. 30), por outro lado, no discurso midiático na Seção “No Ar”, o colunista Guedes do Jornal O Globo (2006, p. 8) se reportou à Ana Maria com tom de desprezo, que ficou explícito em uma nota do dia 1 de setembro sobre a candidata dizendo que esta era “uma campanha estranha”, com “gente esquisita”. Dias depois, em 10 de setembro, na Seção intitulada “Voto (in) útil” (NOVAES, 2006, p. 8), que em outras palavras significa “não ter utilidade” ou é sinônimo de “imprestável”, o veículo publicou outra nota com a imagem (Fig. 44) dela tendo como legenda a seguinte frase: “Um rosto sem idéias¹⁶”.

Figura 44 – Ana Maria “um rosto sem idéias”



Fonte: NOVAES, 2006, p. 8.

Ao lado dela estava a foto de Michael Jackson com os dizeres “Cabo eleitoral por acaso”, na tentativa de satirizar e fazer um comparativo entre a semelhança das imagens. Talvez nas imagens acompanhada do título “Propaganda subliminar”, a mídia tenha usado o cantor pop como “cabo eleitoral por acaso” por ser ele conhecido contrapondo à figura dela, que conforme a matéria de Lago (2006, p. 43), “Tudo azul na Tv”, na Seção “Brasil” da Revista Isto É, chamou-a de “a desconhecida”, ao descrever todos os candidatos que

¹⁵ De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa: “Que está aguardando uma decisão judicial; diz-se do que se encontra sob a análise de um juiz ou de um tribunal; cuja sentença ainda não foi proferida: segundo o tribunal, seu processo está *sub judice*” (SOB JUDICE, 2009, s.p.).

¹⁶ A palavra “idéias” traz acento, por se tratar de período anterior à implantação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

participavam do pleito. Se ambas as mídias de uma forma ou de outra a trataram como “desconhecida” e, sendo o papel principal dos meios de comunicação o de informar, por qual razão não buscaram saber mais sobre Ana Maria, assim como dar a oportunidade ao eleitor de conhecê-la melhor, nesse que é um processo tão importante em uma sociedade?

Voltando à notícia da página 8 de O Globo (Fig. 44), a narrativa dizia também que era uma injustiça compará-la ao candidato Cristovam Buarque que é um “homem de uma idéia forte, e da revolução pela educação”, ao passo que Ana Maria representa “um rosto sem idéias” (NOVAES, 2006, p. 8). Nesta informação estão contidas as oposições semânticas “homem forte”, e “mulher fraca”, o “com” ou “sem” ideias. Diante de tal exposição que nos remete a uma contraditoriedade, seja quando foi comparada ao cantor Michael Jackson ou ao candidato Cristovam Buarque, Ana Maria não foi colocada em igualdade de condições.

Como complemento desta análise do “homem forte” e da “mulher fraca”, destaca-se como este estereótipo é manifestado em outras ocasiões, como no período anterior à eleição de Dilma Rousseff em 2009, quando ela descobriu que estava com câncer linfático. A reportagem de Alencar (2009, p. A-7) publicada na Folha de S.Paulo no dia 29 de abril dizia: “Pesquisa medirá efeito da doença”. Em suma, além de reiterar o discurso de que a mulher é “fraca”, transmitiam a sensação de que a doença poderia ser usada para beneficiá-la durante a campanha, ou seja, uma forma de implicitamente dizer que a candidata não é capaz de ganhar a não ser usando um subterfúgio como este. Outra reportagem de Seabra (2009, p. A-7) da Folha, enunciava “Oposição discute o uso da palavra câncer”. Neste texto consta que José Serra e Aécio Neves “manifestaram, num jantar a dois, preocupação quanto à exploração política do estado de saúde da candidata”. E que eles concordavam que existia uma “tentativa de uso político da doença”. Tempos depois, quando Lula teve câncer de laringe, a Revista Veja (2012, p. 40) do dia 11 de janeiro publicou na Seção “Panorama” uma nota com foto do ex-presidente mencionando que o tumor havia regredido com o tratamento. A imagem mostra Lula sorrindo, diferente de Dilma que era retratada de maneira preocupada. Tais associações reforçam as narrativas de que o homem é forte e enfrenta uma doença parecida de cabeça erguida, de modo distinto da mulher. Percebe-se que nesta relação homem *vs* mulher, a imagem desta geralmente está atrelada a uma conotação disfórica.

Outra candidata que aparece em desvantagem foi Vera Lucia. No dia 2 de outubro, quase na data que ocorreria a eleição, o Jornal Folha de S. Paulo publicou matéria de Pasquini (2018, p. A-10) com o título “O que pensam os candidatos com menos intenção de votos nas pesquisas eleitorais”, bem no alto da página (Fig. 45).

Figura 45 – Vera Lúcia última a ser ouvida



Fonte: PASQUINI, 2018, p. A-10.

Entre eles estava a candidata pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Topologicamente, a posição dada à Vera Lúcia pelo periódico foi a parte inferior da página, sendo literalmente a última a “receber a palavra”, estando “acima” ou na parte superior a ela os demais concorrentes: Cabo Daciolo (Patriota), José Maria Eymael (DC) e João Vicente Goulart (PPL). Associando à palavra “menos” do título e a quantidade de “blocos textuais” que pesam na página sob Vera Lúcia, aquela que aparece por último encontra-se em uma condição desfavorecida visto que nesta espécie de configuração, carregada de informações, cansa o destinatário, que possivelmente nem chega ao fim da leitura, deixando de conhecer a candidata e suas propostas. Em sua declaração ela utiliza a denominação “nanico”, quando refere-se a partidos com pouca expressividade, dizendo que este trata-se de um nome “discriminatório e pejorativo” (PASQUINI, 2018, p. A-10). Logo, esse contraste superior vs inferior, combinado ao título, sua declaração, o enunciado deixando clara as chances mínimas dela vencer a eleição e sua posição no contexto gráfico, reforçam a desigualdade da mulher na política e confirmam que o desafio vai muito além do que as páginas dos jornais mostram.

4.2 “Dependência”

Na esteira de relações estabelecidas entre uma e outra concorrente, novamente trazemos Dilma para dar sequência às análises e narrativas construídas em torno da “Dependência” das candidatas nas eleições. Em muitos momentos, mesmo demonstrando capacidade técnica – conforme foi reforçado inicialmente tanto pela mídia quanto pelo governo –, tendo recebido o título “dama de ferro” – que tem como uma das interpretações a força, firmeza, resistência –, ela aparece atrelada à figura do ex-presidente Lula.

A narrativa midiática da dependência dela à Lula era fortalecida afirmando que o presidente endossou a candidatura de Dilma como sua possível sucessora e sempre esteve literalmente à frente da gestora política. É possível observar isso, por exemplo, em matérias publicadas em sua primeira eleição à presidência, como a do dia 26 de julho, da Folha de S. Paulo. A reportagem de Domingos (2010, p. A-10) enunciava que “Lula fará na TV papel de apresentador de Dilma”, e de novo reitera-se que dentro dos papéis actanciais, ele era o sujeito e Dilma, a candidata, adjuvante, conforme destacou Greimas (2008, p. 69) seguindo o “estatuto de auxiliar”. O texto dizia ainda, “criador e padrinho da candidata petista Dilma Rousseff ao Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá ser o personagem principal do primeiro programa de TV da ex-ministra”.

Indo na mesma linha da narrativa da dependência da candidata a Lula, na maioria das fotos em campanha, Lula está no centro do palanque ou em uma posição de destaque falando e segurando o microfone, como já mencionamos no Tópico “Submissão”. Dilma, por sua vez, aparece ora atrás, ora ao lado do presidente. Imagens analisadas, assim como estas frases de efeito atribuídas a ela, são recorrentes, dando a entender que a candidata é mesmo submissa ao presidente como se fizesse somente o que ele manda, ficando preterido seu saber ao do ex-presidente. Outras matérias referentes à ela, como a de Tavares (2010, p. A-4), apareceram também no dia 18 de agosto no Jornal O Estado de S.Paulo da seguinte maneira: “Dilma encarna ‘herdeira’ de Lula”. No dia 18 de agosto, o veículo publicou a reportagem de Nossa e Lacerda (2010, p. A-8): “Lula assume papel de fiscal de ‘sua presidenta’”. Na publicação do dia 12 de outubro de 2010 do mesmo periódico, Rosa e Nossa (2010, p. A-13) destacaram que “Lula aprova mudança de tom de Dilma”, e assim por diante.

O discurso da “dependência” da candidata ao ex-presidente Lula prosseguia na eleição de 2014. O Estado de S.Paulo de 22 de junho publicou matéria de Goletta e Domingos (2014, p. A-5) com o título “Lula destaca ‘harmonia entre criador e criatura’”. Na reportagem, ao mencionar que foi o “criador” de Dilma, o ex-presidente pediu novo voto de confiança para a

candidata: “A gente vai provar que é possível uma presidente e um ex-presidente terminarem seu mandato sem que haja nenhum atrito entre os dois”, que para Lula, é uma “demonstração de que é plenamente possível criador e criatura viverem juntos em harmonia”. Segundo regras culturais e de linguagem, “o criador” representa um sujeito masculino e a “criatura”, um sujeito feminino. Assim, o jornal deixou claro que ao discursar “antes” ou primeiro que Dilma, em um processo em que ela deveria ser protagonista, Lula teria insinuado ainda que pode ser candidato novamente em 2018. Indo ao encontro da narrativa do “criador e da criatura”, o Estadão do dia 6 de julho publicou matéria de Rosa e Galhardo (2014, p. A-8) ocupando o espaço inteiro da página e o título era “A Hora da Criatura” (Fig. 46).

Figura 46 – Dilma, a “criatura”



Fonte: ROSA; GALHARDO, 2014, p. A-8.

Esta imagem (Fig. 46) mostra a candidata e ex-presidente desconstruída com olhar sério e sisudo e ao lado os dizeres “Dona de um temperamento explosivo, Dilma tenta emplacar fisionomia mais ‘humana’ nessa campanha” (GALHARDO; ROSA, 2014, A-8). Reforçam-se as oposições semânticas “criatura e humana”; a primeira representada como “monstro” trata-se de “o que é contra a ordem regular da natureza; anomalia, deformidade [...]”

Pessoa cruel, feroz, desumana, perversa” (CRIATURA, 2009, s.p.), criando esta imagem de Dilma, e o segundo termo “humana” denota “bondade, piedade” (HUMANA, 2009, s.p.), que simboliza sentimento humanizado, ou seja, de acordo com o veículo, ela tentava se aproximar e atrair eleitores, sem contar que no sentido figurado, criatura é fruto da criação de outro, como a mídia estampava. Texto e linguagem visual se contradizem e confundem o leitor. Isso porque, se ela representa uma “criatura” que geralmente é feia, bem como a mídia a estampou, obviamente ela terá dificuldade de aproximação com o público. Mas ao ser endossada pelo “criador”, termo que por si só traz um efeito eufórico, dessa forma, de acordo com a “narrativa da dependência”, conseguirá ir adiante conquistando seu “objeto de valor”. A dependência associada ao patriarcado, conforme Piscitelli (2009, p. 24) “se tornou sinônimo de dominação masculina, um sistema opressivo tratado, às vezes, como se tivesse uma natureza imutável”, e sobrevive por meio desta continuidade percebida nos discursos políticos e midiáticos.

Em uma publicação, com o título “Mídia, espetáculo e grotesco”, na Revista Latinoamericana de Comunicação (2015/2016) inspirada nas discussões propostas no Livro “Império do Grotesco”, Muniz Sodré trata a respeito de imagens “transformadas” como essa, em especial pela mídia, e o sentido que elas produzem. Em uma crítica à publicações grotescas Sodré (2015/2016, p. 21-22) as compara à peça teatral “Cromwell” do romancista e dramaturgo francês Vitor-Marie Hugo, em que apresenta “o cômico, o feio, o monstruoso, a palhaçada” que representam “sobretudo um modo novo e geral de conceber o fato estético”. Em outras palavras, e sendo mais objetivo, Sodré (2015/2016, p. 22) as designa como algo que beira o ridículo ou obra de “mau gosto”.

Seguimos a análise concentrada agora em outra candidata mostrada como “dependente”: Marina Silva. O texto de Viapiana (2018, p. 34) de Isto É do dia 14 de fevereiro, na Seção “Brasil/Eleições”, reforçou o discurso de que em cada campanha Marina se beneficia de votos de outros candidatos ou personalidades, que por “coincidência” e não por mero “fruto do acaso”, são homens, e nesse sentido, ressaltam-se os “modelos” da dependência e da necessidade do “outro” para chegar mais longe, sendo esse “outro” o sexo oposto. O título da matéria “Quando ela deixará de ser a eterna herdeira?” sugere subordinação de Marina na tentativa de atingir objetivos, *de-competencializando-a* e como observamos anteriormente, se assemelha à Dilma e Manuela que no geral não ocupavam nas narrativas um lugar de sujeitos, no máximo de adjuvante. Com Marina nos parece que foi pior ainda, já que nem a denominação auxiliar lhe coube, conforme o texto expôs:

Marina Silva herdou o espólio social de Chico Mendes quando o ambientalista foi assassinado. E não capitalizou. Em seguida recebeu o legado político de Eduardo Campos e, mesmo assim, não conseguiu levar adiante a sua candidatura. Desta vez, assumirá os votos da esquerda que iriam para Lula. Ela irá desperdiçar novamente esse precioso triunfo? (VIAPIANA, 2018, p. 34).

Ao multiplicar tal narrativa – com destaque para a palavra “espólio” que nesse caso pode representar uma apropriação – o veículo criou a imagem de uma mulher que apenas chega em determinadas posições por ter à frente “homens que abriram caminho”. Para que isso acontecesse, em suma, nunca é por competência ou mérito próprio, e mesmo assim, segundo a revista, Marina fracassa, como se dissesse que ela não tem capacidade alguma. Esta narrativa é sustentada pelos discursos políticos e midiáticos, que conforme enfatiza Landowski (2012, p. 33) integram o grupo social detentor de “posição econômica, cultural ou política dominante, e que tenha uma espécie de auto-imagem idealizada, tenda a definir negativamente a alteridade daqueles que ele não reconhece como sendo seus [...]”, como explicamos no início deste capítulo. Combinando com o que disse Piscitelli (2009, p. 24) sobre a “dominação masculina”, representa em todos os casos uma tentativa de exclusão, de negação do outro, incluindo aqui as questões de desigualdade de gênero as quais nos esforçamos mostrar em situações como essa, em que a mulher é diminuída pelo simples fato de não pertencer a uma classe dominadora em uma sociedade regida por uma cultura patriarcal manifestada em todos os campos.

Em 2014, Marina também se candidatou só que, naquele momento, havia fechado como vice pela chapa do PSB, sendo o candidato à presidência o ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos. Mas por que ela figura no estudo sobre candidatas a presidente daquele ano se não era a “cabeça de chapa”? Veremos a seguir. A coligação composta por Campos e Marina estava entre as três mais cotadas a assumir a presidência da República até que, após decolar do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, com destino ao aeroporto de Guarujá, litoral do Estado de São Paulo, um acidente com um avião modelo Cessna 560XL tirou a vida do candidato, no dia 14 de agosto de 2014, durante a primeira fase da campanha. Tal imprevisto gerou uma ruptura ou fratura no processo, que conforme exemplificou Greimas (2017, p. 32) ao fazer análise de textos literários na Obra “Da Imperfeição” traz uma “quebra” ou interrupção entre um e outro evento, iniciando uma nova etapa.

Segundo a Revista Veja, que publicou em 20 de agosto a matéria de Zalis e Coura (2014, p. 65) com o título “A sucessora” (2014, p. 65), o fato “mudou tudo”, ou ainda conforme o texto de Araújo (2014, p. A-8) do Estadão do dia 15 de agosto, “mudou a

conjuntura política” dado impacto que tal ocorrência causou. O texto de Coura, Cedlin e Barros (2014, p. 59) da Revista Veja de 27 de agosto chegou a dizer que tinha pouco tempo para o Brasil “saber se ela é apenas uma miragem ou uma opção política de verdade”, e questionar “Quão sustentável ela é?”. Após apresentar números referentes à corrida eleitoral, destacou Marina à frente de Dilma e Aécio por algum tempo, em decorrência de toda comoção causada pela tragédia com Campos, conforme a matéria que Veja intitulou de “fulminante ascensão na disputa”. Em seguida, outros obstáculos surgiram e Marina perdeu apoio de parte dos correligionários do PSB, que saíram do partido por não concordar com a escolha dela como substituta de Eduardo Campos. Nessas circunstâncias, Marina assumiu a chapa com apoio da esposa de Campos, Renata, diante de um partido dividido. Esta divisão a que a mídia se referiu diante do processo, nos faz lembrar das categorias da “admissão, assimilação, segregação e exclusão”, como tratada no começo do capítulo. Em uma análise mais direta, é possível dizer que Marina se encaixa em todas estas configurações: uma vez foi admitida, porém, não “assimilada”, gerou, conforme explicita o discurso midiático, uma divisão ou segregação, e o desejo de exclusão, por quê? Possivelmente pois tratava-se de uma mulher e, portanto, como destacou Landowski (2012, p. 33) não tinha “uma espécie de auto-imagem idealizada, tenda a definir negativamente a alteridade daqueles que ele não reconhece como sendo seus” pelos homens do PSB. O apoio mais simbólico como já mencionamos veio de Renata, outra mulher, a esposa de Eduardo Campos. Mesmo assim e resistente aos acontecimentos, Marina prosseguiu, ficando em terceiro lugar, deixando a eleição no primeiro turno.

Outra situação que mostra Marina como “dependente” foi no processo eleitoral de 2018. Com todos os desdobramentos relacionados à prisão de Lula, Marina foi chamada no texto de Holanda (2018, p. A-13) publicado pelo Estadão em 7 de outubro de “A candidata que busca uma fresta para passar”, reforçando a narrativa de que ela se beneficiou do fato e 11 dias foi o período em que se “manteve na liderança da disputa pelo planalto”. No mesmo ano ela “protagonizou embate na defesa por salários iguais entre gêneros”. E no auge da campanha, “Marina conseguiu emplacar uma das suas principais bandeiras em 2018: a defesa das mulheres”.

Mesmo diante das pressões, a resistência de Marina ficou nítida nos últimos três processos eleitorais para presidente. No entanto, muitas vezes até o que deveria ser visto como característica positiva, diante de todas estas construções, é desvirtuado, tonando-se disfórico como vimos por exemplo quando as narrativas dizem que ela “entrou pela fresta”.

No próximo tópico trataremos de outro aspecto, que não escapa aos olhares da mídia – a imagem da mulher representada de forma “masculina”.

4.3 Masculinidades, feiuras e outras deformidades

Neste tópico, o foco está nos momentos em que as candidatas foram representadas com características que referem-se ao “masculino”. Manuela representou em muitos aspectos a mulher como “musa” – que é uma deusa da mitologia grega e serve como inspiração ou até mesmo para despertar o desejo no público masculino. Enquanto isso, as imagens que representam Heloísa Helena são carregadas de significado oposto às características atribuídas ao feminino. Esta candidata, por vezes, teve construída uma imagem masculinizada, de acordo com as manifestações midiáticas e do “mundo natural”. Isso faz todo sentido quando encontramos uma fotografia como essa em que ela está fazendo campanha nas cidades de São Paulo e Santo André (Fig. 47).

Figura 47 – Heloísa Helena pé grande



Fonte: FOLHA DE S.PAULO, 2006b, p. A-9.

Na foto, Heloísa Helena é mostrada de maneira masculinizada, diferente da forma que dentro de uma programação preestabelecida a mulher “deve se portar”. O destaque certamente está no “sapato” ou “pé grande” da candidata, que faz alusão ao homem que geralmente

apresenta como característica física o pé maior do que o da mulher e, devido a isso, a representaram com um aspecto mais masculino do que feminino.

Para mudar a imagem que lembrava um homem “forte”, diferente da mulher que é “frágil”, Heloísa Helena tentou modificar tal “aparência” começando pela forma de dirigir-se ao público e à imprensa, com as expressões mais suaves, um linguajar mais dócil e feminino, como veremos com detalhes adiante. Além disso, a legenda desta fotografia (Fig. 47) enuncia que ela “não está nem aí” para o programa do governo, transmitindo a ideia de ser grosseira, da falta de compromisso ou seriedade. Se associarmos ainda o “pé grande” levantado com a descrição textual “não está nem aí”, e de superioridade de Heloísa Helena, podemos ter outro entendimento, de que no sentido figurado ela pode “pisar” ou “passar por cima” das pessoas, ou mais precisamente, no eleitor. Outro exemplo que reforça a figuratividade masculinizada de Heloísa Helena é que a candidata, como foi apresentada pelo jornal, se apresenta de uma forma mais dominadora e se contrapõe à imagem de Manuela da Folha (YURI, 2006b, p. A20), cujo rosto foi mostrado com uma expressão e aparência mais amável e feminina (Fig. 48). Ainda assim, o sentido é o mesmo e o sujeito deixa de ser quem é para assumir a figuratividade de um “personagem” criado pela mídia, incapaz de se autoafirmar como tal, definido por Landowski em “Flagrantes delitos e retratos” (2004, p. 41) como “aquilo com que um sujeito ‘parece’ depende menos do que ele ‘é’ que da maneira como é representado”.

Figura 48 – Manuela, musa do Sul



Fonte: YURI, 2006b, p. A20.

Ao analisar as imagens do ex-ministro britânico Tony Blair, no tópico “Ética e Estética do Retrato” da mesma obra, Landowski (2004, p. 57-58) comparou fotografias que passaram por processo de transformação, umas tornando pelos traços o ex-ministro com uma aparência mais feminina, outras mais masculina. Claro, são atores diferentes, em processos de manipulação distintos – um com programa de computador e outro do ângulo escolhido pelo fotógrafo – porém, nos serve neste momento para dizer que a intenção é a mesma, de modificar o que foi captado no instante quanto à imagem das candidatas para aquilo que a mídia queria reforçar: os estereótipos de gênero que produzem efeitos no destinatário, reforçando características que são “comuns” em homens ou em mulheres.

Nessas “deformações” das imagens e representação das candidatas, de acordo com a intenção do veículo, Landowski (2004, p. 59), observa como:

[...] função de “desconhecimento” apontada no retrato oficial, mas agora plenamente assumida, pois é pela deformação deliberada do “real” (o que, do ponto de vista de uma ética da imagem, apresenta certos problemas) que se busca obter uma imagem conforme a uma visão predefinida, e normativa, do que deve parecer o sujeito retratado [...] Ela resulta de uma normatividade que depende, nesse caso, só do “imaginário político”, ou pelo menos do que os produtores das imagens em questão crêem saber dele graças a diversas pesquisas de opinião: se é verdade que hoje, como indicam tais pesquisas, os eleitores “preferem” os políticos de ar amável e são levados a confiar mais neles do que nos “dominadores” (LANDOWSKI, 2009, p. 59).

Em conformidade com estas narrativas, as classificações feitas a um e outro sujeito se tornam “reais”, e as deformações como a do pé grande de Heloísa Helena, o rosto sem ideias que associa Ana Maria à Michael Jackson, sim, esta figura famosa que com o passar do tempo se viu transformado ou deformado de suas características físicas iniciais, em especial nos espaços midiáticos; ou mesmo Dilma que foi manifestada como monstro ou criatura, gerando um afastamento natural de outros seres. Em todos estes aspectos, pode-se dizer, manifestaram-se deformidades e feiura, são geradas atitudes de repulsa, como se fosse justificativa para a exclusão do outro, quando este busca ser assimilado. Estes passam a ser vistos como “desconhecidos”, como Ana Maria também foi representada na matéria de Lago (2006, p. 43) da Revista Isto É. De acordo com as próprias pesquisas, como a apontada pelo periódico, ou na citação de Landowski (2004, p. 59), estaria a candidata ou outros sujeitos conforme descrevemos acima, em uma situação desfavorável. Assim, a mídia influencia a “opinião pública”¹⁷ e “deforma” em algumas situações como a do “pé grande” de HH, a tornando a partir daí indesejada pelos eleitores. Levando em consideração ainda a abreviação do nome dela “HH”, por meio dessa representação, é possível uma associação ao ditado popular tão usado no mundo natural como forma de reforçar ou autoafirmar uma posição masculina na sociedade, com base na ideia do sexo forte e os dizeres: “Homem com H maiúsculo”. Bem como manifestou Sodré (2015/2016, p. 22) este tipo de publicação soa ridículo, grotesco.

Chegar a tal análise é possível conforme Landowski (2004, p. 44), devido a relação que pode-se fazer entre uma imagem e outra criando ou construindo uma identidade e,

Nesse contexto, a multiplicidade das facetas da pessoa, em vez de se traduzir por uma superposição de pontos de vista no interior de uma mesma imagem, dá lugar a uma proliferação teoricamente inesgotável de enquadramentos distintos, publicados geralmente em separado, dia após dia. Mas se essas imagens terminam por nos dizer qualquer coisa da “verdade” dos homens que nos governam, é precisamente na medida em que, em nossa memória de leitores de jornais ou de telespectadores, elas continuam justapondo ou superpondo-se virtualmente umas às outras — e não em razão do valor intrínseco dessa ou daquela observada isoladamente (LANDOWSKI, 2004, p. 44).

Analizando as imagens uma a uma ao mesmo tempo que relacionando-as, podemos dizer que é desta forma que a mídia vai construindo a “verdade” e fixando em nossas mentes determinados padrões que permanecem inalterados. Reforçando isso, com base em uma das publicações de Greimas (1984, p. 7) em que ele trabalha as análises sob o prisma da

¹⁷ Termo visto por Landowski (1992, p. 20) como “privada de referência”, mas não de sentido. Pode servir para qualquer fim ou para nenhum também.

“Semiótica Plástica e Figurativa”, o semióticista destacou o seguinte sobre as construções feitas por meio dos discursos midiáticos: “Isso mostra quão verdadeira é a afirmação, segundo o qual um objeto semiótico, em vez de um dado, não é senão, o resultado de uma leitura que o constrói”.

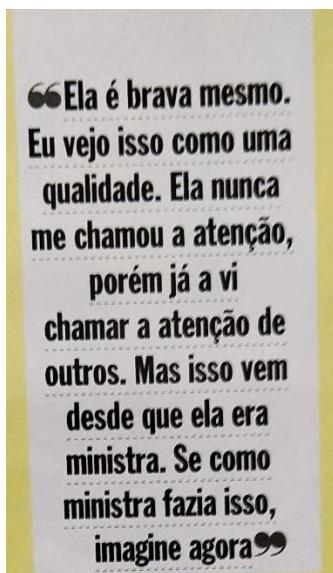
Exemplos não faltam e estão nas imagens “deformadas” como a que analisamos representando “HH” e nas composições referentes às demais candidatas, como Dilma, destacando-a como “dama de ferro”, como visto no capítulo 3. Neste último, reiterou-se o apelido da ex-presidente atribuindo como traço forte da personalidade dela e também como forma de compará-la, na época, à José Dirceu, por exemplo, quando assumiu o lugar dele na Casa Civil, em 2005. Lembramos que, segundo as narrativas de jornais da época, apenas homens tinham estado à frente deste posto, considerado o mais alto na esfera federal, estando abaixo apenas do presidente da República. Tal afirmação, na época, em relação à Dilma foi feita ainda pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil na Sessão “Semana”, da Revista Isto É (2005, p. 20) que “os governantes precisam ser meio ‘machos’”, para poder administrar e diante desta colocação sexista e contexto, não só Dilma, mas outras mulheres como vimos “se encaixavam no perfil”.

Na esteira de tais desafios enfrentados no campo político e midiático pelas candidatas, algumas foram vistas como histéricas, como veremos a seguir.

4.4 Histerismo

A imagem de “grossa”, “brava” e “histérica” atribuídas à Heloísa Helena também foi reiterada em Dilma, como já mostramos no capítulo anterior, quando as mídias reforçavam, por exemplo, as narrativas na época do *impeachment* e das “grosserias” com as quais ela tratava os colaboradores. Com essa mesma narrativa, no dia 2 de novembro a revista Veja (2011b, p. 19) publicou nas Páginas Amarelas entrevista com o então ministro da Previdência de Dilma, Garibaldi Alves. A pergunta foi a seguinte: “existe um mito de que a presidente Dilma é rígida no trato com seus auxiliares” e o ministro respondeu (Fig. 49):

Figura 49 – Dilma, brava



Fonte: VEJA, 2011b, p. 19.

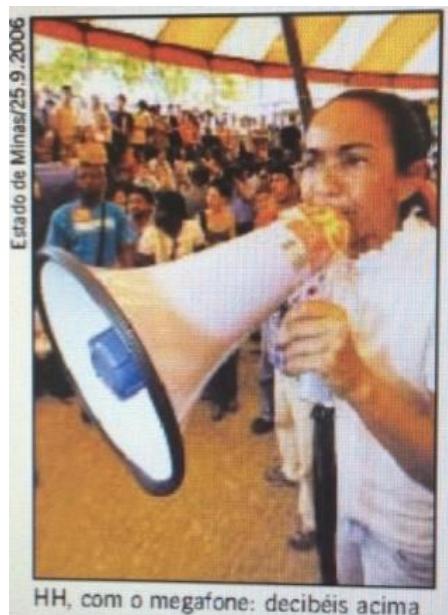
Este reforçou a “braveza” ou sentido disfórico do termo. O ministro até “tentou” dar uma aliviada na declaração, mas suas palavras finais fortalecem a imagem de que Dilma realmente é brava e a constrangem. Outras candidatas que dentro dos discursos se encaixavam neste perfil eram Luciana Genro e Vera Lúcia, que de igual modo, como veremos à frente, eram destacadas como “briguentas”.

Continuando a análise em Hélioísa Helena, que já tratamos no início deste tópico, na associação de que ela era uma mulher brava, por “consequência” as fotos a mostravam sempre com a “boca aberta”, como alguém que não para de falar, gesticulando, passando a impressão de ter um tom agressivo. Isso nos faz lembrar exatamente as mulheres do passado, que lutavam pelos direitos de todas, conforme expomos na introdução do capítulo 2. Elas também ganhavam o apelido de histéricas e eram vistas pela mídia como bocudas ou loucas (como visto no terceiro capítulo sobre Dilma); talvez esta era uma forma de desacreditá-las para que não fossem ouvidas.

Voltando a nossa época, temos alguns exemplos de como tais padrões se reafirmam em Hélioísa Helena. Na Coluna “No balanço da campanha”, de Novaes (2006, p. 24) do Jornal O Globo, a candidata foi fotografada segurando um megafone – instrumento ou aparelho utilizado para ampliar sons – transmitindo a ideia de ser alguém que fala demais, é barulhento, principalmente quando esta age em desacordo com o sistema (Fig. 50). Neste quesito podemos fazer uma relação rápida com a categoria da “segregação”, que explicaria ser uma das candidatas com maior número de estereótipos de gênero. Estes são impostos na tentativa de isolá-la ou afastá-la do eleitor, até excluir de vez. Pode-se dizer que uma categoria leva à

outra. Já Dilma, ganhou um bambolê de Eduardo Cunha e Michel Temer, como representação simbólica de que com ela não tinha conversa pois a ex-presidente “não tinha jogo de cintura”, conforme publicou o Estadão (MONTEIRO; NOSSA, 2016, p. A14).

Figura 50 – Heloísa usa megafone em campanha



Fonte: NOVAES, 2006, p. 24.

Sobre o megafone mostrado na imagem de Heloísa Helena, este tornou-se recorrente em suas aparições dando a entender ainda que o foco não estava no conteúdo na mensagem transmitida e sim no “barulho” que a candidata fazia. No sincretismo de texto “decibéis acima”, a cromática representada pelas cores vermelha e amarela “quentes” mostra ela falando para um público em uma espécie de ambiente onde parece que as pessoas não estão dando atenção, nem olhando na direção dela, pelo menos é o que o ângulo aponta. Seguindo essa mesma linha de análise, no dia 1 de outubro, O Estadão publicou o texto de Arruda (2006, p. Especial-H8) com o título “Alagoana Exagerada”, se referindo à Heloísa Helena. Em um encarte da Isto É de 13 de setembro foi publicada entrevista especial com os candidatos, feita por Studart (2006, p. 36-37). O enunciado da matéria que tratava da trajetória da candidata dizia “Pimentinha em campanha” (Fig. 51).

Figura 51 – Heloísa Helena é chamada de língua afiada



Fonte: STUDART, 2006, p. 36-37.

Aproveitando essa imagem, abrimos um adendo para analisar a cena utilizando novamente os regimes de visibilidade concebido por Landowski (1992). A fotografia da Isto É (Fig. 51) mostra a candidata sendo flagrada por muitos fotógrafos quando estava dentro do carro e ao ver a imprensa, tem-se a impressão de que ela começa a “arrumar” o visual para aparecer nas fotografias. Diferente da perspectiva usada para descrever as imagens relativas à Dilma e Manuela, agora a lente teórica dos modos de presença e de visibilidade fornece suporte para a descrição da candidata que foi colocada em um estado de “querer ser vista” enquanto “quer ser vista”. Segundo Landowski (1992, p. 89-91), estas manifestações podem ser vistas como táticas de “sedução” entre as funções do tipo “fazer ver” *versus* “fazer ser visto”, dentro de um traço da “competência” das “especificações modais essencialmente do tipo querer, poder “ver” “ser visto” ou querer ser visto, gerando a ideia de que o sujeito em questão busca se aproximar e ganhar a confiança do eleitor.

Dando sequência às análises da imagem como um todo, no modo figurativo, ser chamado de pimenta ou pimentinha significa o mesmo que dizer que uma pessoa é brava, nervosa e briga com facilidade. Em letras garrafais abaixo desta denominação, o destinador se referiu a ela como a “língua afiada que tem conquistado eleitores específicos pelo país a fora”, tornando uma junção dos elementos semióticos, uma vez que “língua afiada”, na nossa cultura, faz referência a alguém que é fofoca, fala mal de todo mundo ou “tem resposta para tudo”. No entanto, esse jeito dela, segundo a narrativa da Isto É “tem conquistado

eleitores específicos pelo país a fora”, ou seja, aqueles que se identificam com o modo dela, tornam-se admiradores da candidata porque mesmo sendo criticada, ela não tinha medo de falar. O termo “língua afiada” foi propagado na ocasião pelos dois periódicos: Estadão (ARRUDA, 2006, p. Especial-H8) e Isto É (STUDART, 2006, p. 36-37).

A partir desta visão disfórica que Heloísa Helena ganhava no processo, marqueteiros estudaram uma forma de mudar a imagem da candidata. Ela chegou ser comparada pela matéria “Pimentinha em campanha” da Revista Isto É (STUDART, 2006, p. 37) com uma “onça” de “língua felina”. O texto dizia ainda “jamais cometam o despropósito de chamá-la por “senadora”, por “excelência”, pois são substantivos que fazem despertar a onça desaforada que habita na personalidade de Heloísa Helena”. Segundo Landowski (2012, p. 91) esta “transparência” dos homens que governam (aqui leia-se “homens” de uma forma geral) ou tenham essa pretensão, leva a crer que é para que pareçam “próximos de nós, como nós”, porém “como o bom dura pouco, cansaram-se dessa pretensa proximidade”. Para estes casos que são vistos em certos momentos como atitudes exibicionistas, “o pudor, distância e discrição foram então revalorizados”. Vendo por esse lado, as mudanças pelas quais Heloísa Helena passou, adotando uma linguagem mais delicada, refrearam seu “jeito rude”. Além destas manifestações contrárias ao seu estilo inicial, ela começou a circular carregando “maços de flores”, outro “objeto” repetido em algumas de suas aparições. As flores tinham três cores: brancas, que em nossa cultura simboliza paz, as vermelhas, que relembram o amor e também a cor do partido, além da amarela, que simboliza prosperidade (FOLHA DE S.PAULO, 2006b, p. A6).

Figura 52 – Heloísa Helena faz campanha segurando flores



Fonte: FOLHA, 2006b, p. A6.

Em vários lugares por onde era flagrada, segurava flores (Fig. 52), que combinou com sua “nova” linguagem, a partir daquele momento. Foi possível perceber isso, não apenas nos discursos da mídia impressa, mas naqueles publicados referindo-se, por exemplo, à entrevista que ela concedeu ao Jornal Nacional, replicada no dia 9 de agosto pelo Estado de S.Paulo (2006b, p. A-34) com o título “Aos entrevistados com carinho”. Na ocasião, a candidata dirigiu-se à apresentadora Fátima Bernardes no JN durante as entrevistas com presidenciáveis chamando-a de “minha flor”, “querida”, “meu amor”.

Como Heloísa Helena, Luciana Genro também era conhecida no discurso midiático como uma candidata nervosa ou briguenta, aliás ambas foram expulsas do PT ao mesmo tempo, em 2004 (Cf. mencionamos no capítulo 2). No espaço “Memética” do Estadão do dia 24 de agosto (SALOMÃO, 2014, p. A-8) foi relatado que, ao apresentar propostas de governo em São Paulo no Programa CQC, a equipe convidou dois pastores para confrontá-la quanto à questão do aborto, uma de suas bandeiras, e os apresentadores pediram a ela que rezasse com os dois líderes religiosos tendo como propósito chegar ao segundo turno. A candidata indelicadamente disse “não rezo e não faço demagogia” e possivelmente, devido a isso, recebeu o apelido de “ateia”, que tornou-se recorrente durante o processo eleitoral. Tais construções foram firmando-se e reiteradas, por exemplo, no último debate, promovido pela Rede Globo, no dia 3 de outubro, quando Luciana foi chamada por Aécio Neves de “leviana”,

segundo consta no Jornal A Folha de S. Paulo (2014, p. 5) por defender a candidata, suas convicções.

No mesmo debate da Rede Globo, no dia 3 de outubro, o Estadão (2014b, p. A-7) intitulou a participação dos candidatos com menos favoritismo de “Nanicos travam novo round sobre homofobia”, especialmente mencionando situações envolvendo confronto entre a Luciana Genro e Eduardo Jorge. Momentos como o que Eduardo Jorge zombou dela dizendo que Luciana “faltou de história do século 20” porque não sabia responder ao candidato Aécio, ridicularizando-a em rede nacional. Segundo o jornal, ela “se irritou com uma risada irônica do candidato verde”. E questionou Eduardo Jorge: “não entendi seu risinho quando disse ‘se você fosse presidente’. Eu posso ser eleita, sim. Eu posso ser presidente do Brasil”. Assim, Luciana Genro tornou-se motivo de chacota e o Estadão destacou a ocasião como “zoeira e humor em tempo real”, já que neste contexto, a candidata protagonizou como uma das campeãs de memes.

Outra candidata que teve sua imagem construída pela mídia como aguerrida foi Vera Lúcia. Durante uma entrevista concedida ao jornalista Schmitt (2018, p. 8) do Jornal O Globo no dia 13 de agosto, um sincretismo unindo verbal e imagético representaram a candidata como uma mulher brava (Fig. 53).

Figura 53 – Vera Lúcia enfática



Fonte: SCHMITT, 2018, p. 8.

O enunciado “Precisamos do fim da propriedade privada”, como declaração de Vera Lúcia, associado à cromática vermelha da blusa com gola rolê fechada, denotam contenção ou imposição; o fundo composto por tons quentes, identificam-na como sujeito de atitude “inflamada”, polêmica. Sua expressão, com os lábios ríspidos e o gestual com as mãos duras e os dedos juntos, denotam ira e ameaça, enquanto o olhar para baixo indica superioridade e desprezo pelo leitor. Ainda sobre o título, este faz parte de um trecho da sua entrevista e está fora de contexto, indicando sua intenção de eliminar a propriedade privada, que soa em conjunto com a imagem disfórica para ela, uma vez que principalmente este público, possivelmente com receio, jamais voltaria em uma candidata que representasse uma ameaça a eles.

Nas próximas análises, reservamos um espaço para tratar especificamente de como as candidatas foram representadas como mulheres que seguem, que estão ou não dentro um padrão de beleza preconcebido pela sociedade. No próximo tópico trataremos dos aspectos referentes ao “corpo”, a forma de “ser”, “vestir” e se “portar”, que foi reforçado com Manuela D’Ávila, Marina Silva e Heloísa Helena.

4.5 Padrões de Moda e embelezamento

Neste momento, trataremos da problemática dos padrões de moda e beleza que por vezes estão revestidas e foram exploradas nos discursos midiáticos referentes às candidatas à presidência: Manuela D’Ávila, Marina Silva, Heloísa Helena. Landowski (2012), que trabalha os desafios do cotidiano de uma sociedade moldada por preconceitos de toda ordem, destina o quarto e quinto capítulos de seu livro “Presenças do Outro” com o título “Moda, Mudança e Política e Masculino, Feminino e Social”, para abordar tais assuntos. Nestas condições, é interessante perceber que em algumas das análises feitas com base na semiótica plástica fundada na categoria eidética, ou seja, em torno de formas como curva, reta, redondo e quadrado, destaca-se que estão estas associadas ao corpo da mulher.

Quando as mídias ressaltam e relacionam o corpo como se este fosse “ferramenta imprescindível” para “medir” a capacidade da mulher, estereótipos são acionados, em especial nos períodos eleitorais, conforme manifestou Biroli e Mota (2014, p. 211). Constituem-se, assim, barreiras que impendem a mulher de chegar mais longe, ou quando chega, como vimos no caso de Dilma, enfrenta todo tipo de resistência até literalmente “ser considerada incapaz de governar”. Talvez esta seja uma forma de dizer que a mulher insiste em sair desta condição ou anonimato concebido pelo sistema, porém, a realidade mostra que isso não é possível e ela,

ou elas, acabam voltando ao “lugar de origem” como “bela, recatada e do lar”. A ex-presidente que tinha uma trajetória bonita, firme e forte, teve mais tarde sua imagem desgastada, conforme manifestada em muitos detalhes figurativos, mostrados no capítulo anterior, por meio do uso do seu corpo, que de sólido como o “ferro”, tornou-se líquido e derreteu, acabou.

A forma como Dilma foi representada a tornou “feia” para a sociedade e o corpo foi um dos “instrumentos” por onde passaram algumas dessas construções. A figura dela, do rosto enrugado, derretendo (Capítulo 3) explicita bem isso. Da mesma forma, não existe aí uma relação com Manuela D’Ávila, por exemplo, e de como o corpo da mulher é usado eufórica ou disforicamente pela mídia promovendo a desqualificação das candidatas? Esta constatação pode ser feita recorrendo novamente à reportagem de Yuri (2006b, p. A20), publicada na Folha de S.Paulo, em que Manuela foi chamada de “Musa do Sul” (Fig. 54).

Figura 54: Manuela, Musa do Sul



Fonte: YURI, 2006b, p. A20.

Naquele ano, Manuela tinha apenas 25 anos e estava se inserindo na esfera política nacional, tendo sido recordista de votos como deputada federal pelo Rio Grande do Sul. Os termos que a mídia utilizava para descrevê-la era: “sensação das urnas”, “padrão de modelo”, a “garota” convocada para ser cabo eleitoral do presidente Lula no estado. A candidata não

concordava com tais declarações e via este tipo de “beleza com desdém”, além de “refutar o rótulo”.

Por um lado, a mídia construía a ideia de que Manuela “representa” um padrão da mulher bonita, interessante, parecendo insistir aí em um esvaziamento do significado político dela e tal análise atrela-se à figura e à linguagem verbal. Esta descrição serve não apenas para ela, mas para Marina Silva também que, por outro lado, é mostrada como uma mulher sofrida, doente, que talvez desperte menos interesse do que uma mulher saudável, mais jovem, como Manuela. Fiorin (2016, p. 91) explica a respeito dos papéis temáticos e figurativos que:

Dependendo do grau de concretude dos elementos semânticos que revestem os esquemas narrativos, há dois tipos de texto: os figurativos e os temáticos. Os primeiros criam um efeito de realidade, pois constroem um simulacro da realidade, representando, dessa forma, o mundo. Os segundos procuram explicar a realidade, classificam e ordenam a realidade significante, estabelecendo relações e dependências. Os discursos figurativos têm uma função descritiva ou representativa, enquanto os temáticos têm uma função predicativa ou interpretativa. Aqueles são feitos para simular o mundo; estes, para explicá-lo (FIORIN, 2016, p. 91).

Assim, os “textos figurativos” criam um efeito de realidade e os “temáticos” tentam explicar essa realidade estabelecendo relações entre um e outro. Juntos ganham sentido. A diferença entre o que a mídia expõe sobre Manuela em relação à Marina, constrói uma “realidade” e reforça paradigmas. A seguir (Fig. 55), temos a imagem de Marina (SEQUEIRA; NICÁCIO, 2010, p. 62):

Figura 55: Marina magra



Fonte: SEQUEIRA; NICÁCIO, 2010, p. 62.¹⁸

É no tipo de magreza dela e de Manuela, mesmo sendo vistas de maneiras distintas, que residem estereótipos produzidos ao longo do tempo, e que ao invés de ser observada como uma “qualidade” tão desejada no mundo em que vivemos, torna-se mais disfórica ainda, como destacado pela Revista Isto É. Como já dissemos, algo que foi sobremaneira explorado pela mídia com relação à candidata é a aparência física, tanto em 2010 quanto em 2014 e 2018, cada ano de uma forma diferente, porém não menos pertinente de trazer à discussão. A exemplo, em 11 de agosto o texto de Sequeira e Nicácio (2010, p. 62) da Revista Isto É dizia no título “Marina ficou mais magra” (Fig. 55), mostrando uma foto em que ela aparece com semblante frágil, cansado, face pálida e desanimada, talvez recorrentes aos problemas de saúde que ela já enfrentou. No texto composto pelas palavras “magra” e “encolhe”, foi feita uma referência às chances dela nas eleições e o reforço narrativo “falta de ideias novas” de Marina nas pesquisas eleitorais, representam formas não somente de reduzir as medidas da

¹⁸ Imagem da Marina retirada da matéria da Revista Isto É (SEQUEIRA; NICÁCIO, 2010, p. 62).

candidata, mas as possibilidades de ela chegar à presidência. Assim, implicitamente, a mídia de certa forma traz à discussão fatores relacionados aos padrões de beleza, mas direcionados para o lado disfórico, visto que a “magreza” foi associada à queda na avaliação da candidata, que segundo o último levantamento do Ibope “teria encolhido de 10% para 7%” (SEQUEIRA; NICÁCIO, 2010, p. 62). Só que seguindo os preceitos do mundo natural, a mulher magra, o corpo magro, é visto e se identifica em uma perspectiva eufórica, no qual muitos buscam atingir e que de acordo com o destaque dado por Landowski (2012, p. 125) “constituem, no tocante ao seu modo de exposição ao público [...] exploram uma mesma família de motivos plásticos vinculados a um único grande tema englobante: o da beleza feminina”. Isso porque, segundo o semioticista, trata-se de uma forma ou de outra, de explicitar a “imagem da mulher como estereótipo social” (LANDOWSKI, 2012, p. 126). Ele diz ainda que “se uma imagem é figurativa [...] convida a projetar um depois de programas estereotipados que concernem tanto ao comportamento das pessoas ao das coisas” (LANDOWSKI, 2012, p. 137). Combinado ao que Landowski (2012, p. 137) disse, Fiorin (2016, p. 91) destacou que, a partir dos textos figurativos, criam-se “efeitos de realidade” e esses tornam-se “verdades” que disseminam-se e cristalizam-se na sociedade: no “comportamento das pessoas e das coisas”.

Em outras ocasiões, a mídia reiterava que Marina contratou uma consultora de beleza, e estaria investindo em maquiagem como recurso, quem sabe no discurso implícito, para esconder marcas da idade ou feiura. Não poderíamos dizer que era desta forma que o discurso estava revestido? Em “Flagrantes Delitos e Retratos”, Landowski (2004, p. 48) destaca:

O “perfil” do sujeito retratado – o engrandece, o “embeleza” se quisermos, ou antes o normaliza – de maneira a tornar sua aparência tão conforme quanto possível a um cânones de representação da função ou do estatuto que ele assume na sociedade. Ao impor assim ao indivíduo um modelo identitário préconcebido, espécie de traje prêt-à-porter no interior do qual ele deverá se deixar moldar, tal regime iconográfico reserva, por definição, um lugar apenas marginal para a exploração das singularidades individuais (LANDOWSKI, 2004, p. 48).

Por meio das imagens e de uma programação definida, o sujeito pode ser ao mesmo tempo engrandecido quanto marginalizado, por meio da “exploração das singularidades individuais”. Nesse bombardeio de “informação”, que poderíamos dizer que mais desinforma do que informa, estereótipos são fixados e a mulher, diminuída, não consegue na maioria das vezes – como temos incessantemente observado –, ter espaço ou voz para defender sua bandeira.

Como destacou Landowski (2012, p. 92), quanto às mudanças motivadas pelos aspectos de moda, política, entre outros, esta modificação “no falar” foi aceita pela candidata

Heloísa Helena durante o processo, como vimos no tópico “Histerismo”. Isso porque, tal comportamento influenciava diretamente no eleitorado, diferente da forma que ela se vestia, que ao que parece não importava muito para a candidata, como veremos a seguir. Sobre estes pontos Landowski disse que:

[...] não é apenas tomar posição diante das coisas que mudam ou que gostaríamos que melhorassem; é também escolher uma maneira determinada de viver o seu próprio devir: é, de certa maneira, colocar-se em condição de *desfrutar o tempo presente* — qualquer que seja sua dureza — percebendo a si mesmo como imediatamente inscrito no movimento do momento que passa, como participante no desenrolar de uma atualidade vivida em comum com outrem, e por isso mesmo, também, — o que não é sem importância —, como efetivamente *presente a si mesmo* (LANDOWSKI, 2012, p. 93, grifos do autor).

A escolha da mudança na “linguagem” foi assumida por Heloísa Helena para a obtenção de um resultado distinto. Entretanto, profissionais da moda ouvidos em 17 de setembro pelo repórter Yuri (2006a, p. A-21) para matéria publicada pela Folha de S.Paulo com o título “Estilistas dão dicas para candidatos”, ao serem questionados sobre a aparência dos três candidatos com mais chances de chegar à presidência – Lula, Alckmin e Heloísa Helena – quando se referiram à candidata, disseram: “HH é a campeã em necessidade de retoques”. A reportagem abordava também que Heloísa Helena geralmente vestia jeans e blusa branca: “Heloísa Helena é um aglomerado de mal-entendidos no vestir, dos pés à cabeça. Precisa de uma repaginação completa”. Essa repaginação, pelas descrições, não se referia apenas ao físico, propriamente dito, mas à forma de agir da candidata, que Landowski (2012, p. 94), chamou de “decretos” previamente estipulados, ou seja, “maneiras de falar, de pensar ou de comer, ou de se vestir”.

Ao tratar do assunto, o autor de “Presenças do Outro” menciona uma espécie de “necessidade” que se tem, principalmente nesses processos políticos, de criar uma identidade diferente para o candidato, no caso Heloísa Helena. Para ele, o fato de “estar na moda”, no sentido absoluto da expressão, foi por muito tempo, e talvez ainda seja, a marca e o privilégio de um grupo social determinado, de uma “elite” que se orgulha de dar o “tom” e só interage ou se integra com aquele que anda, veste e fala como “ele”, partindo daí o princípio da exclusão do outro, daquele que não se identifica com tais modelos. Pelo estilo da candidata, nos parece que ela não fez questão de se inserir em nenhum padrão de moda, simplesmente porque, em primeiro lugar, não se adequa a sua personalidade, tampouco ao perfil do eleitor que ela espera representar, propondo uma transformação. Essa “mudança”, poderíamos dizer, vai ao encontro ao que o semioticista defende.

[...] os que lutam para que as coisas mudem, assim como aqueles que simplesmente espera, que elas evoluam têm, para isso, razões suficientes, baseadas na experiência de todos os dias e na análise das situações concretas. Em suma, dir-se-á, não é de modo algum uma questão de moda, se econômica, social ou politicamente, as circunstâncias impõem a intervalos regulares certas mudanças, justificando seja a volta ao poder de forças que foram precedentemente expulsas, seja a aparição de homens novos e de uma linguagem diferente, seja simplesmente, a definição de uma outra política (LANDOWSKI, 2012, p. 92).

É o que dizíamos: tais imposições não implicaram no modo de Heloísa Helena vestir-se e, realmente, independente de imposições ditadas pela moda ou política, não a fizeram mudar seu jeito. Do contrário e diferente do que muitos políticos fazem como forma de atingir seus objetivos, ela permaneceu vestindo-se da mesma maneira do início ao fim da campanha, mostrando um traço de resistência. Assim encaixava-se no que Landowski (2012, p. 92) ressaltou quanto a mostrar, sobretudo, que ela buscava ser uma nova opção na política.

Outro foco da mídia na eleição de 2014 concentrou-se em diferentes aspectos físicos relacionados, por exemplo, no visual de Marina Silva. A foto publicada pelo Estadão, no dia 18 de outubro junto com reportagem de Peron, Lopes e Fernandes (2014, p. A7), inserida no canto superior direito da página, menciona que ela “chamou atenção ao dispensar o coque e usar rabo de cavalo”, enfatizando que a candidata mudou seu modo de ajeitar os cabelos. Aos poucos, e em cada ano que participava das eleições, Marina mudava um pouco seu visual. Em 2018, por exemplo, no dia 12 de agosto o Estadão publicou o texto de Boldrini (2018, p. A-6) “Marina Silva investe em consultoria de moda”. Seu teor dizia que “especialista apostou em peças largas para combater imagem de fragilidade da candidata, que resiste a mudanças profundas”. Sobre esta relação “moda” e “política”, Landowski (2012, p. 113) ressaltou que:

Compreende bem, portanto, desse ponto de vista, que possa parecer paradoxal, pouco pertinente, talvez até impertinente, falar de efeitos da moda no terreno político. É confundir, dir-se-á, duas modalidades e duas esferas da mudança em tudo opostas. Uma visa, na melhor das hipóteses, satisfazer as exigências momentâneas do gosto ou da opinião: é o domínio do efêmero social, o território próprio e legítimo da moda, sua esfera de ação reconhecida e admitida. A outra esfera concerne a ordem dos valores perenes: liberdade, justiça, bem-estar, segurança, muitas apostas que põem em causa diretamente as próprias condições de existência dos agentes sociais, seus interesses “reais”, e que, por seu caráter de universalidade, transcendem o nível das preferências, a todo momento cambiantes, que se exprimem em termos de gostos e opiniões [...] (LANDOWSKI, 2012, p. 113).

Em ambos os casos, seja no quesito “moda” ou “política”, parece-nos tentativas de desviar o foco, perdendo-se tempo com discussões ou assuntos desnecessários, que estão muito além do gosto, da opinião, das preferências e que, como diz Landowski (2012, p. 113), residindo no “domínio do efêmero”, significando quem sabe também uma perda de

identidade. Isso fica claro em declarações como: “conhecida pelas roupas em tons neutros e pelo onipotente coque, Marina Silva quer repaginar o visual em sua terceira campanha para tentar chegar à presidência”. Da mesma forma, o Estadão do dia 31 de agosto divulgou a reportagem (ALONSO, 2014, p. A-4) em que, na parte inferior da página, chamava atenção para a *hashtag* #CoqueTaNaModa – campanha criada no Facebook por correligionários de Marina com publicações de fotos de jovens imitando o penteado da candidata. A tipologia utilizando a cromática vermelha traz na sequência o enunciado “Visual repaginado, mas com discrição”. A linha imprimia a seguinte informação “Candidata faz sobrancelha e usa *gloss* nos lábios” e passa de acordo com a matéria a contar “neste ano com a ajuda de uma consultora de imagem e moda para ajudá-la na escolha de roupas para a campanha”. Informações desnecessárias como estas não tornam fugaz um momento tão importante como este de escolha de um nova (a) presidente? Para Landowski (2004, p. 58-59) “a ‘beleza’ não é privilégio de nenhum sexo, é de ordem puramente cosmética: trata-se de fazer o modelo parecer o que ele não é, um pouco mais ou um pouco menos ‘masculino’”. E assim, o semioticista defende que “estar na moda” significa aderir às “práticas estereotipadas, codificadas, pré-programadas” (LANDOWSKI, 2012, p. 94).

Antes de encerrarmos esse item, cabe uma outra questão. Se compararmos a idade de Dilma, Marina, Heloísa Helena e Manuela, observamos que independente de ser mais nova ou mais velha, em todos estes casos fica evidente que o preconceito atribuído à mulher, trata-se de um problema referente ao gênero, e nada tem a ver com os anos de vida e o corpo que a mulher carrega ou tem.

A preocupação com “moda” e “beleza”, por vezes direciona os discursos midiáticos à concentrarem-se em frivolidades, com vimos neste ponto da dissertação, e que como diria Landowski (2012, p. 125) “não é neutro”, claro, e colocam a mulher ou, as candidatas à presidência da República em uma condição de “objeto de desejo” ou papel vulgarizado, como veremos a seguir no Tópico “Objetificação” (da mulher).

4.6 Objetificação (da mulher)

Nestas condições, por vezes as mulheres tornam-se “objetos de desejo”, por meio dos temas e figuras explorados nos discursos midiáticos. Neste quesito, iniciamos este último tópico que nos serve para mostrar como as candidatas foram representadas pela mídia.

Novamente recorremos à candidata Manuela D’Ávila. Na reportagem da Folha de S. Paulo de Yuri (2006b, p. A20) ela é descrita como a “sensação das urnas”, passando a ideia de

que, na época que foi eleita a deputada federal mais votada pelo Rio Grande do Sul, venceu pois é bonita, novinha. A matéria destacava ainda como declaração dela: “fui namoradeira o suficiente e sempre fiz o que quis”, contando que frequentava festas e baladas, ou seja, era “baladeira, festeira”. Estas narrativas, ao mesmo tempo que parecem trazer à discussão o padrão da mulher “modelo”, “atraente” vista como uma “musa do sul”, não estariam recorrendo a uma objetificação da mulher jovem, quando a destaca como baladeira, ou alguém que parece não ter muito compromisso? Não estariam implicitamente dizendo que a vantagem dela sobre outras ou outros candidatos deve-se ao corpo novo, idade e físico que ela tem? Ou veladamente não poderiam estar afirmando que ela venceu pois a beleza excedia a competência para alcançar tal posto político? Isso tudo não tornaria Manuela “feia” ou vulgar diante de uma sociedade com preconceitos definidos? Além de que o termo “musa do sul” reforça o estereótipo da beleza da mulher sulista, já que muitas modelos mundialmente famosas são de lá, como a gaúcha Gisele Bündchen. A fotografia da Folha de S.Paulo (YURI, 2006b, p. A20) tem uma relação com aquela publicada em 2018 (Fig. 56) quando Manuela é “flagrada” durante uma caminhada na Bahia recebendo um beijo de um homem que ao mesmo tempo parece falar ao seu ouvido (ROSA; GALHARDO, 2018, p. A4).

Figura 56 – Manuela vulgarizada



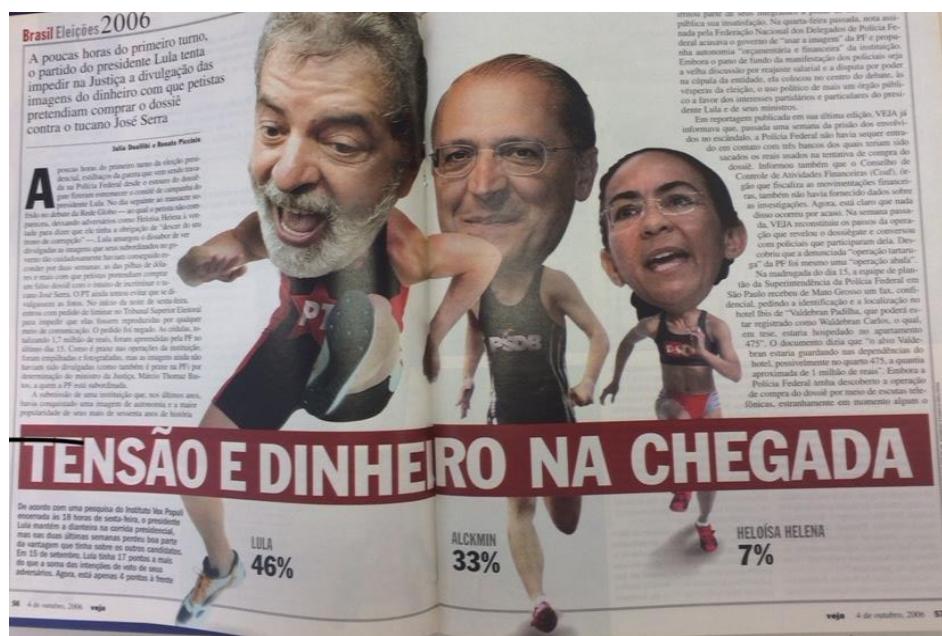
Fonte: ROSA; GALHARDO, 2018, p. A4.

Nessa última imagem (Fig. 56) e análise, que acompanha o título “Contra Bolsonaro, Haddad muda agenda e vai à Bahia”, podemos constatar que a matéria de Rosa e Galharido (2018, p. A4) do Estadão quis mostrar ela como mulher “objeto” ou vulgarizada e que, ao invés de levar a sério tal oportunidade em que seu candidato Haddad está se esforçando para angariar votos, trata o momento de forma leviana. Além disso, Manuela está usando outra blusa, também pode ter sido mostrado intencionalmente pela mídia esse momento, indo ao encontro das narrativas que ela “abandonou” ou “renunciou” as bandeiras que defendia e nem a camiseta “Lute como uma garota” usava mais. Podem ser reflexões sobre o tema a serem feitas. Em variados contextos, como neste, a “vantagem” da mulher manifesta sua desvantagem. Novamente perguntamos com relação à forma que a mulher é representada, o que mudou de 2006 para 2018? Nesse sentido, nada. Outra relação que pode-se fazer é que nos dois anos ela serviu como cabo eleitoral do Partido dos Trabalhadores.

Na próxima imagem (Fig. 57) de Heloísa Helena, que concorreu em 2006 à presidência, mostra na matéria da Veja escrita pelos jornalistas Duailibi e Piccinin (2006, p. 56) que ela literalmente está em terceiro lugar nas pesquisas, atrás de Lula e Alckmin. O

interessante é a maneira que é representada no gráfico, como em uma maratona. Lula e Alckmin estão vestidos de forma mais “comportada”, enquanto ela “mostra a barriga” e parece estar usando um shortinho, além de que, a aparência dos candidatos com maior expressividade, traz um rosto mais empolgado e tranquilo, enquanto ela mostra-se um tanto esforçada, transmitindo a ideia de que a mulher, por mais que seja diligente e se esforce, ainda assim, não consegue chegar. A distância entre eles não está só nos números, mas na condição de igualdade de gênero também.

Figura 57 – Heloísa Helena “corrida” eleitoral



Fonte: DUAILIBI; PICCININ, 2006, p. 56-57.

Outra forma clara de objetivação da mulher no período em que Dilma tornou-se ministra e futuramente seria a candidata e presidente, está na publicação da Revista Isto É (2005, p. 20) na Sessão “Semana”, de 29 de junho, que reforça tal vulgarização.

Figura 58 – Geme, Sharapova, gême



Fonte: ISTO É, 2005, p. 20.

O período desta imagem (Fig. 58) compreende momento diferente ao das eleições, entretanto, como diz respeito à Dilma e ao tema estudado, que inclui a forma de representação da mulher pela mídia, achamos coerente trazer ao conhecimento. No primeiro eixo superior da página, aparece a famosa tenista Maria Sharapova durante um jogo. Ela tem a perna esquerda levantada, possivelmente comemorando uma boa pontuação. O flagrante está na calcinha branca mostrada, que em um sincretismo da imagem com o verbal, traz duplo sentido deixando clara a posição do veículo quanto à erotização da mulher. O título diz “Geme”, em letras amarelas destacadas, e repete no texto “geme, gême, grita e grita a cada raquetada”. Tal colocação é desprovida de malícia, como questiona e faz-nos pensar Landowski em seus textos referentes às problemáticas estudadas na sociossemiótica? Como ele mesmo diz, “não é” (LANDOWSKI, 2012, p. 125). A nota encerra da seguinte forma, como declaração da esportista “Gemo e berro desde que bati numa bola pela primeira vez”.

Ao analisar o impacto de anúncios publicitários na vida das pessoas, Floch (1987, p. 35) destaca: “Se trata de dois percursos possíveis da performance jornalística: criar, dar uma significação nova e particular, explorando o que outros produziram e que tinha já sentido, valor”. Ou seja, quando a questão é abordada por um veículo, os demais reproduzem

tais notícias supervalorizando, de acordo com sua visão e linha editorial, não com o objetivo de chamar a atenção para um tema tão importante e sensível a ser discutido na sociedade, mas porque este dá audiência e reforça padrões que persistem.

No meio da página está uma foto pequena de Gilberto Gil e Dilma dizendo que os governantes precisam ser “meio machos e meio fêmeos”, ressaltando que a ministra, conhecida como “dama de ferro”, tem “um lado macho”. Os dois blocos na horizontal, chamam para um último contendo as palavras “vale tudo”, como se quisesse insinuar neste contexto, “tudo pode”. Ao analisar páginas de política do Estadão no artigo “A dupla expressão da identidade do jornal”, a semiótica Ana Cláudia Oliveira entende que o significado e as “relações rítmicas entre os textos da mídia impressa, (são) produzidos a partir de sincretizações verbal e visual” (OLIVEIRA, 2006, p. 3). Nesta mesma publicação no destrinchar das análises, a autora diz que esses “são traços reiterativos que os apresentam interligados”. É o mesmo que dizer que, o jornal, a revista refirmam suas posições diante de publicações como essas que vemos acima. As menções conferem um estilo próprio do veículo seja do Estadão, Isto É, Veja, Folha, O Globo, conforme estudo. E como reforça ainda Oliveira (2006, p. 4), “o nome do jornal equivale a uma assinatura de quem enuncia”. Sobre estes conceitos que nos serviram para a análise tanto utilizando Oliveira quanto Floch (1987, p. 46) que endossou a importância de uma metodologia “autônoma” como a semiótica plástica e figurativa para dar suporte e desvendar tais fenômenos. Estas lentes teóricas possibilitaram uma compreensão maior do *corpus*, em especial na descrição deste último tópico, levando a entender mais claramente que quer seja na política, no esporte ou em outras áreas, a mulher é diminuída e colocada em uma situação de representar um “objeto de desejo”; por fim, quase chega causar confusão quanto à categoria do periódico e o perfil do leitor, que de noticiário, parece representar veículo específico para o público masculino.

De uma forma ou de outra, como vimos, seja quando estão colocadas em condições de “submissas”, “dependência”, consideradas “bravas” ou grosseiras, e daí comparadas com o masculino, objetificadas ou embelezadas, todos são termos que as tiram ou as excluem de sua verdadeira identidade. Pode parecer em alguns momentos, conforme Landowski (2012) apontou nas categorias da admissão, assimilação, segregação ou exclusão, que são aceitas, mas ao manifestar seus traços naturais de “estrangeiro”, daquele que sofre preconceito, logo perde seu lugar, em detrimento do “grupo dominador”.

Assim, fechamos as análises do último capítulo exibindo as formas de tratamento atribuídas às candidatas, lembrando que estas se revestem nos papéis temáticos que as mulheres, mesmo sem querer, assumem, incorporam: louca, histérica, masculina,

desequilibrada, bonita, feia, dependente, submissa. Por fim, são tantos os meios e as maneiras pelas quais as diferenças se presentificam no dia a dia e nas práticas de vida, transformando-se em “estereótipos de sexo”, tocando e explorando o lado mais sensível do ser humano. A estatística divulgada pelo Fórum Econômico Mundial de Davos (G1, 2018, s.p.) de que nós, dessa época, não veremos o sentimento de igualdade e respeito prevalecer, se confirma diante dos nossos olhos mostrando as discrepâncias existentes, que necessitam ser superadas. Afinal, os tempos se vão e as desigualdades persistem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se por meio da análise semiótica da construção da imagem das candidatas à presidência da República, do período que compreende os anos de 1989 a 2018, que a mulher foi em todos os discursos decompetencializada pela mídia. Vimos que este efeito produzido no campo político e midiático, por meio da linguagem textual e imagética, também está presente em outras esferas, como na área esportiva e sobretudo, dizem respeito a um problema de gênero. Este foi o caso da tenista Maria Sharapova, segundo publicação da Revista Isto É (2005, p. 20).

O texto, como analisado no Tópico “Objetificação da (Mulher)”, do Capítulo 4, redundava “Geme Sharapova, geme”. Em uma associação, que reforça a desvalorização ou objetificação da mulher, independente do lugar e tempo em que esteja, Dilma ocupava o espaço da página sendo disforizada como a tenista e ambas, em suas respectivas áreas, foram alvos de atitudes misóginas. De maneira pessimista, os exemplos apontados vêm confirmar a projeção do Fórum Econômico Mundial que ainda deve durar cerca de 200 anos para que desigualdades sejam desfeitas ou superadas (G1, 2018, s.p.) em uma sociedade cheia de deficiências e mazelas. Estas e outras estatísticas servem como justificativa e nos motivaram a desenvolver este trabalho como forma de contribuir mesmo que seja no sentido de promover ou incentivar qualquer tipo de discussão sobre o tema.

Parte do estudo, no terceiro capítulo, estava concentrado em Dilma, que como vimos passou de um estado e construção inicial eufórico, quando era reconhecida como dama de ferro, para um estágio final de decomposição, conforme discurso revestido nos textos e imagens contidas no *corpus* e recorte selecionado dos períodos eleitorais na Folha de S.Paulo, Estado de S.Paulo, O Globo, Veja, Isto É, Época e Exame. Do “apelido” ou denominação “dama de ferro” podemos levantar algumas questões que serviram para compor a análise da participação de outras candidatas e que servem ainda, de forma geral, a outras mulheres que enfrentam os mesmos desafios cristalizados na sociedade em função das desvantagens impostas ao gênero feminino. O exemplo da Revista Isto É (2015, capa), como já descrevemos anteriormente, e que mostra Dilma definhando (Fig. 32), explicita bem isso e estava refletido no fim precoce do seu segundo mandato. De 2005 até 2012 tínhamos uma ministra e presidente, apontada com características fortes, firmes, marcada no início destas fases como competente, honesta e integra. Depois, todos os opostos se fizeram presentes. Em partes, as narrativas davam conta euforicamente de que este era um traço dela, em outros

momentos por trás dos discursos midiáticos se passava a ideia de que tais características não pertenciam a ela, e sim, estavam amparadas em Lula, ou seja, um homem.

Com Marina não foi diferente e ela estava, a princípio, atrelada a Chico Mendes, depois Eduardo Campos, e ficou conhecida na eleição de 2018, de acordo com o Estadão (HOLANDA, 2018, p. A-13) como “A candidata que busca uma fresta para passar”, referindo-se a supostas vantagens que ela teria obtido por causa dos desdobramentos no caso de Lula, preso e impedido de participar do processo eleitoral. Ligando esta indicação ao último capítulo, que fizemos uma relação de Dilma com as demais candidatas, trabalhamos os tópicos submissão e dependência, por exemplo, utilizando a ex-presidente, que nos serve como parâmetro por ter sido até agora a única mulher a chegar mais longe em todos esses processos políticos referentes ao cargo de presidente. Ela, assim como Manuela D’Ávila, são de ocasiões distintas, mas foi-lhes atribuído e gerado o mesmo efeito de sentido, de que a mulher representa sempre um “Plano B”, como destacado na matéria do Estadão (GALHARDO; WETERMAN, 2018, p. A4) com o título “Haddad é escolhido vice de Lula e PT deflagra ‘plano B’”.

Em outras palavras, como bem descreveu Landowski (2012, p. 125), as “imagens traduzem uma visão determinada dos papéis sociais convencionalmente atribuídos ao “segundo sexo”. Ou seja, a mulher quando quer sair desta condição “inferior”, conforme descrita por Piscitelli (2009, p. 131), sofre até mesmo com o posicionamento ou topologia reservada a ela no espaço das páginas do jornais e revistas, como analisamos com base na semiótica plástica utilizando conceitos de Greimas (1984), Floch (1987) e Oliveira (2004), e sempre tem sua capacidade posta à prova.

Por ora, ao analisar a construção da imagem das candidatas, percebe-se que uma situação ou condição atrela-se à outra, dizendo respeito a um problema cultural, que vai além de um estado que beire à razão; e assim as narrativas midiáticas continuam dando conta de que o lugar da mulher é “quieta no seu canto”, sendo “Bela, recatada e do lar”, como publicou no dia 18 de abril, a Revista Veja no texto de Linhares (2016, s.p.), em uma alusão à primeira dama, na época, Marcela Temer. Ela, embora não seja uma candidata, por causa do marido, que era o presidente na época, está no meio político e tem certa evidência, estando condicionada também a este tipo de julgamento revestido nos discursos midiáticos, que talvez sirva como referência com relação a todas às demais mulheres, conforme questão levantada. Em outras palavras, é o mesmo que dizer que à mulher, não cabe nenhuma outra atribuição, a não ser a “do lar”. Em qualquer outra circunstância, como ocorre no período eleitoral, e

conforme descreveram Biroli e Mota (2014), os estereótipos manifestam-se e se propagam relegando à insignificância, a presença feminina. São o que os pesquisadores Biroli e Miguel (2009, p. 70) conceituam em “Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa”, como “estereótipos de sexo”.

Por meio das análises, chegamos à conclusão de que todas as candidatas, sem exceção, foram de uma maneira ou outra construídas pela mídia como submissas, talvez uma estratégia implícita de manter e preservar o patriarcado. Em um sistema arraigado e que opprime, as mulheres tentam sair desta condição desfavorável, que parece lhe estar destinada; e vemos que quando se esforçam para conquistar seu espaço em áreas da política, são taxadas, segundo as análises, como monstro, bruxa, feia, vulgar, louca, histérica, como as mulheres do passado. A história se repete e ela não consegue chegar pois as barreiras são muitas, como demonstra em um forte simbolismo a imagem de Heloísa Helena se esforçando na “corrida eleitoral” da Veja (DUAILIBI; PICCININ, 2006, p. 56) mencionada no Tópico “Objetificação” (da mulher); outras vezes é colocada em uma condição de ser “masculina”, como representou em alguns momentos Dilma quando ocupou a cadeira de Ministra Chefe da Casa Civil, no lugar de José Dirceu. Ou no caso de Heloisa Helena que sempre era mostrada com características como grossa, rude, que no “mundo natural” estão atreladas aos homens. É como dizer que se for para ocupar um espaço ou lugar previsto exclusivamente ao homem, conforme determina a cultura patriarcal, é preciso se portar como um deles, caso contrário, não é reconhecido, nem assimilado, é excluído, de acordo com as categorias expostas por Landowski (2012, p. 5) que abordamos no começo do capítulo 4 da dissertação.

Mesmo a “beleza” de Manuela, refutada por ela como forma de evitar estereótipos, foi multiplicada pela mídia sendo levada para o lado disfórico. Ela também foi chamada de “musa do sul”, e o termo serviu, no caso, de maneira negativa, já que “musa” pode ser vista como um objeto de desejo para satisfazer os homens. Não se trata de uma colocação respeitosa dirigida a um ser humano que busca ocupar uma cadeira política, para estar em uma esfera e posição, que seja, de representante de outras mulheres. Percebemos, por meio do levantamento, que as práticas reiteram-se, nos temas e figuras, conforme Fiorin explicou (2016, p. 57). Relacionando esses conceitos com nosso estudo, somados às experiências negativas vivenciadas por todas as candidatas, porque não crer que tais fatores podem ter influenciado muitas delas a não desejarem mais se envolver com política, como aconteceu com algumas, preferindo ficar no anonimato, longe de tais holofotes. Estas análises, sensivelmente, dão conta disso e nos levam a refletir que tais construções bem como Landowski (2004, p. 41) colocou na publicação “Flagrantes delitos e retratos” como “aquito

com que um sujeito ‘parece’ depende menos do que ele ‘é’ que da maneira como é representado” faz parecer que o sujeito perde a identidade e não conseguindo se autoafirmar mais como tal, deixa de lado certos sonhos, desiste.

Ficam algumas questões como reflexão e sugestão para trabalhos futuros: quanto tempo ainda a mulher vai ser vista apenas como “ajudante” ou adjacente, conforme intitula Greimas (2008, p. 23) e não sendo tratada como um sujeito com igualdade de condições e livre para escolher ser e estar onde quiser? Em todos as situações percebemos a presença das categorias propostas por Landowski (2012) da admissão, submissão, segregação e exclusão, sendo que na maioria dos casos, a exclusão motivada pela negação do outro, se fortalecia.

A mídia é composta por proprietários que seguem uma linha editorial, no geral, conservadora de princípios e padrões, e sucessivamente, todo o corpo executivo, incluindo demais profissionais da imprensa agem de acordo com as circunstâncias ou no sentido mais comum: “dançam conforme a música”. O papel dos meios de comunicação é atenuar ou inflamar tais processos? Será que poderemos ver nos próximos períodos eleitorais alguma diferença nos discursos midiáticos ou quebra da programação que até hoje é seguida ? Podemos ter em algum momento esperança de uma transformação, mesmo que pequena, por parte da mídia, que não por acaso, tem tanta influência e é chamada de quarto poder ? Ou continuaremos vendo estampada nas capas e páginas dos jornais e revistas o “monstruoso”, a “palhaçada”, o ridículo”, “o grotesco” ou as práticas de “mau gosto”, conforme destacadas na publicação de Sodré “Mídia, espetáculo e grotesco” (2015/2016, p. 22)? As próximas eleições presidenciais ocorrem em 2022. Haverá mulheres que mostram-se resistentes ao sistema, disputando o processo? Quem serão elas? Em todas as épocas, somente as muitas lutas foram capazes de conquistar o pouco, que temos hoje, e é valioso como o direito de entrar numa universidade, de votar e de ser votada. Essas são indagações pertinentes e a contribuição, como já dissemos, como forma de plantar sementes podem se somar a outras análises futuras com o objetivo de fortalecer a causa da igualdade entre gêneros.

Por ora, encerramos este destacando que os papéis temáticos empregados neste percurso que reforçam a questão da incompetência, da desqualificação e da exclusão da mulher. No fundo, o que é o monstro? É o outro, aquele que é alheio aos padrões estabelecidos pela sociedade, está fora dela. Não por acaso, para ser aceita enquanto sujeito político, a mulher tem que muitas vezes se “masculinizar” – o que, segundo Landowski (2012), é uma forma de assimilação (o outro é aceito apenas quando deixa todas as suas características para assumir os padrões, assimiladores, do grupo dominante).

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Kennedy. Lula confirma Dilma para a vaga de Dirceu na Casa Civil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, p. A-4-A-6, 21 jun. 2005.

ALENCAR, Kennedy. Pesquisa medirá efeito da doença. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, p. A-7, 29 abr. 2009.

ALONSO, Maria Rita. Visual repaginado, mas com inscrição. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, p. A-4, 31 ago. 2014.

ARAÚJO, Carla. Lula afirmou que a tragédia 'mudou a conjuntura política'. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. A-8, 15 ago. 2014.

ARRUDA, Roldão. Alagoana Exagerada. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, p. Especial-H8, 1 out. 2006.

BALLOUSSIER, Ana Virgínia. Ex-líder estudantil, Manuela se contrapôs a candidato do PS. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 out. 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**: mitos e fatos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. Cad. **Pagu** [online]. 2010, n. 34, pp. 269-299.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 15, nº1, junho, 2009, p.55-81.

BIROLI, Flávia; MOTA, Fernanda F. O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010. **Cadernos Pagu**, julho-dezembro de 2014, p. 197-231.

BOLDRINI, Angela. Marina Silva investe em consultoria de moda. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A-6, 12 ago. 2018.

BRASIL. **Sobre o PAC**. Ministério do Planejamento. 2007. Disponível em:
<http://pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 6 jan. 2020.

BRASIL. **Luz para todos**. Ministério do Planejamento. 2008. Disponível em:
<http://pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/luz-para-todos>. Acesso em: 8 jan. 2020.

BROMBIG, José Alberto. Lula vence no 1º turno com 11 pontos à frente dos rivais. **Folha de S. Paulo**, 13 set 2006.

BULLA, Beatriz. Supremo manda investigar Dilma por obstruir a justiça. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, p. A-4, 17 ago. 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Otávio; RIBEIRO, Gustavo. A candidata conquista o ninho. **Veja**, São Paulo, p. 59, 24 fev. 2010.

CABRAL, Otávio; PATURY, Felipe. Apadrinhada, favorita e cheia de mistério. **Veja**, São Paulo, p. 74, 6 out. 2010.

CARVALHO, Luiz Maklouf. Lula confirma Dilma na Casa Civil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, p. A4, 21 jun. 2005a.

CARVALHO, Luiz Maklouf. Ministra é ansiosa e tem fama de workaholic. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, p. A-22, 26 jun. 2005b.

CARVALHO, Luiz Maklouf. Dilma treinou com armas fora do Brasil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, p. A-22, 26 jun. 2005c.

CASTRO, Gisele. É é baixa e reproduz misoginia, diz Dilma. **Exame**, São Paulo, capa, 7 abr. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/capa-da-istoe-e-baixa-e-reproduz-misoginia-diz-dilma>. Acesso em: 14 ago. 2019.

CASTRO, José Roberto. A trajetória de Marina, candidata da Rede à Presidência. **Nexo**, São Paulo, 8 ago. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/08/08/A-trajet%C3%ADria-de-Marina-candidata-da-Rede-%C3%A0-Presid%C3%AAncia>. Acesso em: 6 abr. 2019.

CHAPOLA, Ricardo. A trajetória de Vera Lúcia, candidata do PSTU à Presidência. **Nexo**, São Paulo, 15 ago. 2018. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/08/15/A-trajet%C3%ADria-de-Vera-L%C3%A9cia-candidata-do-PSTU-%C3%A0-Presid%C3%AAncia>. Acesso em 6 abr 2019.

COSTA, Florêncio. Lula escolhe uma dama de ferro para o lugar de Dirceu. **Isto É**, São Paulo, p. 44, 29 jun. 2005.

COURA, Kalleo; CEDLIN, Adriano; BARROS, Mariana. Quão sustentável ela é ? **Veja**, São Paulo, ed. n° 2388, p. 59, 27 ago. 2014.

CRIATURA. In: DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/criatura>. Acesso em: 8 jan. 2020.

DAMÉ, Luiza; GOIS, Chico. No 1º Ano de Dilma, aprovação em alta e sete demitido. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 4, 30 dez 2011.

DEMARIA, Cristina. **Teorie di Genere**: Femminismo, critica postcoloniale e semiótica. Milano, RCS Libri S.p.A, 2003.

DEMURU, Paolo. Os Símbolos Nacionais nos Processos e Mediáticos: uma análise sociossemiótica da bandeira e do hino brasileiro de junho de 2013 aos dias de hoje. **Compós: XXVII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 05 a 08 de junho de 2018.

DEMURU, Paolo. De Greimas a Eric Landowski. A experiência do sentido, o sentido da experiência: semiótica, interação e processos sócio-comunicacionais. **Galaxia, Especial 2**, 2019, p. 85-113. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/45630>. Acesso em: 26 dez. 2019.

DEMURU, Paolo; GARCIA, Janete Monteiro. De “dama de ferro” a “bruxa desequilibrada”: uma análise semiótico-discursiva da figura de Dilma Rousseff na mídia impressa brasileira (2005-2016). 2020. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática Animus** (no prelo).

DIAS, Marina. Sabotagem contra PT foi maior que erros de Dilma, diz Haddad. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A12, 15 set. 2018.

DOMINGOS, João. Lula fará na TV papel de apresentador de Dilma". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A-10, 26 jul. 2010.

DOMINGOS, João. Honras militares - recebida em solenidade de gala, na Academia de Agulhas Negras. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, p. A7, 21 ago. 2011.

DUA LIBI, Julia; PICCININ, Renato. Tensão e dinheiro na chegada. **Veja**, São Paulo, ed. 1976, p. 56-57, 4 out. 2006.

DUARTE, **Constância Lima**. Nísia Floresta. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

EBC. **Conheça 8 mulheres que influenciaram a luta pelos direitos femininos no Brasil**. Empresa Brasileira de Comunicação. 2016. Disponível em:
<http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/03/feminismo-conheca-mulheres-precursoras-da-luta-pelos-direitos-da-mulher-no-brasil>. Acesso em: 4 ago. 2019.

ÉPOCA. **Sim, a mulher pode**. São Paulo, edição extra, capa, 3 nov. 2010.

ÉPOCA. **Tudo sobre Dilma Rousseff**. 30 jun. 2016. Disponível em:
<https://epoca.globo.com/tudo-sobre/noticia/2016/06/dilma-rousseff.html>. Acesso em: 18 ago. 2019.

ESFINGE. In: DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2009. Disponível em:
<https://www.dicio.com.br/esfinge>. Acesso em: 17 ago. 2019.

EXAME. **Como se sair bem na crise (e depois dela)**. São Paulo, ed. 1111, capa, 07 abr. 2016a.

EXAME. **Fim?** São Paulo, ed. 1109, capa, 10 mar. 2016b.

EXAME. **Como salvar a nossa economia** (Dica: que tal retomar o programa de privatização?) São Paulo, ed. 1115, capa, 02 jun. 2016c.

EXAME. **20 anos para tirar o atraso**. São Paulo, ed. 1112, capa, 22 set. 2016d.

EXAME. **A vida dura de quem sobreviveu**. São Paulo, ed. 1123, capa, 6 out. 2016e.

EXAME. **Depois de fama de boa gestora, Dilma deixa Planalto sob ataques de incompetência**. 12 mai. 2016f. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/depois-de-fama-de-boa-gestora-dilma-deixa-planalto-sob-ataques-de-incompetencia>. Acesso em: 3 nov. 2019.

FADA MADINHA. In: DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2009. Disponível em:
<https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=fada+madrinha>. Acesso em: 8 jan. 2020.

FERNANDES, Talita. Teatro da Política 'Luz, Câmera e Ação. **Época**, São Paulo, 29 ago. 2016. Disponível em <https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=fada+madrinha>. Acesso em 20 ago. 2019.

FGV. Manuela Pinto Vieira D'Ávila. Rio de Janeiro: FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). 2009a. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/davila-manuela>. Acesso em: 25 nov. 2019.

FIORATTI, Gustavo; HOUS, Débora Sögur. Marina foi a mais interrompida em entrevista do Jornal Nacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 set 2018.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso.** 15^a. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FLOCH, Jean-Marie. Semiótica plástica e linguagem publicitária. Trad. port. José Luiz Fiorin. **Revista Significação**, p. 29-50, 1987.

FOLHA DE S.PAULO. **Pequenos tentam obter votos com idéias curiosas.** São Paulo, Diretas-89, p. B-1, 11 set. 1989a.

FOLHA DE S.PAULO. **Silvio Santos se diz machista e autoritário.** São Paulo, Diretas-89, p. B-8, 1 nov. 1989b.

FOLHA DE S.PAULO. **A única mulher quer ‘ajudar’.** São Paulo, Diretas-89, p. B-2, 11 set. 1989c.

FOLHA DE S.PAULO. **Microcandidatos dizem que vão surpreender.** São Paulo, Diretas-89, p. B-2, 11 set. 1989d.

FOLHA DE S.PAULO. **Heloísa chora no senado depois de divulgação de fotomontagem.** São Paulo, Brasil, p. A9, 12 out 2006a.

FOLHA DE S. PAULO. **Tô nem aí.** São Paulo, p. A6, 14 set. 2006b.

FOLHA DE S.PAULO. **Siglas tentam barrar Datafolha em estados.** São Paulo, Eleições 2010, p. Especial-13, 3 out. 2010.

FOLHA DE S.PAULO. **Aprovação do governo cai 23 pontos em pesquisa.** São Paulo, p. A-6, 17 jul. 2013.

FOLHA DE S.PAULO. Homofobia e temas comportamentais dominam confronto entre os nanicos. São Paulo, Eleições 2014, p. A-6, 3 de out 2014.

FRANCO, Fernanda; SILVA, Adriana Vera. Lívia admite se aliar a Silvio Santos na disputa. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, p. 6, 28 out. 1989.

FRAGA, Rafaella. 'Me sinto segura', diz Luciana Genro na segunda eleição em Porto Alegre. **G1**, Rio Grande do Sul, 15 set. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2016/noticia/2016/09/me-sinto-segura-diz-luciana-genro-na-segunda-eleicao-em-porto-alegre.html>. Acesso em: 15 mar. 2019.

G1. Fórum Econômico Mundial vê 2 séculos para fim de desigualdades de gênero no mercado de trabalho. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/18/forum-economico-mundial-ve-2-seculos-para-fim-de-desigualdades-de-genero-no-mercado-de-trabalho.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GALHARDO Ricardo. Agora, gestoraagridoce. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, p. A9, 24 ago. 2014.

GALHARDO, Ricardo. PT ainda busca bandeira para voltar à oposição. **O Estado de S.Paulo**, 9 de maio 2016.

GALHARDO, Ricardo; WETERMAN, Daniel. Haddad é escolhido vice de Lula e PT deflagra ‘plano B’. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, p. A4, 2018.

GALLI, Ana Paula. Entenda o escândalo do mensalão. **Época**, 2007. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG78680-6009,00-ENTENDA+O+ESCANDALOBR+DO+MENSALAO.html>. Acesso em: 10 nov. 2019.

GALLO, Mel Bleil. As bombas de Dilma. **Isto É**, São Paulo, p. 40-41, 11 mai. 2016.

GAZETA DO POVO. **Vera Lucia Pereira da Silva Salgado**. 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/presidente/vera>. Acesso em: 14 ago. 2019.

GERALDES, Elen Cristina; RAMOS, Tania Regina Oliveira; SILVA, Juliano Domingues da; MACHADO, Liliane Maria Macedo; NEGRINI, Vanessa. **Mídia, Misoginia e Golpe**. Brasília: FAC-UnB, 2016.

GOIS, Chico; DAMÉ, Luiza. No 1º Ano de Dilma, aprovação em alta e sete demitidos. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 4, 30 dez. 2011.

GOLETTA, Ricardo Della; DOMINGOS, João. Lula destaca ‘harmonia entre criador e criatura’. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. p. A-5, 22 jun. 2014.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Sobre o sentido**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

GREIMAS, Algirdas Julien. Semiótica figurativa e plástica. Significação: **Revista Brasileira de Semiótica**, nº 4 – jun. 1984.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÈS, Jaclques. **Dicionário de Semiótica**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Da Imperfeição**. Hacker Editores: São Paulo, 2017.

GUEDES, Ciça. Campanha estranha de gente esquisita. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 8, 1 set. 2006.

GUIMARÃES, Maria Paula Piotto da Silveira. **O Político Nos Corpos Da Política**. 2012. 190f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

HOLANDA, Marianna. A candidata que busca uma fresta para passar. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, p. A-13, 7 out. 2018.

HUMANA. In: **DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA**. 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/humana>. Acesso em: 8 jan. 2020.

IBGE. **Estatísticas de Gênero**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-15,-16,-17,-18,128&ind=4704>. Acesso em: 4 ago. 2019.

IGLESIAS, Simone; SELIGMAN, Felipe. Lula faz elogios à Dilma em evento na sede do governo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, p. A-4, 14 jul. 2010.

ISTO É. **Machos, “fêmeos” e axé music**. São Paulo, Semana, p. 20, 29 jun. 2005.

ISTO É. **Por que eles querem a cadeira de presidente**. São Paulo, capa, 23 ago. 2006.

ISTO É. **O Rastro do dinheiro do Petrolão na campanha de Dilma**. São Paulo, ed. 2381, capa, 22 jul. 2015.

ISTO É. **As explosões nervosas da presidente**. São Paulo, ed. 2417, capa, 6 abr. 2016a.

ISTO É. **República passada a limpo**. São Paulo, Brasil, ed. 2422, 6 mai. 2016b.

ISTO É. **O jogo eleitoral**. São Paulo, 18 jul. 2018.

JORNAL EXTRA. “**Sou uma mulher dura, cercada de homens meigos**”, diz Dilma Rousseff. Rio de Janeiro, 10 mar. 2009. Disponível em:
<https://extra.globo.com/noticias/brasil/sou-uma-mulher-dura-cercada-de-homens-meigos-diz-dilma-rousseff-248585.html>. Acesso em: 5 jan. 2020.

LAGO, Rudolfo. Tudo azul na Tv. **Isto É**, São Paulo, p. 43, 9 ago. 2006.

LAGO, Rudolfo; FILGUEIRA, Ary. Ela virou um estorvo para o PT. **Isto É**, São Paulo, p. 36-39, 23 mai. 2018a.

LAGO, Rudolfo; FILGUEIRA, Ary. Esquenta o jogo eleitoral. **Isto É**, 18 jul 2018b.

LAMOUNIER, Bolívar. **Redemocratização**. Rio de Janeiro: FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). 2009. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/redemocratizacao>. Acesso em: 25 nov. 2019.

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida: ensaios de sociossemiótica**. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

LANDOWSKI, Eric. Olhar comprometido. Fórum Semiótica da Comunicação Política. **Galáxia**, n. 2, 2001, p. 17-56. Disponível em:
<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/1241/747>. Acesso em: 26 dez. 2019.

LANDOWSKI, Eric. Flagrantes delitos e retratos. **Galáxia**, n.8. Out. 2004, p. 31-69.

LANDOWSKI, Eric. **Aquém ou além das estratégias**: a presença contagiosa. Documentos de Estudo do Centro de Pesquisas Sociossemióticas. São Paulo: CPS, 2005.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro**: ensaios de sociossemiótica. São Paulo: Perspectiva, 2012.

LANDOWSKI, Eric. **Interações arriscadas**. São Paulo: Estação das Letras e Cores e Centro de Pesquisa Sociossemióticas, 2014.

LANDOWSKI, Eric. **Com Greimas: Interações semióticas**. São Paulo: CPS e Estação das Letras e Cores, 2017.

LANGELLIER, Jean-Pierre. Dama de Ferro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A-10, 23 abr. 2009.

LIBERDADE. In: DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/liberdade>. Acesso em: 9 jan. 2020.

LIMA, Alice Marina Lira. **Guerreiras, Maternais e Profissionais – Candidatas à Presidência do Brasil no HGPE Televisivo**. 2017. 122f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

LIMA, Wilson; LAGO, Rudolfo; FILGUEIRA, Ary. Lula fora do páreo. **Isto É**, São Paulo, p. 28, 20 ago. 2018.

LIMA, Wilson; FILGUEIRAS, Ary. De vice estepe a poste de Lula. **Isto É**, São Paulo, p. 33, 19 set. 2018.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Veja**, São Paulo, 16 abr. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>. Acesso em: 5 dez 2019.

LOPES, Elizabeth; FILHO, Valmar Hupsel; ARAÚJO, Carla. 2014, p.A-18). Para Luciana Genro, Marina é 'via terceirizada' do PSDB. **O Estado de S. Paulo**, 23 ago. 2014.

MARCHI, Carlos. Lula amplia vantagem e venceria no primeiro turno por 15 pontos. **O Estado de S.Paulo**, 27 ago 2006.

MARQUES, Gerusa. Dama de ferro sempre foi contra barganhas. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, p. A-4, 21 jun. 2005.

MARQUES, Carlos José. A mulher no poder Dilma Rousseff. **Isto É**, São Paulo, ed. esp. 01, p. 41, 3 nov. 2010.

MARTINS, Victor; ARAÚJO, Carla. Dilma ataca oposição, nega que vá renunciar e se diz "injustiçada". **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, p. A13, 4 mai. 2016.

MARTINS, Luísa; FAVERO, Paulo; ARAÚJO, Carla. Para Dilma, Brasil 'vive período crítico'. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, p. A24, 4 mai. 2016.

MATAIS, Andreza; FABRINI, Fábio; BULLA, Beatriz. PF se aproxima agora do núcleo de Dilma. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, p. A13, 10 de abr. 2016.

MISOGINIA. In: DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/misoginia>. Acesso em: 8 jan. 2020.

MONTEIRO, Tânia. Dilma avisa que não vai ter apenas papel técnico. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, p. A6, 22 jun. 2005.

MONTEIRO, Tânia; NOSSA, Leonencio. O preço da falta de jogo de cintura. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, p. A14, 12 mai. 2016.

MONTEIRO, Ester. **Lugar de mulher também é na política**. Agência Senado. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>. Acesso em: 6 ago. 2019.

MONSTRO. In: DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/monstro>. Acesso em: 8 jan. 2019.

MULHER 500. **86 anos de conquista do voto feminino e um longo caminho a percorrer.** 2018. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/86-anos-de-conquista-do-voto-feminino-e-um-longo-caminho-a-percorrer>. Acesso em: 7 ago. 2019.

MUZZULON, Paulo; MESQUITA, Otávio. Jovens são a maioria dos eleitores de Luciana Genro e Eduardo Jorge. **Folha de S. Paulo**, 4 out. 2014.

NERY, Natuza; CRUZ, Valdo. As metamorfoses de Dilma. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, p. A6, 21 jun. 2014.

NOSSA, Leonêncio; LACERDA, Angela. Lula assume papel de fiscal de 'sua presidenta'. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, p. A-8, 18 ago. 2010.

NOVAES, Luiz Antônio. Um rosto sem ideias. **O Globo**, Rio de Janeiro, Seção No balanço da campanha – Voto (in)útil, p. 24, 10 set. 2006.

O ESTADO DE S. PAULO. **FHC avança e garante quase metade dos votos**. São Paulo, Política, p. A-4, 17 set. 1998.

O ESTADO DE S.PAULO. **Cenários: a transição do governo**. Nacional, 22 jun 2005.

O ESTADO DE S. PAULO. **Empresária denuncia compra de candidatura**. Nacional, 1 jul. 2006a.

O ESTADO DE S.PAULO. **Aos entrevistados com carinho**. Nacional, 9 ago. 2006b.

O ESTADO DE S.PAULO. **Lula saúda: Dilma, a mãe do PAC**. São Paulo, capa, 8 mar. 2008.

O ESTADO DE S.PAULO. **Homofobia e transfobia matam**. São Paulo, Política, 27 ago. 2014a.

O ESTADO DE S.PAULO. **Nanicos travam novo round sobre homofobia**. São Paulo, Política, 3 out. 2014b.

O ESTADO DE S.PAULO. **O destino de Dilma e do Brasil nas mãos da Câmara**. São Paulo, capa, 17 abr. 2016a.

O ESTADO DE S.PAULO. **Janot denuncia Lula na Lava Jato e pede investigação contra Dilma**. São Paulo, capa, 4 mai. 2016b.

O ESTADO DE S.PAULO. **O fim da era PT (2003-2016)**. São Paulo, Política, 12 mai. 2016c.

O ESTADO DE S.PAULO. **Protestos contra Dilma atraem menos público**. São Paulo, Política, 1 ago. 2016d.

O ESTADO DE S.PAULO. **Juízo Final**. São Paulo, capa, 30 ago. 2016e.

O ESTADO DE S.PAULO. **Como funciona o programa Minha Casa Minha Vida**. 27 mar. 2019. Disponível em: <https://imoveis.estadao.com.br/minha-casa-minha-vida/como-funciona-o-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 8 jan. 2020.

O GLOBO. Com o pleito de hontem, e o seu entusiasmo dentro da ordem e da liberdade, a Revolução resgatou, afinal, a sua primeira divida para com a causa democrática do paiz! Rio de Janeiro, p. 1, 4 mai. 1933.

O GLOBO. Os melhores e piores momentos da propaganda eleitoral gratuita, no primeiro mês. Rio de Janeiro, País, 15 out. 1989a.

O GLOBO. Gontijo confirma conversas. Rio de Janeiro, País, 28 out. 1989b.

O GLOBO. Falou e disse. Rio de Janeiro, Na Boca da Urna, 21 ago. 1998.

O GLOBO. Voto feminino é conquistado nos anos 30, mas direito do analfabeto sai só em 1985. Rio de Janeiro, 3 out. 2014.

OLIVEIRA, Ana Cláudia de. Semiótica Plástica. São Paulo: Hacker Editora, 2004.

OLIVEIRA, Ana Cláudia Mei Alves. A dupla expressão da identidade do jornal. In: Encontro Anual da Associação Nacional da Pós-Graduação em Comunicação, 15, 2006, Bauru, SP. **Anais.** Bauru, 2006. GT Produção de Sentido nas Mídias.

ONU. Transformando Nossa Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. Uma semana sem trégua. **Isto É**, São Paulo, 12 jan. 2011.

PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. Uma presidente fora de si. **Isto É**, São Paulo, 6 abr. 2016.

PASQUINI, Patrícia. O que pensam os candidatos com menos intenção de votos nas pesquisas eleitorais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 out. 2018.

PEREIRA, Daniel; PEREIRA, Paulo César. Operação Antimarola. **Veja**, São Paulo, 4 jan. 2012.

PEREIRA, Daniel. A fase 2 da Metamorfose. **Veja**, São Paulo, 11 jan. 2012.

PERON, Izadora; LOPES, Elizabeth; FERNANDES, Ana. Aécio diz que aliança com Marina é igual à feita com Tancredo. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 16 out. 2014.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: BUARQUE DE ALMEIDA, Heloisa.; SZWAKO, J. (org.). **Diferenças, igualdade.** São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. pp. 116-148.

PORTO, Gustavo; MONTEIRO, Tânia; ROSA, Vera. Dilma chama vice de ‘chefe do golpe’. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2016.

PRADO, Antônio Carlos. As diabruras de Maria, a louca. **Isto É**, São Paulo, 6 abr. 2016.

PRADO, Antônio Carlos. Thatcher, a inigualável. **Isto É**, São Paulo, 10 mai. 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/thatcher-a-inigualavel>. Acesso em: 10 nov. 2019.

RODRIGUES, Fernando. Dilma tem o pior desempenho de um líder nos últimos anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 out. 2010.

ROSA, Vera. Dilma, a Evita do tablet, mira gestão eficaz 2012. **Estado de S.Paulo**, São Paulo, 1 jan. 2012.

ROSA, Vera; NOSSA, Leonêncio. Lula aprova mudança de tom de Dilma. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 out. 2010.

ROSA, Vera; MONTEIRO, Tânia. Planalto classifica situação da petista como 'dramática'. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 18 abr. 2016a.

ROSA, Vera; MONTEIRO, Tânia. Debandada de parlamentares cresce e planalto já considera situação crítica. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2016b.

ROSA, Vera; GALHARDO, Ricardo. A Hora da Criatura. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 jul. 2014.

ROSA, Vera; GALHARDO, Ricardo. Contra Bolsonaro, Haddad muda agenda e vai à Bahia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A4, 6 out. 2018.

ROXO, Sérgio. Manuela, a vice que mudou de assunto. **O Globo**, São Paulo, 14 out. 2018.

SADI, Andréia; NERY, Natuza; BRAGON, Ranier. Decidindo com a FÉ. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 set. 2014.

SALOMÃO, Alexa. Ateia Luciana contra pastores. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 24 set. 2014.

SCHMITT, Gustavo. 'Precisamos do fim da propriedade privada'. **O Globo**, São Paulo, 13 ago. 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: **Educação & Realidade**, v.1S, n.2, jul./dez.1990.

SEABRA, Cátia; FALCÃO, Márcio. Queda de popularidade freia alianças de Dilma para 2014. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 7 jul 2013.

SEABRA, Cátia. Oposição discute o uso da palavra câncer. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 abr. 2009.

SENADO. **Bertha Lutz**. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em: 4 ago. 2019.

SENADO. **Lugar da mulher também é na política**. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica> . Acesso em: 15 ago 2019.

SEQUEIRA, Cláudio Dantas; NICÁCIO, Adriana. Marina ficou mais magra. **Isto É**, São Paulo, 11 ago. 2010.

SEXISMO. In: DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sexismo>. Acesso em: 8 jan. 2020.

SOB JUDICE. In: DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sub-judice>. Acesso em: 8 jan. 2020.

SODRÉ, Muniz. Mídia, espetáculo e grotesco. **Revista Latinoamericana de Comunicación** N.º 130, diciembre 2015-marzo 2016 (Sección Tribuna, pp. 17-27).

SODRÉ, Mônica. A participação das mulheres na política no Brasil: o direito de votar, de sermos representadas, e de participar da tomada de decisão. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 8 mar. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/a-participacao-das-mulheres-na-politica-no-brasil-o-direito-de-votar-de-sermos-representadas-e-de-participar-da-tomada-de-decisao>. Acesso em: 5 jul. 2019.

STUDART, Hugo. Pimentinha em campanha. **Isto É**, São Paulo, p. 36-37, 13 set. 2006.

TAVARES, Bruno. Dilma encarna 'herdeira' de Lula. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 18 ago. 2010.

TIBURI, Marcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. **Cult**. 20 jul. 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileir>. Acesso em 14 ago. 2019.

TOSTE, Alexandre. **Heloísa Helena**. Rio de Janeiro: FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/heloisa-helena-lima-de-moraes-carvalho>. Acesso em: 14 jul. 2019.

TSE. **Voto da mulher**. Tribunal Superior Eleitoral. 2013a. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>. Acesso em: 20 jun. 2019.

TSE. **Série Inclusão**: a conquista do voto feminino no Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. 2013b. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>. Acesso em: 1 ago. 2019.

URIBE, Gustavo. PCdoB lança Manuela D'Ávila, mas não descarta apoiar PT e PDT. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 ago. 2018.

VECCHI, Cristine Gleria. A construção de significados na cobertura jornalística da Tribuna Metalúrgica nas Eleições Presidenciais de 2010 e 2014. **Anais de Ciências da Comunicação**, Joinville, 2018.

VEJA. **Uma confusão chamada Silvio Santos**. São Paulo, Brasil, 8 nov. 1989.

VEJA. **Antes e Depois**. São Paulo, Brasil, 13 out. 2010a.

VEJA. **A realidade mudou e nós com ela**. São Paulo, capa, 10 fev. 2010b.

VEJA. **Hino, Neymar, Vaia**. São Paulo, capa, 18 jun. 2010c.

VEJA. **O trilho Institucional**. São Paulo, carta ao Leitor, 24 fev. 2010d.

VEJA. **Retrospectiva**. São Paulo, Panorama, 28 dez. 2011a.

VEJA. **Entrevista com Garibaldi Alves** (Não dá mais para esperar). São Paulo, Páginas Amarelas, p. 19, 2 nov. 2011b.

VEJA. **Dilma fala a Veja**. São Paulo, capa, 28 mar. 2012.

VEJA. **De quatro em quatro anos** - Marina Silva, candidata à Presidência da República pela Rede Sustentabilidade: discurso por uma "nova governabilidade para o país". São Paulo, Brasil/Eleições 2018, 4 jul. 2018.

VENCESLAU, Pedro. Ministério abriga pretensão eleitoral. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 15 mai. 2016.

VENCESLAU, Pedro; LEAL, Luciana Nunes; COUTINHO, Mateus. Nanicos apostam em temas rejeitados. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 ago. 2014.

VIAPIANA, Tábata. Quando ela deixará de ser a eterna herdeira? **Isto É**, São Paulo, 14 fev. 2018.

VILLAVERDE, João; FERNANDES, Adriana. As ‘pedaladas fiscais’ do governo Dilma. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, s.d. Disponível em:
<http://infograficos.estadao.com.br/economia/pedaladas-fiscais>. Acesso em: 8 nov. 2019.

WARTH, Anne; BOGHOSSIAN, Bruno. Prêmio Internacional de Jornalismo Rei da Espanha. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 13 jan. 2012a.

WARTH, Anne; BOGHOSSIAN, Bruno. “Diferenças são só eleitorais”, diz Dilma. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 13 jan. 2012b.

WETERMAN, Daniel; GALHARDO, Ricardo. Manuela não é mais candidata ao Planalto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 ago. 2018.

YURI, Débora. Estilistas dão dicas para candidatos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 set. 2006a.

YURI, Débora. Musa do Sul vê beleza com desdém. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 out. 2006b.

ZALIS, Pieter; COURA, Kalleo. A sucessora. **Veja**, São Paulo, 20 ago. 2014.